

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

LUCAS ROCHA DE BRITO RODRIGUES

ENTRE O DIREITO À CIDADE E O DIREITO DE ACESSO À LITERATURA:
EXPLORAÇÕES EM ITABIRA DO MATO DENTRO (MG)

BELO HORIZONTE

AGOSTO

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

LUCAS ROCHA DE BRITO RODRIGUES

ENTRE O DIREITO À CIDADE E O DIREITO DE ACESSO À LITERATURA:
EXPLORAÇÕES EM ITABIRA DO MATO DENTRO (MG)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas.

Orientadora: Ana Maria Rabelo Gomes.

Coorientadora: Sabrina Sedlmayer (FALE).

BELO HORIZONTE

AGOSTO

2023

R696e
T

Rodrigues, Lucas Rocha de Brito, 1998-
Entre o direito à cidade e o direito de acesso à literatura [manuscrito] :
explorações em Itabira do Mato Dentro (MG) / Lucas Rocha de Brito Rodrigues. --
Belo Horizonte, 2023.
142 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientadora: Ana Maria Rabelo Gomes.
Coorientadora: Sabrina Sedlmayer Pinto.
Bibliografia: f. 123-129.
Anexos: f. 130-142.

1. Andrade, Carlos Drummond de, 1902-1987 -- Exposições -- Teses.
2. Educação -- Teses. 3. Literatura -- Teses. 4. Poesia -- Teses. 5. Patrimônio
cultural -- Teses. 6. Cidades e vilas -- Teses. 7. Sociologia urbana -- Teses.
8. Minas e mineração -- Teses. 9. Itabira do Mato Dentro (MG) -- Educação --
Teses.

I. Título. II. Gomes, Ana Maria Rabelo. III. Pinto, Sabrina Sedlmayer, 1968-
IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 351.8098151

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO

LUCAS ROCHA DE BRITO RODRIGUES

Realizou-se, no dia 22 de agosto de 2023, às 09:00 horas, na Sala da Congregação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 1515ª defesa de dissertação, intitulada *Entre o direito à cidade e o direito de acesso à literatura: explorações em Itabira do Mato Dentro*, apresentada por LUCAS ROCHA DE BRITO RODRIGUES, número de registro 2021652127, graduado no curso de PEDAGOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Ana Maria Rabelo Gomes - Orientador (UFMG), Prof(a). Sabrina Sedlmayer Pinto (UFMG), Prof(a). Sibelle Cornélio Diniz da Costa (UFMG), Prof(a). Ana Lúcia Silva Souza (UFBA).

A comissão considerou a dissertação: Aprovada e recomenda a circulação e publicação do texto. Ressalta ainda a qualidade do trabalho desenvolvido e o diálogo inédito entre a educação, a questão racial, a geoliteratura, a economia da cultura e os estudos urbanos.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2023.

Prof(a). Ana Maria Rabelo Gomes (Doutora)

Prof(a). Sabrina Sedlmayer Pinto (Doutora)

Prof(a). Sibelle Cornélio Diniz da Costa (Doutora)

Prof(a). Ana Lúcia Silva Souza (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Rabelo Gomes, Professora do Magistério Superior**, em 22/08/2023, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia Silva Souza, Usuário Externo**, em 22/08/2023, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sibelle Cornélio Diniz da Costa, Diretor(a)**, em 23/08/2023, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Sedlmayer Pinto, Professora do Magistério Superior**, em 24/08/2023, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2565055** e o código CRC **C8FE46B4**.

DEDICO

Chegar até aqui só foi possível graças à inspiração em três mulheres de minha vida: minha mãe, minha madrinha e minha avó.

Desde meus cinco anos de idade minha mãe se divorciou de meu genitor e se viu obrigada a sustentar sozinha a mim e a meu irmão. Naqueles anos de dois mil e três o salário mínimo era de duzentos e quarenta reais e tenho a impressão de que o valor do aluguel já não era muito barato. Minha mãe, então, trabalhou em muitas profissões: armadora de ferragens, atendente, vendedora, camelô, camareira, caixa de supermercado, faxineira, sacoleira, empregada, gari. Um dia, varrendo as ruas de nossa cidade, minha mãe me contou que nunca havia ido à Fazenda do Pontal, um ponto turístico em Itabira, fazenda onde Carlos Drummond de Andrade passava a infância. Minha mãe morou por mais de cinquenta anos na cidade de Itabira sem conhecer a Fazenda do Pontal.

À Gislene, minha mãe,
e a todas *Gislenes* espalhadas pela cidade de Itabira.
Que eu saiba honrar o ventre de onde vim e a luta na qual você, mãe, me criou.

Mãe e amiga é a definição perfeita para minha madrinha, mulher que acompanha meus passos desde meu nascimento. Com seus gestos, minha madrinha me ensina sobre bom ânimo, diálogo e sobre cuidado desprendido de autoritarismos. Da boca de minha madrinha as palavras a mim direcionadas sempre foram de partilha, de carinho, de generosidade, de crença em meu potencial. Quando pequeno, minha madrinha fazia de tudo para ajudar a solucionar quaisquer carências que eu tivesse: me alimentou, me agasalhou, investiu em meus estudos, trouxe leveza e compreensão para minha infância e adolescência tão pesadas.

À Maria Antônia, minha madrinha,
pela imensidão de significados que sua existência possui em minha vida.
Que eu saiba honrar todo amor e toda alegria que você me deu.

De pés descalços, lavrando a sua roça, plantando feijão e milho, fazendo doces, sendo líder comunitária no distrito onde reside e contando casos: assim é a presença atávica de outra mulher negra em minha trajetória. Septuagenária, a força e as histórias dessa mulher nutrem de determinação, criação, saúde e inspiração a minha vida. Ela rejeitou desde sempre os lugares sociais de subalternação que lhe foram impostos. Não quis ser a babá e nem a mucama de nenhum senhor branco. Vaidosa, ama-se em primeiro lugar acima de tudo, ama a vida e ama vivê-la à sua maneira, com alegria e gozo. Não aprendeu a ler quando jovem, mas em sua casa havia livros com os quais eu brincava e rabiscava, plantando em mim as sementes que agora vingam frutos.

À Piedade, mãe de minha mãe, minha avó, minha Nanã: Salubá!
Que eu saiba honrar seu legado e sua história.

AGRADEÇO

À universidade pública e a escola pública, locais imprescindíveis em minha história de vida.
Às professoras e professores que nesses locais encontrei e que me impulsionaram a seguir adiante.

À Profa. Dra. Ana Gomes, por topar se aventurar comigo de maneira tão generosa e paciente durante todo o percurso. Ana, nunca me esquecerei de seus gestos de calma e compreensão na condução desse processo. Serei eternamente grato a você por acreditar em mim e por tornar possível nossa parceria.

À Profa. Dra. Sabrina Sedlmayer, pelas indicações que me inspiraram e me fizeram refletir. Pela partilha da palavra de maneira sempre poética e amorosa.

À Secretaria Municipal de Educação de Itabira, pela autorização de minha licença sem vencimentos para realização de minha pesquisa. Em especial, agradeço a servidora Kelly Fernandes, por ser exemplo de servidora pública, por toda atenção e ajuda nos momentos de incertezas.

Aos familiares e amigos, pela compreensão de minhas ausências durante esse percurso.

À Tatiana Neves, pela escuta, pela partilha, pela doação, pelos ensinamentos, pela amizade que construímos durante o mestrado na turma de 2021. Tati, te conhecer nesse processo foi um presente. Do fundo do meu coração: obrigado por tudo!

Aos itabiranos e as itabiranas que participaram desta pesquisa.

À CDA e a sua obra, por me ofertar o primeiro contato que tive com minha religião: o poema.

À poesia, minha ótica de miragem do mundo e condição existencial de minha vida.

E à própria vida, pelo privilégio de aqui chegar.

Confissões difíceis pedem folhas brancas.
Não grites, não suspires, não te mates: escreve.
CDA, 1945.

Resumo

Itabira do Mato Dentro é terra natal do poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade e conserva como patrimônio histórico-cultural diversos monumentos, espaços e instituições públicas dedicadas à preservação e divulgação da obra do autor. Ao mesmo tempo, a cidade é também o cenário no qual foi criada uma das maiores empresas de mineração a nível mundial, levando a cidade a conviver hoje com 15 barragens de rejeitos de minério e diversas outras problemáticas ligadas à mineração em seu espaço urbano. Atualmente, Itabira do Mato Dentro presencia discursos que anunciam o fim da ação mineradora na cidade. Concomitante a isto, a cidade convive também com proposição, pela mesma empresa de mineração, de um evento internacional de literatura que evoca a poesia drummondiana. Assim, propomos explorar possíveis conexões da poética drummondiana e sua geocrítica com o que expressam moradores da cidade ante esse contexto de anúncio do fim da mineração e do início de um evento literário internacional. Para tanto, um experimento com a etnografia, realizado por ocasião da abertura do festival literário, será aliado a entrevistas semiestruturadas. A partir das abordagens propostas por José Miguel Wisnik (2018), Antônio Candido (2011) e Henri Lefebvre (2011; 2006), em diálogo com os dados produzidos na experiência de campo etnográfica, que trazem novos elementos de discussão, são problematizados os conceitos de direito à cidade e direito à literatura.

Palavras-chaves: Itabira do Mato Dentro. Carlos Drummond de Andrade. Direito à Literatura. Direito à Cidade. Poesia Negra. Mineração.

Abstract

Itabira do Mato Dentro is the birthplace of the Brazilian poet Carlos Drummond de Andrade and preserves as historical and cultural heritage several monuments, spaces and public institutions dedicated to the preservation and dissemination of the author's work. At the same time, the city is also the scenario in which one of the largest mining companies in the world was created, leading the city to coexist today with 15 ore tailings dams and several other problems related to mining in its urban space. Currently, Itabira do Mato Dentro witnesses speeches announcing the end of mining activity in the city. Concomitantly with this, the city also coexists with a proposition, by the same mining company, of an international literature event that evokes drummondian poetry. Thus, we propose to explore possible connections between Drummond's poetics and his geocriticism with what residents of the city express in this context of announcing the end of mining and the beginning of an international literary event. To this end, an experiment with ethnography, carried out at the opening of the literary festival, will be combined with semi-structured interviews. Based on the approaches proposed by José Miguel Wisnik (2018), Antônio Candido (2011) and Henri Lefebvre (2011; 2006), in dialogue with the data produced in the ethnographic field experience, which bring new elements of discussion, the concepts of the right to the city and the right to literature.

Keywords: Itabira do Mato Dentro. Carlos Drummond de Andrade. Right to Literature. Right to the City. Black Poetry. Mining.

ÍNDICE

POESIA E MINÉRIO EM ITABIRA DO MATO DENTRO: UMA INTRODUÇÃO EM MUITOS SENTIDOS	11
1 EXPERIMENTOS COM A ETNOGRAFIA.....	24
2 DINÂMICAS DE SEGREGAÇÃO SOCIAL NO ACESSO À LITERATURA EM ITABIRA DO MATO DENTRO	29
2.1 Tensões presentes na ocupação e segregação urbana em Itabira do Mato Dentro	31
2.2 <i>Sá</i> Maria e a comunidade negra em Itabira do Mato Dentro	51
3 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DE ADULTOS E CRIANÇAS NA EXPERIÊNCIA DE ACESSO À LITERATURA NO ESPAÇO URBANO	64
3.1 As crianças e o festival de literatura	64
3.2 Os adultos e o festival de literatura	82
4 LEITURAS DE ITABIRANOS SOBRE MINERAÇÃO E TERRORISMO DE BARRAGEM.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	125
ANEXO A – PROGRAMAÇÃO PRESENCIAL DO FLITABIRA: ANO DE 2021.....	132
ANEXO B – PROGRAMAÇÃO PRESENCIAL DO FLITABIRA: ANO DE 2022.....	134

POESIA E MINÉRIO EM ITABIRA DO MATO DENTRO: UMA INTRODUÇÃO EM MUITOS SENTIDOS

Localizada no interior de Minas Gerais, a aproximadamente 100 km da capital mineira, Itabira, ou Itabira do Mato Dentro¹, é uma cidade que possui cerca de 120 mil habitantes, com 72% de sua população formada por pessoas negras, de acordo com jornais locais², e 50 escolas de ensino fundamental (IBGE, 2011). Dois signos são muito importantes na história de Itabira do Mato Dentro: primeiro, o de ser a cidade natal do poeta Carlos Drummond de Andrade; e, segundo, o de ser berço de uma das principais empresas mineradoras do país.

Itabira do Mato Dentro apresenta hoje, entre seus espaços culturais “dedicados” à Drummond: a Fundação Cultural Carlos Drummond Andrade, uma instituição pública responsável pela organização e preservação da memória e do legado de Drummond na cidade; leis e ruas foram criadas com o nome do poeta e de seus familiares; seis estátuas de ferro de Drummond espalhadas por pontos turísticos; um memorial do mesmo poeta desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer; uma maria-fumaça portando o poema “*O maior trem do mundo*”³; casas e fazendas em que Drummond viveu em sua infância e hoje são mantidas como museus; ruas e igrejas, por Drummond, visitadas e para as quais muitos poemas foram feitos e hoje são identificadas publicamente. Também componente da paisagem da cidade está o *Museu de Território ‘Caminhos Drummondianos’*, uma espécie de museu a céu aberto, inaugurado em 1997, que compreende um percurso com mais de 40 placas de ferro fundido, com peso em torno de 240 quilos, espalhadas por diferentes pontos da urbe, contendo poemas de Drummond. Recentemente, um livro publicado por itabiranos tem se tornado referência no município para o reconhecimento de que no “Museu de Território ‘Caminhos Drummondianos’ há o resgate histórico temporal e social de uma sociedade por meio de poemas” (LACERDA, SHITSUKA e SHITSUKA, 2018, p. 11). Ao passo que convive com a ligação com a poesia drummondiana, Itabira do Mato Dentro convive também, há mais de 80 anos, com a atividade mineradora de uma das principais empresas de mineração do país.

¹ Historicamente, o nome da cidade de Itabira já passou por diversas mudanças. Na Itabira vivenciada por Drummond, anterior ao contexto de mineração em larga escala, a cidade se chamava Itabira do Mato Dentro. Como ato simbólico de busca por resgatar essa Itabira dos tempos Drummondianos, nos referiremos em nossa pesquisa à Itabira da atualidade como Itabira do Mato Dentro.

² Conferir em: <<https://defatoonline.com.br/com-o-intuito-de-dar-voz-a-comunidade-negra-fani-chega-a-mais-um-dia/>>.

³ “*O maior trem do mundo/ transporta a coisa mínima do mundo:/ meu coração itabirano*” (ANDRADE, 2001, p. 1450-1451).

Atualmente, a cidade é cercada por 15 barragens de rejeitos de minério – muitas das barragens localizadas a distância de metros das áreas residenciais dos itabiranos. Estima-se, por exemplo, que uma das maiores barragens da cidade tenha 33 vezes o volume de rejeitos daquela que se rompeu em Brumadinho (BARIFOUSE, 2019).

Desta forma, para quem, como eu, cresce em Itabira do Mato Dentro, poesia e minério são duas realidades locais que marcam significativamente a experiência de vida urbana. Enquanto vivi em Itabira do Mato Dentro, embora morador da periferia da cidade, acessei a poesia de Drummond por meio de diversas estratégias individuais e também coletivas, através da escola pública em que estudei, por exemplo. Ao mesmo tempo, convivi desde sempre com uma paisagem ameaçada por barragens de mineração, por estrondosos ruídos de explosivos, com montanhas carcomidas e por uma poeira preta de minério de ferro que acinzentava e sujava as moradias, passeios e ruas.

Em minha trajetória de vida urbana em Itabira, morei em três distintos bairros periféricos da cidade. Estudei os 13 anos de minha educação básica em uma escola pública estadual que fazia fronteira com esses três bairros. Caminhei sozinho e acompanhado por diversas ruas da cidade, participei de grupos de música, arte e caminhada, visitei pontos turísticos, frequentei eventos patrocinados pela empresa de mineração, convivi e dependi de familiares próximos, trabalhadores da mineração. Também trabalhei como vendedor no comércio itabirano a partir de meus 15 anos de idade até os meus 18 anos, quando, então, prestei o ENEM, mesmo sem saber ainda o que significava a avaliação e nem mesmo possuir qualquer entendimento sobre o que era uma universidade pública. Adquiri todas as informações que tive sobre ENEM e os programas de entrada para as universidades públicas através da internet, que utilizava em um computador velho, ganhado da caridade de alguém. Me formei no ensino médio e como sempre gostei muito do universo escolar, me tornar professor era possibilidade vislumbrada. Me inscrevi no SISU como candidato cotista em uma das vagas em um curso de Pedagogia, na Universidade Federal de São João del-Rei. Embora eu nunca houvesse sequer pisado na cidade de São João del-Rei, essa era a cidade que, dentro do processo seletivo me oferecia maiores possibilidades de ser selecionado, no sentido da competição de notas que o SISU realiza. Fui desclassificado do processo seletivo na primeira e segunda chamada e me recordo de ter desistido de entrar na universidade. Eu não estava ciente da possibilidade da terceira chamada.

Era um adolescente recém-saído do ensino médio e recém-demitido de uma loja do comércio itabirano. Estava desempregado e sem perspectivas de vida quando, ao entrar esporadicamente em minha conta de e-mail, me deparei com a convocação para a terceira

chamada do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São João del-Rei. Por ser uma terceira chamada, haveria de ser presencialmente e eu, que nunca havia saído de Itabira sozinho, tive menos de uma semana para fazer as malas, vender alguns pertences e pedir ajuda financeira em uma “vaquinha” de última hora realizada por minha mãe, para custear a minha ida para a universidade.

Foi, então, em 2016, aos meus 18 anos de idade que parti de Itabira do Mato Dentro para estudar Pedagogia na Universidade Federal de São João del-Rei. Demorei cerca de um ano para entender a dinâmica acadêmica e buscar meus campos de interesse dentro do curso. Comecei a construir, então, uma trajetória acadêmica com os interesses muito voltados para as discussões sobre desigualdades e opressões sociais, momento no qual conheci e criei grande vínculo com a obra de Paulo Freire. Por outro lado, também me interessava bastante pelas discussões de literatura e comecei a frequentar saraus, participar de oficinas, grupos de estudos e disciplinas de literatura, quando refleti sobre a importância de Itabira do Mato Dentro em minha formação enquanto leitor, por exemplo, através de discussões de textos de Antônio Candido e o conceito de direito à literatura. Participei de grupos de pesquisa, fui bolsista em quatro projetos de extensão universitária, participei de eventos acadêmicos, publiquei produções em anais, revista e livros e realizei um intercâmbio acadêmico na Colômbia, também contando com ajuda de pessoas por meio de uma “vaquinha”, no ano de 2019 – tudo isto, graças a bolsas de permanência estudantil que sempre acessei enquanto graduando.

Após cinco anos estudando sobre desigualdades, diferenças, opressão, literatura e a relação da educação com estas dimensões da realidade, e ainda me indagando sobre as relações educativas que se davam na cidade, apresentei à Universidade Federal de São João del-Rei, para acesso ao título de pedagogo, a monografia intitulada “O campo temático de ‘cidades educadoras’ na pesquisa em Educação no Brasil (1990-2020)”. A monografia consistia em um estudo da arte sobre a temática de ‘cidades educadoras’ na pesquisa em Educação, traçando um recorte de 20 anos. O trabalho foi aprovado com nota máxima pela banca avaliadora e me permitiu refletir sobre os processos que vivenciei nas urbes de Itabira, São João del-Rei e Cali (Colômbia) – três cidades nas quais eu havia vivido até então. E foi também através do meu trabalho de conclusão de curso que conheci minimamente autores como Henri Lefebvre e o conceito de direito à cidade, me mobilizando a prosseguir com os estudos na pós-graduação. Concluí a graduação no ano de 2020 e me concurrei nesse mesmo ano em duas diferentes cidades: como professor de séries iniciais na Prefeitura Municipal de Itabira e como coordenador escolar/pedagogo em outra cidade, Barão de Cocais, também uma

cidade mineradora e próxima à Itabira do Mato Dentro. Entretanto, todas essas experiências nunca foram suficientes para colocar fim em minhas curiosidades: minha cidade natal, sua poesia e suas contradições continuaram me inquietando e me trouxeram a esta pesquisa. Assim, com esse movimento, retorno, então, à minha cidade natal para pensar criticamente sobre seu atual contexto urbano, em coletivo a tantas outras vozes itabiranas que compõem essa pesquisa.

Itabira do Mato Dentro vivencia uma atualidade de anúncio do fim da mineração. Pelo menos desde 2004, conforme documentado (SOUSA E SILVA, 2004), esse discurso tem sido propagado através de diversos meios, tanto políticos como jornalísticos ou acadêmicos. A exemplo disso, considerando apenas o ano de 2021 e 2022, foram divulgadas manchetes em jornais conhecidos versando sobre o tema: *“Berço da Vale, Itabira, em MG, teme pelo fim da exploração mineral por parte da empresa”*⁴; *“Moradores temem piora da economia com possível fim da operação da Vale em Itabira”*⁵; *“O fim da Vale na terra de Drummond: e agora, Itabira?”*⁶; *“Vale celebra 80 anos mirando o futuro, mas com história no fim em Itabira”*⁷. De acordo com a entrevista da última manchete citada, a própria empresa Vale⁸ anunciou o fim de sua atividade em Itabira para o ano de 2031. Cabe reforçar que embora estas sejam manchetes dos últimos dois anos, há manchetes semelhantes em anos anteriores e até mesmo remotos a 2021, o que nos reforça o indicativo de que há, presente no contexto da cidade atualmente, um discurso de exaurimento da atividade mineradora.

Nesse mesmo cenário de anúncio do exaurimento da mineração, por outro lado, foi promovido no ano de 2021, pelo Ministério do Turismo e pelo Instituto Cultural Vale, com apoio da Prefeitura Municipal de Itabira, o I Festival Literário Internacional de Itabira (FLItabira). O evento foi anunciado como responsável por colocar definitivamente a cidade no cenário literário internacional (ITABIRA, 2021). O superintendente da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade declarou que:

⁴Ver em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/08/15/berco-da-vale-itabira-em-mg-teme-pelo-fim-da-exploracao-mineral-por-parte-da-empresa.ghtml>

⁵ Ver em: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/moradores-temem-piora-da-economia-com-possivel-fim-da-operacao-da-vale-em-itabira>

⁶ Ver em: <http://revistaecologico.com.br/revista/edicoes-anteriores/edicao-136/o-fim-da-vale-na-terra-de-drummond-e-agora-itabira/#:~:text=Depois%20de%2080%20anos%20de,atividades%20na%20cidade%20em%202031.>

⁷ Ver em: <https://www.otempo.com.br/economia/vale-celebra-80-anos-mirando-o-futuro-mas-com-historia-no-fim-em-itabira-1.2677139>

⁸ Embora se trate de uma empresa muito conhecida socialmente, não é demais explicar que se trata de uma empresa que nasceu na cidade de Itabira do Mato Dentro e há mais de 80 anos explora os recursos da cidade, como veremos durante o trabalho.

*o Flitabira representa um símbolo, um marco de um novo olhar para a cidade da poesia [...]. A iniciativa vai dar a Itabira a magnitude que a cidade tanto sonhou para o desenvolvimento da cultura, do turismo cultural, trazendo uma nova vertente para a diversificação econômica do município*⁹ (ITABIRA, 2021).

Parte de nosso experimento etnográfico se deu nas observações desse festival, em sua primeira e segunda edição. Debateremos de maneira significativa sobre esta experiência em campo nos festivais em nosso trabalho, cabendo, no entanto, estabelecer desde já que o foco de nosso debate não é o festival em si, mas o que ele permite compreender – através da participação das pessoas – a maneira como ativamente esses atores buscam produzir seu espaço de vida na cidade. Nossa intenção inicial, nesse sentido, foi a de investigar equipamentos públicos ligados à literatura, pois são visíveis e se propõem de forma contundente na atualidade itabirana.

Nossa pesquisa se insere nesse cenário, de uma Itabira do Mato Dentro onde a mineração está anunciada para acabar e a poesia “anunciada para começar”. Desta forma, entre os anos de 2020 e, oficialmente, de 2021 e 2022, foram realizadas diversas inserções de campo em eventos culturais da cidade de Itabira e também entrevista com diversos munícipes da cidade, com a finalidade de responder ao seguinte problema de pesquisa: *que leituras fazem os moradores da cidade de Itabira com relação ao atual contexto da cidade, em que se anuncia o final da mineração e a poesia de CDA é proclamada com a realização dos primeiros festivais de literatura? O que essas leituras podem nos dizer com relação ao direito à cidade e o direito à literatura?*

A partir da realização de um experimento com etnografia, buscamos possíveis conexões da poética drummondiana e sua geocrítica, com o que expressam moradores de Itabira do Mato Dentro na contemporaneidade, com o objetivo de *registrar e analisar as leituras e posicionamentos de moradores da cidade de Itabira do Mato Dentro com relação ao atual momento da cidade no que diz respeito à mineração e aos eventos e equipamentos públicos relacionados com a poesia de Carlos Drummond de Andrade*. Buscamos, especificamente, registrar diálogos com sujeitos moradores de Itabira do Mato Dentro, aferir em campo a fruição desses sujeitos moradores em relação aos equipamentos urbanos e atividades culturais realizadas na cidade e relacionados com literatura, bem como as leituras dos moradores da cidade sobre o anúncio do fim da mineração no município, problematizar os espaços cartografados pela poesia drummondiana no século XX e que se confrontam e/ou se

⁹Ver em: <https://www.itabira.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/festival-coloca-itabira-no-cenario-literario-internacional-diz-prefeito-na-abertura-do-flitabira/205144>

encontram com os espaços da geografia itabirana na atualidade, além de explorar possíveis articulações entre os conceitos de direito à cidade e de direito à literatura.

Partimos inicialmente, portanto, no que diz respeito ao nosso referencial teórico, com o autor do conceito de direito à literatura, Antônio Cândido; o autor do conceito de geocrítica, José Miguel Wisnik, de modo a melhor compreender a historiografia de Itabira do Mato Dentro ligada à poesia drummondiana; e o autor do conceito de direito à cidade, Henri Lefebvre.

Antônio Candido (2011), em célebre ensaio, compreendeu o direito à literatura interligado a ideia de dignidade humana como dimensão fundamental dos direitos humanos. O autor nos aponta que o que é considerado ou não um direito, em nossa sociedade, é marcado pela divisão de classes sociais e possui íntima relação com as desigualdades. Nessa perspectiva, Candido afirma que a literatura humaniza, pois, “a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (Candido, 2011, p. 172). Adverte-nos ainda Candido (*ibid.*, p. 188):

o que há de grave numa sociedade como a brasileira é que ela mantém com a maior dureza a estratificação das possibilidades, tratando como se fossem compressíveis muitos bens materiais e espirituais que são incompressíveis. Em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura.

As ideias de Candido foram paulatinamente difundidas e debatidas quando lançadas à reflexão, e diversos textos foram produzidos partindo da ideia universalizante de direito à literatura. No entanto, em nosso estudo, partimos desta perspectiva universalizante para problematizá-la junto com nossos companheiros de pesquisa, nossos interlocutores da experiência etnográfica, em um contexto muito singular de uma cidade, Itabira do Mato Dentro, que evoca a literatura de um autor como Drummond de maneira sistemática – sobretudo ante o acontecimento dos primeiros festivais literários itabiranos. Ao vivenciar a experiência de campo nesse cenário itabirano, junto aos interlocutores da pesquisa, pude ampliar as hipóteses iniciais do trabalho e propor uma problematização mais audaciosa com relação ao conceito de direito à literatura defendido por Candido.

Tendo situada a discussão do conceito de direito à literatura e, haja vista que nossa pesquisa se situa no espaço de uma cidade marcada pela literatura de Carlos Drummond de Andrade, nos cabe discutir também sobre a importância da obra e da vida de Drummond para a compreensão da história de Itabira do Mato Dentro.

No prefácio à edição completa da obra de Carlos Drummond de Andrade, pela editora Nova Aguillar, o crítico e autor Silviano Santiago (2002, p. 4) desenha um paralelo entre Drummond e o século XX, propondo a curiosa tese de que o poeta e dito século são irmãos: “ler a obra poética do irmão mais novo pode servir para compreender melhor a história do irmão mais velho. Ler a história do mais velho pode ajudar a analisar e interpretar melhor a obra poética do mais novo”. De acordo com Santiago, a poesia drummondiana expressa os grandes acontecimentos públicos do século e acopla a si, ao mesmo tempo, uma reflexão de ordem pessoal e transferível sobre a experiência de vida brasileira. Narrar o século XX ressalta como a poesia drummondiana é, ao mesmo tempo, íntima e cosmopolita.

Para o crítico, a poesia drummondiana torna saliente o confronto entre tempo e espaço. Tal colocação importa a este trabalho, pois pelo conceito de cronotopia, em Mikhail Bakhtin, podemos indagar em que medida a poesia drummondiana representa a cidade em dois movimentos indissociáveis: a espacialização do tempo e a temporalização do espaço.

O crítico português Manuel Gusmão (2011), a propósito da leitura de “O sentimento dum Ocidental”, de Cesário Verde, identifica no poema a forma de um mapa. Podemos ressaltar, portanto, que tal qual um poema, um mapa é sempre a representação da realidade. Nesta senda, nos é provocador, em termos teóricos, recuperar o conceito de cronotopia e refletir sobre a relação entre poesia e espaço, na medida em que o poeta é quem cria esse movimento e que constrói um mapa que liga paisagem e população, uma vez que o espaço urbano é um espaço social e histórico. Assim como a poética de Cesário Verde nos fala sobre essa relação espaço-tempo, podemos dizer que a obra do mineiro Drummond também o faz com a cidade de Itabira do Mato Dentro. Percebe-se, assim, a existência de uma problematização que considera Drummond enquanto cartógrafo de um espaço e um leitor do século XX, seu irmão.

Através de levantamento bibliográfico é possível perceber uma extensa quantidade de estudos que se dedicam a refletir sobre a importância de Itabira do Mato Dentro na vida e nos escritos de Drummond. É o caso do estudo de Sampaio Rosa (2000), que investigou, em sua dissertação, a relação de Drummond com a sua cidade natal. Em seu trabalho, Sampaio Rosa (*ibid.*, p. 27) compreende que Drummond “fez do espaço urbano um dos motivos de sua poética”. A autora percebe uma perene relação entre cidade e literatura, “pois entre o homem e a cidade natal ou a cidade onde vive há uma identidade, um ‘parentesco’ que os poetas dão a ver em sua escrita, seja por meio de um espelhamento ou de uma tensão” (SAMPAIO ROSA, *ibid.*, p. 24). Conforme a pesquisadora, os poetas e suas cidades se reconhecem na travessia do texto literário, e esse “olhar de mão dupla” (*ibid.*, p. 23) negaria qualquer tipo de

neutralidade entre o sujeito e o espaço que o constituiria. “A cidade marca o poeta, deixando nele suas inscrições, e o poeta escreve a cidade, com seus traços e signos, por meio de uma leitura recortada e fragmentada do espaço urbano” (*ibid.*, *loc. cit.*)

Pagoto (2008), por sua vez, reconhece que a trajetória poética de Drummond se inicia em Itabira do Mato Dentro e é Itabira do Mato Dentro, igualmente, o ponto de chegada desta trajetória. Nas palavras de Pagoto (*ibid.*, p. 12), na poesia drummondiana: “Itabira pode ser considerada o ponto de partida, parece ser também o ponto de chegada. O poeta realiza uma viagem para trás, ao mesmo tempo em que caminha para frente”. Ao investigar sobre *Boitempo*, Alves (2019, p. 10-11) explicita-nos ainda mais sobre a importância de Itabira do Mato Dentro na poesia de Drummond:

em suas obras, a referência recorrente à cidade [de Itabira] permite o poeta transpor as fronteiras que permeiam o tempo e o espaço, possibilitando-lhe “um não-estar-estando”, via palavra literária [...]. A poesia memorialista de Boitempo reterritorializa o sujeito poeta ao espaço geográfico no qual um “menino, uma serra e um clã”, símbolos de um tempo longínquo, emergem e dialogam com o adulto, por meio de lampejos – invenções da memória elaboradas poeticamente. Os poemas de dimensão autobiográfica da trilogia abordam a experiência vivida entrelaçada ao imaginário, a ponto de confissão e ficção revelarem-se indissociáveis. [...] Na história pessoal evocada pelo sujeito poético delinea-se a fisionomia do passado de uma cidade, de uma sociedade, de uma cultura local, que dialoga com a história do país. E, assim como a confissão, se funde à ficção, o individual se mescla ao coletivo. Um “eu” poético encontra-se como parte do mundo e revela tramas da história.

Caminhando também nesta perspectiva, Alves ainda nos diz sobre Drummond que “o olhar do poeta direcionado à Itabira do Mato Dentro atravessa sua obra, seja na poesia, seja na prosa, configurando-se em uma notável obsessão pelas origens” (*ibid.*, p. 9). E convergindo com tal pesquisa está Rodrigues (2011, p. 14), que nos afirma,

sim, no começo está Itabira. Pode-se ir além e dizer que Itabira está no começo, no meio e continua *ad aeternum* em Drummond, sendo parte inerente do seu ser e da sua obra, conforme as palavras do próprio poeta, “[Itabira] é meu clima, limite e medula”. Assim, evidencia-se uma relação amalgamada entre C.D.A. e Itabira, em que ambos se complementam, se perpassam e se fundem.

Os estudos até agora citados corroboram com a perspectiva anunciada por Moraes (1972; apud RODRIGUES, *ibid.*, p. 13):

poder-se-á objetar que o poeta não vê Itabira sob o prisma da fabulação, nem se preocupa em transfigurá-la, aspectos, de certa maneira, essenciais ao conceito de mito. Todavia, não há como negar, trata-se de uma realidade efetiva a configurá-lo, com tamanha e tão absorvedora potencialidade, que ele mesmo declara: Quem me fez assim foi minha gente e minha terra. Não se entenda com isso, que se pretenda dizer haja sido Drummond um criador do mito de sua cidade ou do seu estado natal sobre fatos históricos pouco esclarecidos. O fenômeno é o inverso: os claros fatos de

sua cidade e do seu estado o configuram. A realidade se transforma em símbolo, que se projeta no seu caráter, na sua personalidade, na sua vida, e o poeta o põe em ação pela palavra.

Mesmo que em breve levantamento, nos é possível dimensionar a importância de Itabira para a obra de Drummond. Ao cantar a cidade em seus poemas, Drummond também cartografou espaços de uma Itabira do Mato Dentro do século XX. É de nosso interesse problematizar tais espaços a partir da observação de que esses se confrontam e/ou se encontram com os espaços da geografia itabirana de outra atualidade: uma geografia em muito carcomida, explorada pela força de produção capital mineradora, que fez de muitas das serras da cidade, buracos ociosos espalhados pelo solo. É o que nos aponta José Miguel Wisnik, especificamente na obra *Maquinação do Mundo: Drummond e a mineração*, de 2018, na qual o autor explicita a relação poesia-mineração dentro de uma leitura para além da perspectiva histórica, performando uma geocrítica ou geopoética. Narra Wisnik que, estando em Itabira do Mato Dentro, pôde ler de maneira mais significativa a poesia drummondiana. Diz-nos o autor sobre o espírito do lugar:

in loco, a paisagem nos envolve, a topografia nos engole e a circunstância nos atinge diretamente, sem moldura. [...] O visível e o vivido, como paisagem, como história verídica ou não, projetados dali, de lá, alimentam essa entidade material e imaterial que uma sabedoria antiga nomeava pela expressão “genius loci”. Essa entidade é o composto da topologia, dos elos entre as coisas e os vivos dimensionados no espaço e no tempo, dos embates que se mostram e que se escondem na paisagem, das ficções reais que a povoam. Em suma, o impacto do lugar faz ler e reler a poesia de Drummond de uma perspectiva daquela a que estamos acostumados. Fui à cidade portando o universo itabirano que encontro nos poemas, e me deparei com a conformação trágica desse lugar corroído, cifra esquisita da negatividade da própria obra, realimentando o fermento interno ao texto, o que o leva a crescer sempre mais (WISNIK, 2018, p. 71).

Vemos assim que, a presença do crítico na cidade modificou sua leitura de Drummond e gerou o que é referido como geocrítica – eixo central para esta pesquisa. Dentre as diversas propostas que o pesquisador e musicista formulou e que nos interessam, cabe ressaltar a leitura crítica de que Drummond fez de sua poesia artífice da luta contra uma lógica de mercado sobre as explorações do território itabirano e, portanto, contra a excludente apropriação espacial em Itabira do Mato Dentro. Diz-nos Wisnik (*ibid.*, p. 118) que a poesia de Drummond nos apresenta “um caso raro de confronto direto da linguagem corporativa e mercadológica com a alta poesia, como só Drummond pôde provocar”. E contra o que lutou o poeta com suas palavras? Isso também nos descreve Wisnik (*ibid.*, p. 121), explicitando mais uma vez a relação entre literatura e espaço urbano, espaço explorado de maneira “produtivista, acumuladora e dissipadora” pelo capital:

a cidade, acoplada simbioticamente a essa potência nascida de suas entranhas [referindo-se à mineração], vive na dependência econômica e política dos ditames da companhia [mineradora], sem ter se beneficiado, nem de longe, de um retorno correspondente ao gigantismo da empresa que gerou. A inusual promiscuidade de origem do sítio minerador com o núcleo urbano acarreta um impacto ambiental que se traduz em altos níveis de poeira de ferro em suspensão, imóveis afetados pela dinamitação das rochas e assoreamento das fontes de água. Longe de ser reconhecida como vítima de uma intrusão abusiva, é a cidade que é posta, na prática, no lugar de intrusa, no momento em que bairros construídos sobre veios de minério de ferro são obrigados a se deslocarem para permitir a continuidade da exploração até o esgotamento total do estoque (WISNIK, 2018, p. 120).

Dialogamos, portanto, com as análises de Wisnik e cotejamo-las com a reflexão sobre a produção do espaço urbano em Henri Lefebvre (2006) e o seu conceito de direito à cidade. Para Lefebvre, o espaço é resultado de uma lógica capitalista e se vê marcado por uma produção descontrolada, alienante, geradora de modos de vida desiguais e segregadores. A modernidade apresenta, assim, uma determinação espacial enquanto problemática que se revela nas práticas urbanas. A discussão de produção do espaço é central na teoria lefebvrea e conforme descreve o próprio autor:

o capitalismo e o neocapitalismo produziram o espaço abstrato que contém o “mundo da mercadoria”, sua “lógica” e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo que a potência do dinheiro e a do Estado político. Esse espaço abstrato apoia-se em enormes redes de bancos, centros de negócios, de grandes unidades de produção. [...] Nesse espaço, a cidade, berço da acumulação, lugar da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico, explodiu (LEFEBVRE, 2006, p. 85).

Contrapondo a lógica desse espaço chamado abstrato, o autor propõe um espaço diferencial produzido na vida cotidiana pelos sujeitos habitantes da cidade. Na voz do autor (p. 84):

numa perspectiva menos pessimista, pode-se mostrar que o espaço abstrato contém contradições específicas [...]. De modo que o espaço abstrato, em que pese sua negatividade (ou melhor, em razão dessa negatividade), engendra um novo espaço, que terá o nome de espaço diferencial. Por quê? Porque o espaço abstrato tende para a homogeneidade, porque ele reduz as diferenças (particularidades) existentes, e porque o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças. Ele reunirá o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social. Ele acabará com as localizações que rompem a unidade do corpo (individual e social), do corpo de necessidades, do corpo do conhecimento. Ao contrário, ele discernirá o que o espaço abstrato tende a confundir.

Somando-se a essa compreensão de espaço diferencial, dentro da obra de Lefebvre, nos deparamos também com o conceito de direito à cidade, que pode ser definido como direito de participação e de não-exclusão dos benefícios que produzem a vida urbana, sendo essa também, vida renovada, transformada (LEFEBVRE, 2011). Em nossa pesquisa,

partiremos também desse conceito de direito à cidade, para problematizar, a partir de Lefebvre, quem define tal conceito “como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar” (LEFEBVRE, 2011, p. 134). É direito

à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de troca, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais (...). Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. (...) Representa também os interesses gerais da civilização e os interesses particulares de todas as camadas sociais de habitantes para as quais a integração e a participação se tornam obsessivas sem que cheguem a tornar eficazes essas obsessões (*ibid.*, p. 137).

Somos ainda convidados por Lefebvre a compreender a cidade como espaço que é forjado e produzido, espaço este desarmônico e fértil de tensões: “o urbano, como forma e realidade, nada tem de harmonioso. Ele também reúne encontros de conflitos. Sem excluir os de classes” (2004, p. 160). Daí que a cidade se apresenta, portanto, “como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições” (*ibid.*) e exija, por um lado, o grito, a denúncia, a reivindicação e, por outro, a demanda, a utopia, o projeto de uma cidade outra.

Ana Fani Alessandri Carlos (2020) concebe, refletindo sobre direito à cidade, que Lefebvre construiu uma crítica da sociedade que consiste na possibilidade de transformação do existente que se move em direção ao futuro. O ponto de partida desta crítica em Lefebvre, de acordo com a autora, é a própria prática urbana, e revela uma determinação espacial. A autora explica que

para o filósofo [referindo-se a Lefebvre] vivemos um momento do processo civilizatório onde se assiste à passagem da historicidade à espacialidade inaugurando o que chama de um período trans-histórico, onde o espaço ganha centralidade sobre o tempo (CARLOS, 2020, p. 353).

A pesquisadora continua alargando nossas compreensões sobre direito à cidade:

na obra de Henri Lefebvre a construção do conceito de “direito a cidade” localiza-se na prática como parte do movimento do real, ao mesmo tempo em que ganha sentido como possibilidade e projeto utópico. Traz como exigência teórica, a compreensão do papel da produção do espaço como determinante da problemática urbana. (*ibid.*, p. 350)

Isso posto, Jacobi (1986, p. 21) dialoga com a autora supracitada e o pensar lefebvreano quando nos questiona: “todas as pessoas que vivem na cidade são cidadãos?”. E, em resposta, afirma, “não é bem assim. Na verdade, todos têm direito à cidade e têm direito

de se assumirem cidadãos, mas de maneira prática, da maneira como as modernas cidades crescem e se desenvolvem, o que ocorre é uma urbanização desumanizada” (*ibid.*). Desse modo, percebe-se a cidade enquanto possibilidade de desumanização, alargando e promovendo desigualdades sociais. É o que discute também Oliveira (2019), ao aclarar-nos que a globalização econômica e o neoliberalismo, associados com a hipertrofia de um crescente individualismo possessivo, são responsáveis pela conformação “de uma ordem global assimétrica, de fragmentações e vulnerabilidades, que estão a afetar e enfraquecer os predicados e os processos de vivência e convivência. Não há dinâmica alheia a essas forças” (*ibid.*, p. 8). Nesse contexto, as cidades assumiriam, de acordo com o autor, o papel de espaços da globalização, recebendo fluxos econômicos e, com eles, as suas verticalizações. Oliveira aposta que as cidades desempenham papéis centrais para o capitalismo, com seus modos de produção e organização, seguindo discursos e modelos estabelecidos por uma lógica orientada pelos imperativos do mercado global. Escancara-se aí, novamente, a relação entre cidade e desigualdade social:

com os seus modos de produção e de ordenação do espaço urbano, os espaços da globalização aclaram o aspecto dual das cidades contemporâneas, em um somatório de contradições internas, entre as zonas dos incluídos e a dos apartados. Apesar das fragmentações e déficits, reside nas cidades as promessas e pautas, reais ou imaginárias, de uma vida digna que, da modernidade à contemporaneidade, transformou-se em uma plêiade de tensões, conflitos e expectativas em torno de interesses e visões de mundo. Atualmente uma reivindicação central para os movimentos urbanos está associada ao direito à cidade, proposto por Henri Lefebvre, que se apresenta inserido nas discussões e projeções dos direitos humanos e fundamentais (OLIVEIRA, 2019, p. 8).

Com vista no referido acima, temos a obra lefebvrea como um *projeto filosófico-político de sociedade urbana* e, nos diz que Lefebvre não pensou o direito à cidade especificamente em sentido jurídico ou por meio de instrumentos juridicamente exigíveis, mas associado analogamente aos direitos humanos. Direito à cidade aparece em Lefebvre, ainda de acordo com Oliveira (*ibid.*, p. 209), como *grito* e como *demanda*:

ou, na tradução à edição em português, como um *apelo*, uma *exigência*. [...] Como um *grito*, o direito à cidade compreende uma dimensão de resposta às exigências e às necessidades de produção e reprodução social da cidade. Como *demanda* reveste-se de um projeto coletivo por uma outra cidade, distinta da moderna e mais da cidade de matriz contemporânea.

O pesquisador também dialogou, em seu trabalho sobre direito à cidade, com David Harvey e Milton Santos. De acordo com a leitura daquele, David Harvey igualmente entrevê o direito à cidade como um dos mais preciosos direitos humanos, definindo tal direito como o

“direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (HARVEY, 2014; apud OLIVEIRA, 2019, p. 209). E, por sua vez, Milton Santos (2013), “analisa o direito à cidade ora em abordagem direta, ora em similitude com o conceito de direito ao entorno” (apud OLIVEIRA, *ibid.*, p. 210). Santos percebe o direito à cidade enquanto o “inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo” (*ibid.*) e aposta que para além de um direito à cidade, “o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna [...] sem isso, não se dirá que existe o cidadão” (*ibid.*).

Oliveira (*ibid.*, p. 212) situa-nos na relação entre Milton Santos e Henri Lefebvre, constatando que,

para Milton Santos, o direito à cidade se relaciona com os direitos de cidadania, para a universalidade de cidadãos, não exclusivamente no sentido de direitos políticos, mas da garantia de direitos para uma vida digna, na cidade ou no campo. As discussões de Milton Santos possuem uma dimensão distinta do caráter reivindicatório das que encontramos em Henri Lefebvre e David Harvey. Embora se reconheça a influência de Lefebvre na obra do geógrafo brasileiro, isso talvez ocorra porque o espaço para o teórico brasileiro assenta-se em uma outra concepção, ligado essencialmente ao sentido dos lugares.

Por sua vez, Magalhães (2020) considerou o direito à cidade como um conceito radical em Lefebvre e expôs que, embora seja esse um conceito fundamental para luta contra as desigualdades sociais, ele passa por um processo de banalização-radicalização ante o avanço da racionalidade neoliberal. Magalhães (*ibid.*, p. 20) indica, em seu trabalho, a necessidade de se “revisitar o projeto utópico do ‘direito à cidade’ apresentado por Lefebvre, ou seja, criticando sua ‘banalização’ e reafirmando sua ‘potência’”. O pesquisador argumenta que, cada vez mais, encontram-se publicações que ratificam a tese de que o termo “direito à cidade” foi banalizado quando incorporado institucionalmente. Magalhães denuncia o que chama de esvaziamento conceitual do termo, “visto que estaríamos diante da neutralização do potencial radical contido na ideia original desenvolvida por Henri Lefebvre” (*ibid.*).

Partimos, assim, desta compreensão inicial de direito à cidade em Henri Lefebvre, para problematizar esta perspectiva de direito, que pode ser enunciado de maneira universal, através de nossas experiências em campo. De igual maneira em que propomos a problematização do direito à literatura de Candido (2011), as reflexões que teceremos também buscarão uma discussão mais ampliada sobre direito à cidade, trazendo mais elementos para um debate que coloque em tema a universalização dos direitos humanos.

À esta altura, cabe pontuar que, se ao iniciar o movimento de pesquisa com os referenciais teóricos, que ora apresentamos, imaginávamos estar apenas afirmando direitos,

foi possível descobrir, através da experiência de campo vivida, elementos muito mais complexos e potentes e à altura dos desafios e problemáticas contemporâneas que enfrentamos na atualidade. Estudar sobre como se dá em campo as percepções e vivências que tangem a experiência de acesso (ou não) daquilo que reivindicam os conceitos de direito à literatura e à cidade, pode, portanto, gerar problematizações e indicativos relevantes para contribuir com as discussões sobre desigualdades sociais nas cidades. Como itabiranos produzem seus modos de vida cotidianos? Como se posicionam diante da mineração e o anúncio do fim dessa? Como se posicionam diante da poesia e da imagem emblemática de um poeta que lutou contra a mineração sendo proclamada através de diversos eventos culturais na cidade? Se podemos interligar o direito à literatura com o direito à cidade, tomando como exemplo a cidade de Itabira do Mato Dentro e sua relação com a obra de Drummond, é possível afirmar que os moradores de Itabira do Mato Dentro acessam, se apropriam e fruem desses espaços da cidade e da poesia de Drummond? Que relação possuem esses moradores com a poesia drummondiana? – essas são algumas das curiosidades provocadas neste trabalho e com as quais lidaremos a seguir.

Cabe elucidar, então, que a presente dissertação está estruturalmente organizada, após esta seção de introdução, em dois outros capítulos, sendo esses, o capítulo seguinte, no qual discutimos sobre nossas metodologias de pesquisa; posteriormente encontra-se o capítulo terceiro, no qual apresentamos descrições e análises das experiências de campo realizadas ao longo da pesquisa. Após o capítulo três é, finalmente, apresentada as considerações finais do trabalho.

1 EXPERIMENTOS COM A ETNOGRAFIA

Através da revisitação dos estudos de Wisnik (2018), percebemos que o crítico se deslocou para Itabira e, a partir disso, pôde ler Drummond por outra perspectiva. Em Wisnik, o espaço emerge como imperativo para formulação de sua geocrítica. Podemos dizer que sua leitura de Drummond se deu em presença da cidade cantada nos versos do poeta.

Em termos metodológicos, nossa pesquisa consiste na elaboração de um caminho semelhante ao de Wisnik: ir até moradores da cidade de Itabira do Mato Dentro para ouvi-los e compreender seus posicionamentos sobre uma cidade onde a mineração anuncia seu fim e a literatura é proclamada, de certa maneira, como alternativa econômica para a cidade.

Buscamos a realização de um experimento com etnografia, com a utilização de entrevistas e observações, orientando-nos pela perspectiva de etnografia abordada por Magnani (2002, p. 11), quando aponta que

o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento.

Ao realizar as entrevistas, nos atentamos para o que adverte o mesmo autor (*ibid.*, p. 7), ao empreender que, nas discussões e pesquisas sobre cidades, dificilmente se vê a participação de seus moradores. Ao estudar sobre direito à cidade, torna-se imprescindível falar com esses, pois são eles que, na perspectiva de Magnani, “em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole”. Entrevistar os moradores, falar com eles e escutar as suas vozes possibilitou-nos sua maior incorporação, na pesquisa, enquanto atores da dinâmica urbana de nosso contexto de investigação. E, novamente com Magnani (*ibid.*), compreendemos que

a incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar "competente" que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo.

A realização de entrevistas com esses atores nos permite *um olhar de perto e de dentro*, isto é, *ip. lit.*,

em vez de um olhar de passagem, cujo fio condutor são as escolhas e o trajeto do próprio pesquisador, o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa. (MAGNANI, *ibid.*, p. 13)

Assim, de acordo com a perspectiva de Magnani, no contexto urbano, como é o caso de nosso contexto de pesquisa aqui, cabe à etnografia captar o movimento duplo de olhar de perto e de dentro. Magnani sugere, portanto, uma perspectiva etnográfica que revele os interlocutores das pesquisas como responsáveis por uma dinâmica cotidiana que só pode ser desvelada através dos movimentos de olhar de perto e de dentro. Para o autor,

a cidade, mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos, etc.) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos. Esse resultado, sempre em processo, constitui, por sua vez, um repertório de possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos (MAGNANI, 2009, p. 132).

Tendo sido feito, parte de nosso trabalho de campo, em edições de um festival de literatura, as indicações de Magnani em sua obra *Festa no Pedaco*, de 2003, também foram consideradas, mesmo que o autor tenha se dedicado a estudar o lazer de camadas populares. *Festa no Pedaco* (2003, p. 18), o autor reflete sobre a importância da etnografia para discussão do lazer, pois mesmo aquilo que se pode considerar lazer não está “imune de preconceitos quando se trata, não de desfrutá-lo, mas de refletir sobre seu significado”. O autor propõe em sua obra, então, uma reflexão sobre o tempo livre em bairros periféricos da cidade de São Paulo e conclui que foi de extrema necessidade fazer parte da realidade que observava, o que significou terminar por se fazer pertencente ao “pedaço”, ou seja, ao espaço de seus companheiros de pesquisa.

Desta mesma forma é que buscamos, em nosso trabalho, realizar entrevistas como conversas, seguindo indicações de Peter Woods (1987), dentro de uma informalidade que propiciou aos meus interlocutores expressarem suas ideias e sentimentos de maneira confortável. Em nosso trabalho, embora tenhamos realizado entrevistas semiestruturadas com alguns dos sujeitos, uma importante parcela de entrevistados foi interpelada durante a participação de um evento no cotidiano da cidade, de maneira não planejada e, muitas vezes, sem que se conhecesse o entrevistado antes da entrevista. Nos dizeres de Woods (*ibid.*, p. 82. tradução minha), o termo

"entrevista" não é precisamente um termo afortunado, pois implica uma formalidade que o etnógrafo busca evitar. Prefiro chamá-las de conversa ou discussões, o que melhor indica um processo livre, aberto, democrático, bidirecional e informal, e em que os indivíduos podem se manifestar tal como são, sem se sentirem presos a papéis predeterminados.¹⁰

Junto a Ruth Cardoso (2004, p. 101), percebemos a potencialidade do instrumento de entrevistas para a investigação que apresentamos:

¹⁰ “‘Entrevista’ no es precisamente un término afortunado, pues implica una formalidad que el etnógrafo trata de evitar. Prefiero llamarlas conversaciones o discusiones, lo que indica mejor un proceso libre, abierto, democrático, bidireccional e informal, y en el que los individuos pueden manifestarse tal como son, sin sentirse atados a papeles predeterminados”(WOODS, 1987, p. 82).

a interpretação que se constrói sobre análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontram. A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário.

A dimensão de mediação mencionada pela autora é modulada em nossa pesquisa pela noção de presença, tal como proposto por Isabelle Stengers (2018, p. 451), no texto *A proposição Cosmopolítica*, “uma produção pública, coletiva, de saberes em torno de situações que nenhuma expertise particular pode ser suficiente para definir, e que requerem a presença legítima, ativa, objetora e propositiva de todos que estão ‘implicados’”. Para a autora, uma proposta cosmopolítica de ciência considera de maneira veemente a presença dos sujeitos ou grupos investigados em uma ação investigativa. Assim, assumimos em nossa pesquisa, a realização de um estudo imersivo na fortuna crítica da poesia de Drummond, orientados por essa dimensão da presença em Stengers (2018), na busca por possíveis conexões com a experiência dos itabiranos contemporâneos a um momento singular de mudança: o fim anunciado da mineração e a inauguração, pela mesma empresa ícone da mineração na cidade, de um novo evento literário internacional.

A perspectiva de observação participante elucidada por Cardoso nos acompanhou na realização de nossas ações de pesquisa. Ao investigar o campo, de acordo com a autora supracitada, é necessário valorizar tanto a observação quanto a participação, “e se esta última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se completam, a primeira fornece a medida das coisas. Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo ideias de significação” (CARDOSO, 2004, p. 103).

Nos anos de 2021 e 2022 realizamos em nossa pesquisa, portanto, diversas incursões em campo na cidade de Itabira do Mato Dentro. Foram feitos muitos momentos de diálogos com moradores da cidade que participaram de eventos locais e também diversas visitas guiadas a museus da cidade, visitas a exposições e apresentações culturais de artistas locais, visitas a espaços e exposições dedicadas à obra de Drummond na cidade, entre outros momentos da pesquisa.

De maneira mais sistematizada, no entanto, dados os limites de nosso estudo, nos ateremos, neste trabalho, à discussão de apenas dois momentos de campo, a ser analisados nos capítulos seguintes. A primeira incursão aconteceu através de um movimento de exploração de campo no ano de 2021, em que uma nova gestão municipal assumiu a prefeitura de Itabira. Desde então, tem sido proposta significativa movimentação cultural na cidade, incluindo a

realização do primeiro festival literário em parceria com o “Instituto Cultural Vale”. A divulgação desse festival ocorreu no segundo semestre de 2021 e sua realização deu-se em outubro do mesmo ano.

Havendo contexto para um festival que mobilizava a temática da literatura e que, por sua vez, apresentava como proposta de trabalho a realização do festival em praça pública, foi incluída a observação participante no evento em nossa pesquisa, com fins de responder à pergunta central de nossa investigação. Assim, como uma oportunidade ímpar de aproximação de nosso objeto de estudo, nos propusemos a realizar um exercício prático: observar e interagir em partes da festa literária, enquanto pesquisador até então proponente de um projeto. Nesta experiência exploratória de campo, foram realizadas observações parciais do evento em três dias distintos – 28, 29 e 30 de outubro de 2021.

A experiência foi produtiva e nos orientou em torno de um redirecionamento de nossas propostas que, até aquele momento estavam voltadas apenas para o acesso dos itabiranos no Museu dos Caminhos Drummondianos, um museu na cidade de Itabira. A partir desse momento, decidimos, então, investir nossos olhares para a discussão do acesso dos itabiranos em ações culturais na cidade, tendo já como panorama a segunda edição do festival literário que estava sendo prometida para o ano seguinte. Em verdade, a segunda edição do festival ocorreu entre 31 de outubro a 06 de novembro de 2022. Importante destacar que, embora significativa parte de nosso trabalho de observação se desse dentro de um evento, não era de nosso interesse analisar o festival em si (sua origem, seu histórico, sua organização, seus realizadores, entre outros, por exemplo). Entretanto, interessava analisar as dinâmicas que – ocorridas nessa atividade cultural – pudessem nos dizer sobre as leituras que fazem os sujeitos itabiranos que dela participaram sobre o atual contexto de sua cidade, e o que essas dinâmicas e leituras dos sujeitos podem nos dizer sobre direito à cidade e o direito de acesso à literatura em Itabira do Mato Dentro.

Através das observações realizadas em ambas as edições do festival, foi estabelecido um contato inicial com moradores da cidade e, eventualmente, outros contatos foram programados para realização das entrevistas semiestruturadas, sendo realizadas um total de quatro entrevistas dentro desse critério. Como já estabelecido, dado que grande parte do trabalho de observação ocorreu dentro do contexto de dois eventos da cidade, outro quantitativo de entrevistas não-programadas, como conversas, foi realizado. Torna-se difícil mensurar, em números exatos, as pessoas com quem ocorreram diálogos durante as observações de campo nas duas edições do festival de literatura. No entanto, de maneira

mais precisa, podemos constatar que, pelo menos nove desses diálogos com os sujeitos durante o evento, foram considerados para as análises.

Assim, organizamo-las, incluindo as descrições dos dados produzidos na experiência de campo nas duas edições dos festivais, nos três capítulos seguintes: no capítulo 3, discutimos sobre as dinâmicas de segregação social no acesso à literatura em Itabira do Mato Dentro, em dois subitens que debatem a ocupação e segregação urbana e sobre tensionamentos raciais. No capítulo 4, debatemos sobre diferentes formas de participação de adultos e crianças na experiência de acesso à literatura no espaço urbano, em outros dois subitens que propõem refletir sobre as dinâmicas estabelecidas por diferentes atores que participaram do evento literário; e, por fim, o capítulo 5, no qual abordamos um cenário mais amplo, para além do próprio festival – uma breve incursão na temática da mineração através das falas dos itabiranos e a produção recente de etnografias da mineração, cuja participação no festival literário e encontros na experiência de campo tornaram possível.

2 DINÂMICAS DE SEGREGAÇÃO SOCIAL NO ACESSO À LITERATURA EM ITABIRA DO MATO DENTRO

O dicionário Michaelis on-line define que a palavra *festival* pode significar “festa de grandes proporções; festividade” (FESTIVAL, 2023). O dicionário Houaiss (2004, p. 340), por sua vez, define *festival* enquanto “grande festa; evento artístico periódico [...]; grande quantidade”. Assumindo o verbete presente nas duas definições dos dicionários, podemos associar tal significado ao conceito de festa proposto por Henri Lefebvre (1991; apud SOUZA, 2010, p. 10), que no-la apresenta “como fenômeno espacial; elemento que tem no seu campo a sua gênese, mas que faz da cidade seu ambiente privilegiado”. Para Lefebvre, não existe realidade social fora do espaço e, por isto, o espaço passa a ser central na estruturação social e, portanto, “a festa se espacializa na cidade, ganha forma e contorto em seus limites” (LEFEBVRE, 1991; apud Souza, *ibid.*, p. 21). Através do estudo de Souza, fica evidente que discutir festa em Lefebvre implica atingir a espacialidade, isto é, faz-se necessário observar a festa enquanto fenômeno espacial que também resguarda suas potencialidades, suas desigualdades e contradições (SOUZA, 2010).

Em suas duas edições, o FLItabira foi realizado em “parceria” entre instituições públicas e privadas (ANEXO A e B). Dentre as atividades realizadas nas edições do evento, predominaram-se mesas de debates realizadas em diferentes espaços do evento (rua, museu,

calçada). De acordo com a página oficial do evento, a idealização e curadoria da primeira edição do festival aconteceu pelo jornalista Afonso Borges, “em uma iniciativa do Instituto Cultural Vale” (FLITABIRA, 2021). O termo empregado pela notícia divulgada na página do evento é ganhar, pois “Itabira, presente em todas as obras de Carlos Drummond de Andrade, que agora ganha seu primeiro Festival Internacional de Literatura” (FLITABIRA, 2021).

A notícia divulga também a fala de uma das gerentes da empresa mineradora:

para nós, do Instituto Cultural Vale, é uma alegria contribuir com a realização deste primeiro Festival Literário Internacional de Itabira. É especialmente simbólico celebrar a cultura no lugar onde nasceu Drummond, e que também é berço da Vale. Desejamos que essa experiência se multiplique em muitos encontros, aprendizados e descobertas, e que mais pessoas possam ter oportunidades de ampliar suas visões de mundo, por meio da Literatura”, diz Flavia Constant, Gerente Executiva de Investimento Social e Cultura da Vale. O Festival conta também com o apoio da Prefeitura de Itabira, através da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade (FLITABIRA, 2021).

A segunda edição do evento também foi realizada com o patrocínio da empresa mineradora Vale, conforme divulgado também pela página oficial do festival. Desta vez, no entanto, também com a curadoria de dois moradores da cidade:

com o patrocínio do Instituto Cultural Vale, o Festival Literário Internacional de Itabira – Flitabira – chega à sua segunda edição celebrando os 120 anos de Carlos Drummond de Andrade, um dos mais importantes nomes da literatura brasileira. [...] A festa da leitura do Flitabira vai se materializar em diversos campos da arte e do conhecimento, em diversos formatos e camadas, em lives [...]. Tudo em busca da inovação e tendo a criatividade como inspiração, fatores que caracterizam os festivais e eventos promovidos pela Associação Cultural Sempre um Papo, gestora também do Fliaraxá, que entra, em 2023, na sua 11ª edição, e do próprio “Sempre um Papo” em seu 36.º ano de vida. [...] 2.º Flitabira conta com a curadoria do jornalista Afonso Borges, dos escritores Antônio Carlos Secchin, Tom Farias e do artista visual Pedro Drummond. A curadoria local, por sua vez, foi feita por Sandra Duarte e Rafael de Sá (FLI, 2022).

Na programação divulgada oficialmente pelo evento, em sua primeira edição, encontra-se a seguinte apresentação: “uma cidade existe como entidade poética antes mesmo de pisarmos em suas ruas. Assim é Itabira, presente em todas as obras de Carlos Drummond de Andrade, que ganha seu primeiro Festival Internacional de Literatura” (FLI, 2021, p. 2). O tema central dado ao festival em sua primeira edição foi de “‘A pedra e o sino’, uma alusão ao poema mais importante do século 20 [referindo-se a poemas de Drummond], representando importantes simbologias nos diversos contextos políticos e sociais” (*ibid.*).

A primeira edição do evento ocorreu durante a pandemia do Corona Vírus, em um momento em que já se sentia relativo alívio com relação às condições sanitárias, graças ao nível de contágio e mortes que diminuía gradativamente devido à vacinação. Foi apresentado, portanto, uma proposta de atividade híbrido, “com mesas de debates virtuais, incluindo escritores nacionais e internacionais, ações locais como programação infantil, lançamentos literários com a presença de autores da cidade, livraria de rua e feira gastronômica” (*ibid.*).

A segunda edição do festival também foi realizada em formato híbrido (on-line e presencial) ou, como denominou a proposta da segunda edição do festival, em formato *fligital*, “que interliga as dimensões possíveis da experiência: ao vivo e on-line, com 4 convidados em palcos de cidades diferentes (Itabira e São Paulo), transmitidos em duas páginas distintas” (FLI, 2022, on-line). A segunda edição do Festival apresentou como temática a comemoração dos 120 anos de nascimento de CDA e, de acordo com dados oficiais do evento, comparando-se à primeira edição do festival, houve um crescimento de público presencial de 40% (FLI, 2022, on-line).

Neste capítulo de abertura de nossas reflexões mais detidas sobre a experiência de campo, discutiremos sobre duas dinâmicas de segregação social: a espacial, no primeiro subitem do capítulo; e racial, no segundo subitem.

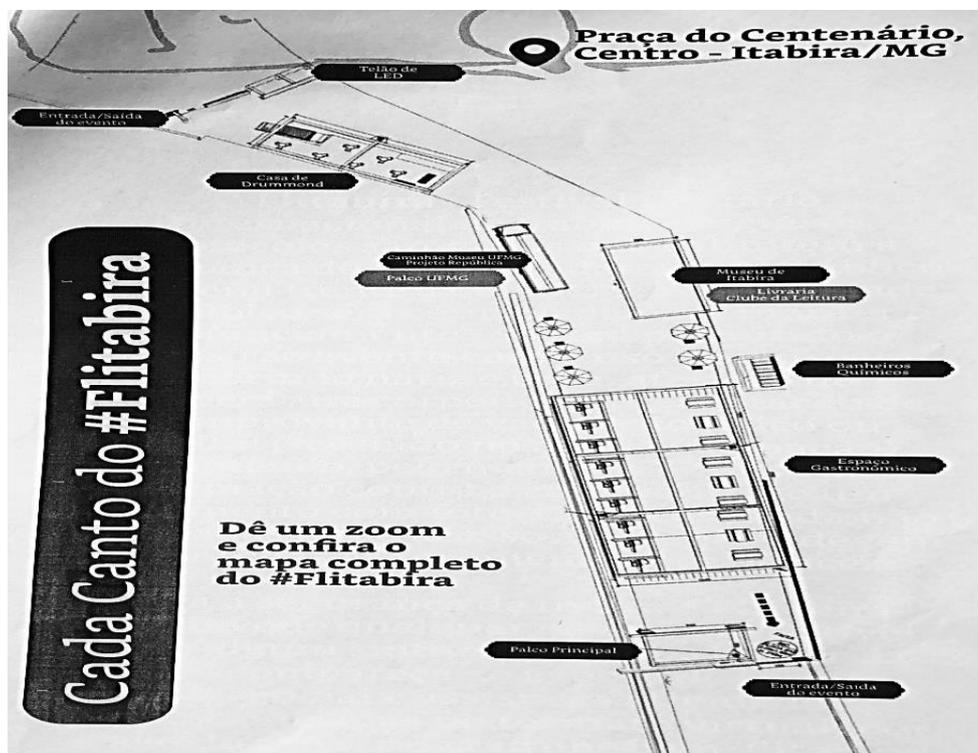
2.1 Tensões presentes na ocupação e segregação urbana em Itabira do Mato Dentro

*“Aqui tem água à vontade e a gente come pipoca, que é mais barato,
e fica vendo tudo de camarote”.*

As duas edições do Festival Literário Internacional de Itabira ocorreram em uma rua pública da cidade de Itabira do Mato Dentro, onde estão localizados diversos espaços históricos da cidade citados pela poesia de Drummond, dentre eles: o casarão colonial da família Andrade, onde viveu Drummond; a escola pública e ainda em funcionamento, onde estudou Drummond; o casarão também colonial da antiga prefeitura e cadeia, onde hoje funciona o Museu de Itabira; o local onde funcionava a Matriz de Nossa Senhora do Rosário que frequentava Drummond enquanto viveu em Itabira (o prédio original da igreja foi demolido e em seu lugar foi construída uma igreja “modernosa e feia”, como descreve Wisnik [2018], mas onde ainda se encontram em funcionamento símbolos da poesia drummondiana,

como o Sino Elias). Mapas construídos pela organização do festival nos ajudam a elucidar melhor a dimensão espacial da localização do evento em suas duas edições:

Figura 1: Mapa da primeira edição do FLI (2021).



Fonte: programação do I Festival Literário Internacional de Itabira.

Durante as observações nesse primeiro ano do FLItabira, foram percebidas alterações entre o planejamento concebido para o espaço, expresso através do mapa, e a concretização desse planejamento. A localização dos banheiros químicos se deu na entrada/saída do evento próximo à casa de Drummond, e não na centralidade do local. O “Caminhão/Palco da UFMG” estava mais próximo do “espaço gastronômico” e não foram colocadas as sombrinhas ou mesas, entre esses dois espaços (palco e espaço gastronômico). Na entrada, próxima ao palco principal, foi realocado, de modo menos rigoroso e mais disperso, uma exposição de poemas de Drummond e obras de Portinari sobre Dom Quixote, que havia sido realizada tempos antes pela prefeitura da cidade em outro local. Além disso, outro fator importante de ser citado, diz respeito à dificuldade para acessar o local de carro por falta de estacionamento (DIÁRIO DE CAMPO, 28/10/2021).

Além disso, devido à circulação do Corona Vírus ainda estar em alta nessa primeira edição, foram estabelecidas medidas de controle do número de pessoas dentro do evento:

no início da rua e no final da rua foram instaladas barreiras, que sempre estavam com um ou mais seguranças, vestidos de terno preto e, em tese, os mesmos exigiam o cartão de vacinação na entrada, além de controlar o número de pessoas. [Houve] dias em que a lotação máxima foi atingida e a entrada de pessoas não foi mais permitida (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2021).¹¹

Já na segunda edição, no ano seguinte, foi possível observar uma menor divulgação do mapa (que não constava na programação oficial, diferenciando-se da primeira edição, por exemplo). Contando que a segunda edição apresentou um mapeamento computadorizado. Vejamos:

Figura 2: Mapa da segunda edição do FLI (2022).



Fonte: programação do II Festival Literário Internacional de Itabira.

Embora a localidade do evento tenha sido a mesma da edição anterior, a disposição dos espaços construídos para tal foi alterada, tendo alguns elementos retirados e outros adicionados. Na segunda edição, a livraria esteve localizada na entrada principal, não houve participação do Caminhão da UFMG, foi incluído um coreto para exposições e o palco onde ocorriam as mesas foi constituído de maneira mais reservada e individualizada, em frente à entrada da Casa de Drummond. O Museu de Itabira esteve aberto para visitação e parte da programação foi realizada dentro do museu. Permaneceram os *stands* de vendas, com maior

¹¹ Nas transcrições dos trechos do diário de campo e entrevistas apresentadas em nossa pesquisa, optei por manter um estilo mais próximo ao texto original, de maneira a respeitar certas informalidades e também os traços da oralidade nas transcrições. Assim, as edições feitas nos trechos de diário de campo ou entrevistas foram sinalizadas com colchetes e itálicos, apenas para possibilitar melhor fluidez no texto.

número de mesas para refeições. Os banheiros continuaram localizados à porta de entrada do evento. Também houve distinções na programação das duas edições do festival: foi incorporada maior participação de escolas públicas, além de atividades voltadas para o público infantil ter sido disponibilizadas. Mesas com temáticas étnico-raciais foram destaques, e batalhas de *slam* (gênero poético comumente periférico, semelhante ao rap) foram inseridas.

Lefebvre nos propõe uma compreensão do espaço que leve em consideração sua dimensão temporal e as ações dos sujeitos e,

nessa percepção, [também] estabelece três níveis distintos na produção social do espaço: o espaço concebido, o percebido e o vivido. Separar essas três esferas é algo praticamente impossível, pois elas se entrelaçam [...]. Segundo o autor, o espaço carrega consigo representações particulares, próprias do cotidiano, do vivido. Ao mesmo tempo, ele transmite a mensagem do poder hegemônico, da dominação – reflexo do seu aspecto concebido (SOUZA, 2010, p. 24-25).

Considerando esses apontamentos e pensando especificamente nas ações dos sujeitos sobre o espaço, alguns trechos de diários de campo nos ajudam a compor nossas reflexões sobre como se deu a interação de itabiranos com o espaço durante o evento. Começamos pela narrativa da entrada no festival, em sua primeira edição, onde já perceberemos o estranhamento entre mim, pesquisador, e o espaço em que me inseria naquele momento:

16:04. Tarde de quinta-feira. Cheguei na cidade de Itabira e não percebo nenhum movimento grande aos arredores do centro da cidade – o que mudou muito ao chegar efetivamente no centro da cidade, local onde o evento estava sendo realizado e uma das ruas que mais amo em minha cidade. Um local verdadeiramente afetivo para mim. Encontrei muita dificuldade para estacionar o carro. Dei como umas quatro voltas até achar uma vaga difícil, em um morro (ainda no centro histórico da cidade) e deixo o carro ali estacionado, embora me sinta sempre desconfortável em deixar o carro em morros, sobretudo se tratando de um morro estreito de uma rua histórica. Enfim estacionado o carro, subo outro pequeno morro para chegar até o evento. Planejava subir esse morro até chegar a um beco que daria para a rua do [festival], mas a entrada do beco estava tapada com algum tipo de tapume, de madeira. Eu conhecia muito bem esse beco e inúmeras são as vezes em que passei por ele. Mas tive que dar a volta até chegar na entrada principal [...]. Essa situação me deixou um pouco desconfortável, com a sensação de que eu estava desinformado [...], [a ponto de] não saber, sequer, a entrada. Fiquei com vergonha e abaixei a cabeça para nem correr o risco de ver se alguém me estava vendo. É certo que quem mandou tampar aquele beco não sabia da importância que ele teria para mim de, naquele dia, evitar dar uma volta e, também, em passar por um caminho não tão óbvio, mas que fala muito da minha história afetiva com aquele lugar. Quando não somos de um lugar, quando não o conhecemos totalmente, é possível que gastemos um bom tempo passando apenas pelo caminho “oficial”. É preciso conviver em um lugar para conhecer os atalhos, as inúmeras maneiras de se chegar a um mesmo local. É preciso viver em um local para descobrir, depois de longo tempo passando por um caminho mais longo, que, afinal, existia um caminho mais curto, um atalho. Pois bem, cheguei até a entrada e notei a organização do ambiente: pessoas bem-vestidas e aparentadas, espaços separados (livraria, palco, bar, banheiro, caminhão

da UFMG), segurança na porta vestido de preto, um som de jazz ou piano como fundo musical (DIÁRIO DE CAMPO, 28/10/2021).

Minhas expectativas de encontro com um ambiente no qual eu me sentiria totalmente confortável começaram a ser desconstruídas já em minha primeira tentativa de acesso ao local do festival: o acesso pelo “atalho”, que eu tanto conhecia, já não era mais possível. Embora não se tratasse de uma rua do meu bairro, a minha curiosidade e desejo de interagir com os patrimônios históricos de Itabira (cujo cerne se encontra nesta rua onde foi localizado o evento), sempre me fizeram, desde criança, atravessar a cidade e passar por ali – daí a minha relativa familiaridade com o local. Esta situação, que *a priori* pode nos parecer superficial, além de nos dizer um pouco sobre a dimensão do espaço vivido, nos faz retornar novamente a Gilberto Velho (2013), quando nos diz da observação de contextos familiares. Em capítulo intitulado “O antropólogo pesquisando em sua própria cidade”, o autor nos adverte sobre a importância do estranhamento para um pesquisador de sua própria sociedade: “para realizar o seu trabalho [o pesquisador] precisa permanentemente manter uma atitude de estranhamento diante do que passa, não só à sua volta, como com ele mesmo” (VELHO, 2013, p. 84). Acredito que, se estivesse naquele local apenas para participar do evento como um simples ouvinte, não perceberia meu incômodo com relação ao beco, ao atalho que fora fechado.

Embora essa passagem do diário de campo narre o primeiro contato com o espaço do festival e o estranhamento, não apenas impressões de descontentamento foram vivenciadas. Durante o festival, por exemplo, muitas vezes ouvi dos participantes expressões do tipo: “Itabira merecia, Itabira precisava de um evento desses”. Vejamos duas passagens do diário de campo que nos trazem estas falas. No contexto da primeira transcrição, tratava-se do primeiro dia de atividades do FLItabira e eu estava observando uma mesa de discussão sobre Drummond. As mesas de debate ocorreram todas no meio da rua, com cadeiras para a plateia. O momento que se narrará a seguir, eu me localizava em uma das cadeiras da plateia.

A mesa é aberta com a mediadora falando sobre Drummond: “Drummond é considerado um dos maiores poetas do mundo”. A mediadora também lê um trecho de um livro de Drummond e então, pergunta aos que estão na mesa sobre como os trabalhos deles refletiam a poética drummondiana. [...] Um dos participantes comentou: “falar da literatura de Drummond... é simples, mas é difícil demais!”. Neste momento, desfoquei minha atenção para as falas da mesa porque percebi que havia uma mulher fumando em um jardim, fora do ambiente da mesa, mas em uma distância que eu pude vê-la. Esse jardim se localizava ao lado da rua, como se fosse o canteiro da rua em que a mesa funcionava. A mulher estava vestida com a roupa preta da organização [...] e por isso percebi que ela estava trabalhando de caixa no evento. Ela estava com uma expressão e uma atitude que me despertou curiosidade, já que me pareceu estar totalmente apartada [das atividades que ocorriam]. Resolvi me aproximar dela para tentar interagir. Me aproximei e me apresentei e senti uma

certa desconfiança por parte dela. Perguntei sobre o que ela fazia no [festival] e ela me explicou, gentilmente, sobre como era o trâmite para fazer compras na área de alimentação [...]. Perguntei também o que ela achava do evento, e ela disse que “Itabira merecia”, e que era a primeira vez que via [algo] desse nível na cidade (DIÁRIO DE CAMPO, 28/10/2021).

Em outro trecho, tratava-se de um horário de intervalo das atividades, por volta do meio-dia. Eu me encontrava tomando um refrigerante, em uma mesa na área de alimentação, enquanto observei uma mulher almoçando, com trajes sociais, e falando ao telefone. Resolvi me aproximar para interagir, e como resultado, também obtive uma opinião positiva com relação ao festival:

decidi conversar com uma das pessoas que estava na mesa ao lado, almoçando [...]. Ela falava ao telefone com alguém, e eu busquei esperar que ela terminasse a conversa para me aproximar. Perguntei se poderia atrapalhar um pouco o almoço dela para conversar. Ela foi um pouco ríspida, e disse: “depende, do que se trata?”. Me apresentei como estudante de mestrado e ela respondeu que só iria falar comigo “porque sabe como é difícil essa vida de mestrado”. Perguntei o que ela estava fazendo naquele ambiente e ela disse trabalhar ali perto e que decidiu ir até o evento para almoçar. [...] Entre as perguntas que fiz, ela se mostrou mais aberta, e relatou ser de Itabira e amar a cidade, mas ter morado 20 anos fora do município. Me respondeu que gostava de literatura e de Drummond e disse: “gosto muito [de literatura], acho que ter um ídolo mundial faz toda diferença”. Contou que estudou em escola pública e que fazia muitos trabalhos sobre o Drummond [...]. Me despedi rapidamente e retornei para a mesa ao lado. A mulher retorna ao telefone e comenta com alguém por mensagem de áudio: “amiga, isso tem que funcionar de maneira permanente” (DIÁRIO DE CAMPO, 29/10/2021).

Vemos, através dos trechos, dois perfis distintos de interlocutores que expressam impressões positivas sobre o evento – a primeira, uma mulher trabalhadora no festival, em um momento de descanso, e a segunda, também trabalhadora, mas não do FLI e deduzi que de um emprego formal. As impressões das duas mulheres nos trazem a percepção da importância atribuída às atividades da feira literária por parte de quem se beneficia ao trabalhar em sua organização, mas também por parte daqueles que estão no entorno, ainda que passando por ele apenas para realizar uma refeição. Cabe nos questionar o que se encontra no âmago destas expressões, como a expressão “Itabira merecia”. Assumamos que, quando se referem a Itabira, nesta expressão, os falantes implicitamente dizem que “as pessoas da cidade de Itabira mereciam um evento como este”, talvez por reconhecer potencialidade na promoção de algo para além do trivial e que ultrapasse as barreiras daquilo que não acontece de maneira permanente, parafraseando a interlocutora, e propiciando o gozo e o fascínio que se têm quando vemos coisas das quais não estamos acostumados a ver.

Essa fala nos encaminha para a passagem de dona Aurora¹² na experiência de observação. O encontro com dona Aurora deu-se no segundo dia de observação, logo após o contato com a interlocutora durante o almoço. Dona Aurora, uma senhora idosa, negra, de cabelos brancos e roupas modestas. Ela estava sentada em um banco na calçada em frente à casa de Drummond, admirando com calma a movimentação da rua. Aproximei-me dela, a qual ainda não me havia revelado seu nome, para perscrutar:

nos apresentamos e ela se identificou como Aurora, a quem chamei, durante todo nosso contato, de dona Aurora. Eu disse a ela que era estudante e estava ali observando o evento. Também contei que era professor em um bairro da cidade. “A senhora gosta do Drummond?” – perguntei, caçando assunto, para que o silêncio não imperasse. “Não tenho nada a *cramar*, não” – respondeu ela. A resposta me encheu de entusiasmo, porque talvez tenha sido a primeira interlocutora que respondeu a essa pergunta sem a intenção de me impressionar. Perguntei a dona Aurora como ela soube do evento. Ela me relatou ser mãe do segurança que estava trabalhando na portaria e que morava no Bela Vista (um bairro em Itabira próximo ao centro e vizinho “colado” de uma barragem). Ficamos em silêncio alguns segundos e, quando eu achei que a conversa não iria muito para frente, Dona Aurora disse: “deixa eu te perguntar, aquele lugar ali tá aberto?” (apontando para a casa onde morou Drummond). Disse para Dona Aurora que ali era a casa do Drummond e que ia perguntar se estava aberto. Perguntei a alguém da organização que estava próximo e, retornei a dona Aurora. Perguntei se ela nunca tinha ido até a casa e ela me disse que não. Tive a ideia de convidá-la para ir conhecer a casa (DIÁRIO DE CAMPO, 29/10/2021).

O convite feito a dona Aurora foi prontamente aceito. Atravessamos a rua e adentramos na casa do poeta:

chegando lá, [...] dona Aurora estampava um rosto curioso. Pude perceber o brilho nos olhos, que se destacavam junto à máscara de proteção no rosto. Dona Aurora fazia expressões de espanto e de surpresa com algumas informações que eram passadas pela guia da casa. Em um momento, por exemplo, ao entrarmos no quarto onde supostamente dormia Drummond, dona Aurora reparou em uma colcha de retalhos esticada na cama e perguntou: “que linda! A colcha é da época? A cama é da época?”. A colcha não era, mas a cama, sim. Em outros cômodos da casa, eu e dona Aurora tiramos *selfies*. Meu coração estava eufórico. Quando já havíamos percorrido a totalidade da casa e estávamos no jardim, dona Aurora pediu para ir ao banheiro. Indiquei para ela o caminho e falei: “dona Aurora, eu já vou indo, tá?”. Dona Aurora disse: “me espera! E se eu me perder aqui, uai?”. Eu e a guia da casa rimos. Esperei-a, para na saída receber, em troca, um emocionado agradecimento, com as palavras que gravei, pois estão até agora martelando em minha cabeça: “nasci aqui [em Itabira] e não conhecia [a casa de Drummond]! Muito obrigado por me trazer, viu? Quem diria que um dia eu iria entrar aqui! Vou falar com meu filho. Vou falar pros meus netos que conheci a cama do Drummond!”. Quase chorei ao ouvir isso. “Imagina, dona Aurora. Essa casa é nossa” – respondi. E o que mais eu poderia responder? Dona Aurora tinha sido assaltada durante toda a sua vida de seu direito de ocupar esse espaço e me senti privilegiado por ter sido eu a estar com ela ali, pela sua primeira vez. Me despedi de dona Aurora e fui ao banheiro, dessa vez já fora da casa de Drummond. Decidi ir embora após o banheiro e na saída do evento

¹² Em todo nosso trabalho, os nomes reais dos interlocutores foram substituídos por nomes fictícios. Os nomes escolhidos são de personagens da obra de Drummond, ou de pessoas que tiveram algum tipo de ligação da história de vida do poeta.

encontrei dona Aurora novamente, conversando com o segurança, filho dela e que estava trabalhando ali. “É ele!” – disse dona Aurora, apontando para mim, que me aproximei. “Ele que me levou lá!” (referindo-se à visita que fizemos na casa de Drummond). Me apresentei para o filho dela e ele se apresentou para mim, dizendo: “pode me chamar de Emílio”. Dona Aurora contou brevemente, com sorriso e aparente orgulho no rosto o nosso passeio. Emílio falou: “eu também nunca tinha ido lá”. “Mas agora você já foi, né?” – perguntei, mencionando o fato dele estar trabalhando no evento. “Fui, porque eu almoço lá. Aí eu fico de bituca, só olhando”. Dona Aurora pediu para que eu mostrasse para Emílio as fotos que tiramos. Troquei celular com Emílio para enviar as fotos, após mostrá-las. “Vou salvar seu número como Emílio de dona Aurora”, brinquei. Eles riram. Me despedi deles. Entrei no carro e abri a foto de perfil de Emílio. Uma foto dele, trabalhando no evento, com uma reprodução da tela de Portinari ao fundo, que estava sendo exposta. Me emocionei no carro (DIÁRIO DE CAMPO, 29/10/2021).

Do longo, mas necessário trecho acima, podemos destacar o quanto o entrelaçamento de direito à cultura (dentro do qual se insere o direito à literatura) e direito à cidade se exemplificam no contexto descrito. Mas, mais do que evidenciar a relação entre esses dois direitos humanos, o trecho nos traz o relato de duas pessoas a quem, aparentemente, ambos estavam negados. Percebemos, portanto, que as desigualdades sociais do espaço urbano se expressam, também, nas dinâmicas culturais da cidade. E que tais dinâmicas emergem enquanto espaços contraditórios, ora mantendo opressões e ora possibilitando rupturas (ainda que moleculares ou não intencionais).

Em dissertação intitulada *Entre a vila e a mina: violações de direitos em Itabira*, Souza (2019, p. 7) investigou “sobre os extrativismos e as violações de direitos que essa atividade promove” no território itabirano e nos afirma que

[Itabira,] que serviu de laboratório para os empreendimentos de megamineração conta com 15 barragens de rejeitos cercando a cidade. Salienta-se que 5 ficam próximas do perímetro urbano – entre elas, as duas maiores, Pontal e Itabiruçu – e as casas, em alguns bairros, terminam onde começa a represa de rejeitos de minério de ferro. Esta conta com 130 milhões de metros cúbicos de rejeitos, porém, conta com o processo de ampliação de capacidade em andamento, a previsão é que em 2020 possa abrigar 230 milhões metros cúbicos – cinco vezes o total que vazou de Fundão, em Mariana, em 2015. Enquanto aquela construída rente a outros bairros da área urbana, muito mais populosos, tem capacidade para 220 milhões de metros cúbicos de rejeitos, 18 vezes mais do que havia em Brumadinho (SOUZA, 2019, p. 83).

Destacando-se que dona Aurora é moradora de um bairro vizinho de uma barragem – a barragem do Pontal, citada acima –, podemos refletir sobre o quanto as opressões advindas de impactos da mineração na cidade de Itabira podem estar também associadas a outras opressões que igualmente se correlacionam com o direito à cidade – a opressão, por exemplo, da exclusão cultural. Desta feita, trata-se de entrelaçar a interpretação de tais opressões,

entendidas aqui como situações de desumanização, para buscar desvelar as cadeias opressivas (uma opressão que leva a outra, por conseguinte).

Outra cena ocorrida na primeira edição do evento nos ajuda a refletir sobre o tensionamento no acesso aos espaços culturais da cidade. Na cena abaixo, havia passado longo tempo sentado e precisei ir ao banheiro e decido por acessar, como já havia feito anteriormente, o banheiro da Casa de Drummond. Vejamos o que se sucede:

me levantei para tomar água e ir ao banheiro (já que a garrafa d'água não estava barata nos *stands* de venda). Pensei que o museu, em frente à casa do Drummond, seria um espaço possível para isso. Mas havia uma faixa escrita: “acesso restrito”. “Banheiro somente para funcionários”, me disseram, contrariando a lógica do dia anterior, quando eu havia estado ali para o mesmo fim (ir ao banheiro). Mas, “a casa de Drummond está em frente, vou lá” – pensei. Fui até a casa do Drummond, local que eu havia acessado livremente no dia anterior, e a primeira coisa que me perguntaram, na portaria, foi: “Cadê a sua credencial?”. Com essas mesmas palavras. Me assustei. Talvez tivessem pensado que eu participava da organização do evento, por estar com caderno na mão. Ou talvez o meu não-pertencimento para aquele espaço era tanto que denunciava meu descredenciamento para estar ali naquele momento, no dia mais “requintado” do [festival]. Expliquei que eu não fazia parte da organização [...] e pedi para entrar, “apenas para tomar água”. Tentei argumentar, que era estudante, que estava ali para fazer uma pesquisa – mas isso não foi suficiente para que eu me credenciasse. A recepcionista chamou pelo rádio outra pessoa da organização. A situação foi muito constrangedora, e quando a outra pessoa chegou, explicando que eu não poderia entrar, eu mesmo dispensei a entrada e saí rapidamente do ambiente. Naquele dia, eu tinha dinheiro para comprar água dentro do evento. Mas, e quem não tivesse? Me lembrei de dona Aurora e de quando disse a ela: “essa casa é nossa, dona Aurora”, me referindo à casa de Drummond. Pensei que terei que pedir desculpas para dona Aurora, porque talvez a casa, aquele espaço público, não fosse tão nosso assim. Pelo menos não todos os dias. [...]. Decido ir embora, mas ao sair em direção ao meu carro, vejo duas mulheres, uma negra e uma branca, e um homem branco e alto, com idades entre 30 e 40 anos e com roupas parecidas com as que eu me vestia nesse dia – elas estavam de chinelo, camiseta, bermudas, shorts –, sentados em um passeio, que era também a escada de uma casa, exatamente de frente para a entrada do evento, mas já fora dele. Me aproximo para conversar (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2021).

O que se segue narrará a interação com um grupo de quatro interlocutoras que nos darão elementos para ampliação de nossa discussão sobre as desigualdades de acesso aos bens culturais e a relação destas desigualdades com o espaço urbano. Vejamos:

me aproximo para conversar. Me apresento como estudante, digo que estou buscando fazer uma pesquisa sobre o evento e gostaria de saber o que eles estavam achando, o porquê de não estarem lá dentro. De imediato, uma das mulheres responde: “o preço não está convidativo”. “Eu fui lá duas vezes e não voltei”, comentou o homem. Aproveito a oportunidade e comento com elas o que havia acabado de acontecer, o fato de eu não ter conseguido tomar água na casa do Drummond. Elas demonstram uma expressão de descontentamento e logo, me oferecem água, apontando que moravam na casa a qual a escada, onde estavam sentadas, pertencia. A casa era exatamente em frente à entrada do evento. Um casarão antigo, de pintura clara e pouco conservado, se comparado com as demais casas da rua. Uma delas entra na casa e volta com uma garrafa pet cheia de água, e um copo de vidro (uma embalagem reaproveitada de extrato de tomate), falando:

“aqui tem água à vontade e a gente come pipoca, que é mais barato, e fica vendo tudo de camarote”. Tomo a água enquanto uma delas me conta: “acho que esse evento tirou a privacidade dos moradores daqui. Esses dias o cara não quis deixar eu passar pra casa. Queria que eu desse o maior *voltão*. Eu falei: “que isso, meu filho, você tá ficando doido?”, e me explicou que não pode passar por não apresentar o cartão de vacina. [...] Me senti pressionado com tanta informação e não quis perder nenhuma. Então, enquanto elas falavam, eu anotava algumas coisas no caderno, até que uma das mulheres comentou: “aí, gente, vai sair na Globo!”. Todos rimos. Em conversa com as mulheres, descobri que uma delas trabalha na empresa de limpeza urbana, onde minha mãe também trabalha. Perguntei se ela conhecia minha mãe e, para uma grata surpresa, as duas são amigas, pois varriam rua no mesmo grupo de trabalho. Eu nunca a tinha visto na vida. Pareceu que a mulher se afeiçoou ainda mais por mim depois disso. A outra, contou ter vindo do Pará, com o esposo, e morava embaixo da casa da amiga de minha mãe. Perguntei se ela já havia entrado na casa do Drummond desde que chegou em Itabira e ela respondeu que não. Enquanto conversávamos, saiu um senhor negro, baixo, de cabelos e barba branca de dentro da casa. Ele carregava uma bacia grande de pipoca e as mulheres festejaram com palmas quando ele chegou. Me apresentei para o senhor, que se apresentou para mim como “Tio Olavo”. Todos me ofereceram pipoca e durante toda a conversa insistiram para que eu pegasse mais pipoca: “Pega, Lucas. Pega pipoca. Come à vontade”. Tentei conversar com “Tio Olavo”, que muito desenvolto, me ordenou: “Eu sou marujeiro. Registra aí no seu caderno”. Tio Olavo me contou que o seu grupo de marujeiros iria tocar no evento, mas que não conseguiram chegar, porque a maioria dos participantes do grupo moravam muito longe, “não deu pra juntar todo mundo. Aí *veio* outros grupos. A gente faltando, não é importante mais”. [...] Pedi para que tirássemos uma foto [...]. Tio Olavo brincou: “vão te perguntar quem é esse povo que tirou retrato com você. Você fala que é a turma da pipoca”. Me despedi dos quatro, agradecendo a recepção e me dirigindo para o carro. Estava muito cansado, mas contente pela reviravolta do dia (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2021)¹³.

Muitas são as discussões suscitadas pelo trecho acima transcrito. Começamos por explorar a fala de uma interlocutora, com relação ao evento: “*o preço não está convidativo*”. Tratando-se de um festival realizado em um espaço público e com o apoio de instituições públicas, a “parceria” público-privada foi privilegiada. Em sua dissertação, Mattos (2018) nos fala sobre a influência do neoliberalismo e da propriedade privada em espaços públicos. Inspirada em Dardot e Laval (2015; apud Mattos, 2018, p. 74), a pesquisadora nos excita ao questionamento:

cabe questionar se o *público* enquanto propriedade não passa de uma *moldura ficcional* que serve apenas para diferenciação formal dos espaços privados. Na prática, isso significa que os espaços, mesmo tendo a propriedade pública, nem sempre são utilizados como tal, sendo possível questionar o *quão* público são esses locais. A sobreposição do imperativo privado sobre o público e os crescentes processos de privatização – do espaço e da vida – criam cidades para poucos. [...] Podemos afirmar cada vez mais que vivemos em tempos de privação, onde a forma jurídica da propriedade pública não implica em sua realização enquanto acesso coletivo.

¹³ Além de Tio Olavo, fazem parte desta cena os interlocutores Dulcinéia e Ataíde. Apresentarei ambos posteriormente, quando comentar sobre entrevista que realizei com os dois.

Associando a fala “*o preço não tá convidativo*”, para justificar a ausência no festival, ao questionamento levantado por Mattos, podemos ter um exemplo de como os processos de privatização dos espaços públicos podem criar espaços de exclusão: somente é convidado quem tem condição financeira de acessar um espaço caro. Sentir-se não convidado é, portanto, sentir-se não autorizado, não bem-vindo naquele espaço público. A utilização do espaço público enquanto estratégia de distinção também foi discutida por Tinoco (2017), que identifica, por vezes, como o privado apropria-se do público e, através desta apropriação, realiza ações que criam distinções e segregações entre as pessoas. No caso e nas falas que ora analisamos, percebe-se que, ainda que a entrada na festa literária tenha sido “gratuita”, participar do evento não é apenas estar lá fisicamente, mas ter condição de usufruir do mesmo que as outras pessoas usufruem. Cabe lembrar que também senti o peso dessa exclusão, na cena que relatei anteriormente, ao tentar conseguir água dentro da casa do Drummond, e encontrei identificação com os integrantes da Turma da Pipoca: “aqui tem água à vontade e a gente come pipoca, que é mais barato, e fica vendo tudo de camarote [...] Pega, Lucas. Pega pipoca. Come à vontade” (v. *sup.*).

A partilha da comida e, para além disso, a partilha do ato de comer é também um aspecto que podemos analisar na cena descrita, relacionando-a com a noção de *comum* debatida em nosso levantamento teórico por Tonucci Filho (2020). Ao fazer esta relação, não buscamos reduzir o conceito de comum a uma prática isolada, mas utilizá-lo para pensar o quanto significa a ação coletivizada pelos quatro interlocutores – me refiro à ação de comer todos a mesma pipoca, na mesma bacia, frente à portaria do festival. Em nossa leitura, Tonucci Filho (2020) invoca o sentido de *comum* e *de comum urbano* como ações partilhadas e coletivas que se contrapõem a uma lógica privada e excludente dentro das cidades. O autor reconhece a existência de movimentos que buscam “reivindicar e proteger, contra privatizações e cercamentos, um conjunto de recursos e bens urbanos que poderiam ser mais amplamente compartilhados entre os cidadãos” (*ibidem*, p. 373). De acordo com o autor, “esses movimentos vêm crescentemente olhando para além do Estado, ou seja, na direção de formas de cooperação e de reivindicação dos recursos urbanos e da própria cidade como comum” (*ibid.*). Podemos perceber, talvez, na ação de partilha dos quatro interlocutores, a potencialidade de um sentido de comunalidade, de compartilhamento e cooperação, conforme nos aponta Tonucci Filho (2020).

Outro ponto que merece destaque se expressa na fala de Tio Olavo, na qual podemos perceber, talvez, outro nível desta exclusão, para além do nível de diferenciação financeira: “eu sou marujeiro. Registra aí no seu caderno. [...] Não deu pra juntar todo mundo. Aí *veio*

outros grupos. A gente faltando, não é importante mais”. Vemos a exclusão da expressão cultural de um grupo. De fato, outros grupos populares se apresentaram no evento e no mesmo dia (v. *sup.*), mas o que aqui se coloca é o impacto da não-participação do grupo de marujeiros de Tio Olavo, na vida dele e na sua Turma da Pipoca – moradores da mesma rua onde o evento ocorria, cabe ressaltar. Sentir que, faltando a sua presença, a turma “não é importante mais”, talvez seja apreender o não-pertencimento a um espaço que não dá *importância* – para utilizar a palavra expressa por Tio Olavo – para a sua subjetividade.

Após quase um ano desse meu contato com a Turma da Pipoca, retornei à casa de uma das mulheres que estavam na cena, a quem chamaremos de Dulcinéia. Também fui recebido pelo esposo de Dulcinéia, a quem chamaremos Ataíde. Pude conhecer o casarão colonial onde reside o casal, o interior da casa, suas janelas, móveis antigos, todos herdados da família do esposo de Dulcinéia. As muitas janelas do casarão dão vista para pontos importantes da cidade de Itabira do Mato Dentro, inclusive para o ponto onde um dia existiu o pico do Cauê, símbolo do extrativismo minerador. Nesse dia, de maneira triste, recebi a notícia de que Tio Olavo havia falecido desde o nosso encontro, quase um ano atrás. Também fui noticiado que a segunda mulher da cena da Turma da Pipoca havia se mudado da cidade para um estado distante. Dulcinéia e Ataíde me receberam com extrema cordialidade para uma conversa informal. Me ofereceram suco, me contaram de seu cotidiano e de como é morar na rua centenária onde está localizada a Casa de Drummond.

Dulcinéia: ah, eu adoro morar aqui, porque eu gosto de tudo histórico. Eu gosto de tudo antigo. Eu adoro morar aqui. A casa em si é muito boa, né!? Aí todo mundo que chega aqui também encanta com a casa, com os *trem antigo*.

Lucas: nossa, a casa é linda, tô apaixonado.

Dulcinéia: aí, todo mundo fica doido na hora que chega aqui. Aí fica “nossa, essa casa é muito grande”. Tem gente que entra aqui e ainda perde.

Lucas: e antes de morar aqui, Dulcinéia, você vinha nessa rua? Você lembra de passar aqui antes de conhecer o Ataíde?

Dulcinéia: Não. [...] Quando eu vim morar aqui falei assim “oh, nunca vim pra esse lado”. [...] Você acredita? Logo que eu vi falei “oh, a casa de Drummond, tudo, gente, eu nunca vim pra esse lado”.

Lucas: e como que chamava o bairro que você morava?

Dulcinéia: Jardim das Oliveiras.

Lucas: Jardim das Oliveiras... é que é bem longe também, né?

Dulcinéia: é, mas lá no Jardim das Oliveiras eu gostava muito de morar. Lá o povo é muito acolhedor, né? É mais acolhedor do que aqui, né? Porque aqui, assim, fica todo mundo... cada um fica no seu canto. Agora aquele bairro assim, você vê que todo mundo *senta* na porta da rua, todo mundo conversa, todo mundo bate papo. Aí, de domingo, todo mundo se reúne. Agora aqui, não. Aqui se a gente quiser reunir com alguém a gente tem que ir pra [outro bairro próximo], tem que ir pra lá. Porque aqui ninguém *senta* em porta pra reunir, não. [...] O povo aqui é muito... como é que eu te falo? [...] Muito mais fechado, muito na deles, né? Apesar de que aqui mora muito mais gente... idoso, né? [...], mas, assim, tirando isso eu gosto de morar aqui. [...]

Lucas: e você trabalha, né, Dulcinéia?

Dulcinéia: ah, eu trabalho..., mas assim, oh: final de semana eu gosto de dar uma idinha lá no Jardim das Oliveiras. Que eu ainda tenho meu irmão lá, né? Eu tenho três cunhadas lá também que elas gostam muito de mim, e eu gosto muito delas. Então a gente, domingo passado, a gente até reuniu lá também. Eu gosto muito de lá, eu tenho muito amigo lá, muitas pessoas que [dizem] “você sumiu”. Aí a gente tem que ir pra ver os amigos, né? A gente sai do bairro, mas o bairro não sai da gente, não (DULCINÉIA, ENTREVISTA, 10/09/2022).

Nas falas de Dulcinéia, percebemos um relato de não-acolhimento dentro do bairro em que vive. Dulcinéia, mulher branca de aproximadamente 40 anos, é varredora de rua e artesã. Suas falas podem nos dizer sobre um tipo de segregação existente mesmo no interior do bairro em que reside após se casar com o esposo que ali vive desde criança. Embora consiga ver beleza onde mora, Dulcinéia demonstra também a busca por sempre retornar ao lugar onde se sente acolhida: “final de semana eu gosto de dar uma idinha lá [...]. A gente sai do bairro, mas o bairro não sai da gente, não” (DULCINÉIA, ENTREVISTA, 10/09/2022).

Ao pensarem na necessidade de humanização nas cidades, Oliveira e Borges (2018, p. 739) afirmam que a dimensão humana nas cidades tem sido negligenciada por diversos fatores que, “além de contribuir para o espraiamento urbano e segregação socioespacial, contribuíram também para desumanizar ambientes urbanos em termos de escala ou sentido de pertencimento”. Desta fala, podemos destacar o tocante do pertencimento e interligar a discussão às falas de Tio Olavo. Humanizar a cidade, empregamos juntos a de Oliveira e Borges (*ibid.*), é considerar também o sentido de pertencimento dos sujeitos, compreendendo que pertencer é uma dimensão inerente do direito à cidade. Falam-nos ainda Oliveira e Borges (*ibid.*, p. 754):

a humanização do espaço urbano requer o foco nas práticas cotidianas e na compreensão da vida urbana para que as pessoas se tornem o centro do planejamento das políticas públicas. É absolutamente necessário desenvolver novas maneiras de conceber e praticar as políticas públicas para que elas possam representar as necessidades e interesses das pessoas e para evitar a exclusão, seja no âmbito político, social ou cultural. Nesse contexto, o poder público tem função crucial na promoção, garantia e proteção dos direitos humanos no espaço urbano. É este um desafio tanto para o Estado como para a sociedade civil, já que o direito à cidade também é uma responsabilidade sobre os governos, e às pessoas de reivindicarem, promoverem e defenderem tal direito.

Saraiva (2009), em seu doutoramento em Administração, estudou sobre a mercantilização da cultura em Itabira e aborda uma importante perspectiva com relação aos moradores e à cultura itabirana. O autor empreende que, os dados produzidos por ele,

sugerem que a cultura na cidade de Itabira passa por um processo gradual de transformação em mercadoria. Isso quer dizer que, aos poucos, tem sido estruturado algo que poderia se chamar, sem restrições, de oferta – em termos econômicos – cultural, algo passível, portando, de ser balizado por uma demanda, pelo consumo,

enfim. Todavia, o que é evidente é que não se trata apenas de uma disponibilização de cultura para a população local, já que esta não a consome, por motivos que variam da imposição de um modelo cultural que não lhe diz respeito a condições e interesses efetivos em absorver o que é ofertado. O alvo é o turista, que vem à cidade buscando o lugar que inspirou Carlos Drummond de Andrade. [...] Esse processo, que coloca em segundo plano as necessidades da população em nome de uma demanda que é, em última instância, econômica, se baseia na perspectiva da indústria cultural porque embute, nas esperadas relações de consumo, uma lógica de manutenção da dominação, cabendo aos menos favorecidos economicamente uma cultura definida pela elite, de maneira que a configuração de forças locais não se altere com o passar do tempo. (SARAIVA, 2009, p. 283)

O autor nos auxilia a pensar sobre o quanto a mercantilização da cultura pode estar presente no contexto observado, colocando em discussão a lógica de mercado cultural que aparta moradores da cidade¹⁴ e interfere em seus sentidos de pertencimento. Inferimos, com Saraiva, portanto, que, ao se conceber a poesia enquanto mercadoria e não enquanto direito, nem todos podem acessá-la (principalmente aqueles que, talvez dela mais necessitem), perpetuando-se, portanto, o lastro das desigualdades sociais que já tanto fere nossas existências.

Outra fala que nos parece interessante destacar da cena da Turma da Pipoca, dentro desta mesma discussão da tensão público-privada: “acho que esse evento tirou a privacidade dos moradores daqui. Esses dias o cara não quis deixar eu passar pra casa. Queria que eu desse o maior *voltão*. Eu falei: que isso, meu filho, você tá ficando doido?” (v. *sup.*). O conceito de espaço público “como coletivo, como visível e como acessível” se sobressai nas análises de Mattos (2018, p. 78), que defende a noção de coletivo não apenas como a soma de indivíduos, mas uma relação comum entre esses. A referida autora, que também nos fala sobre o caráter socializador do espaço público, pode nos indicar o risco de ferimento desse potencial socializador na cena em que analisamos: uma moradora que é impedida de transitar na rua em que transita provavelmente todos os dias.

Além disso, ao morar em uma das principais ruas históricas da cidade, a interlocutora se relaciona com o patrimônio histórico materializado nos casarões, como por exemplo, a casa

¹⁴ Cabe ressaltar que, o trabalho de Saraiva (2009) oferece um significativo aporte para nossa proposta de pesquisa e, no desenvolver de nossa investigação, certamente retornaremos a mais ampliados diálogos com o autor, haja vista a proximidade da discussão por ele encabeçada com as discussões que buscamos realizar – daí, também, que o encontro com a pesquisa do autor tenha se dado durante o levantamento teórico realizado para este projeto. Não obstante, identificamos que nossa proposta de trabalho se diferencia do trabalho encabeçado por Saraiva (2009), a começar por sua área de concentração – o autor realizou um trabalho em Administração, e nós, em Educação. O que não impede, obviamente, o frutífero diálogo entre as duas áreas – e pela metodologia utilizada. Consideramos que a temática de mercantilização da cultura nos será muito cara em nossa investigação e, indubitavelmente, passaremos por ela. No entanto, ela não é nosso maior objeto de reflexão – como o era, para Saraiva (2009). O que propomos enquanto objetivo é a identificação de quais maneiras os diferentes itabiranos interagem e se apropriam da poesia drummondiana especificamente, de modo a problematizar o direito à literatura e o direito à cidade. Ressaltamos, assim, citando novamente Magnani (2002), a importância de uma abordagem etnográfica para uma visão “de perto e de dentro” de nosso contexto de pesquisa.

de Drummond. Dessa forma, o estudo de Simão (2016) nos oferece uma perspectiva acerca da relação de moradores de uma cidade também mineira com o extenso patrimônio histórico ali presente, e seu estudo pode nos estimular reflexões nesta inicial análise sobre a relação dos moradores de Itabira com a poesia drummondiana – que é expressa, também, no patrimônio histórico itabirano. Assim, Simão (2016, p. 194) observou que

nas cidades e nas relações urbanas, os conflitos podem ser manifestos ou latentes, podem ser explícitos ou existirem sob uma realidade de aparente consenso. Entretanto, é importante levar em consideração que a emersão dos conflitos latentes depende de uma série de fatores, não só da dinâmica do próprio conflito, mas, principalmente, do contexto e da conjuntura onde eles estão inseridos. Nos casos referência estudados, encontramos situações diversas em relação às respostas das populações no trato com os conflitos e, ainda, nas razões que os originaram e os distinguem. [...] Os conflitos, via de regra, caracterizam-se por serem latentes, e identificamos, como uma das causas, a ruptura entre o espaço concebido e os espaços vivido e percebido, resultado de um processo de patrimonialização precoce e excludente e de uma prática protecionista rígida e cartesiana. Podemos observar, na história da cidade, traços que também levam a essa forma silenciosa, que mantém latentes os dissensos.

Ainda sobre o impedimento da moradora de passar pelo local do festival para chegar até sua casa, mesmo que se argumente com relação ao cartão de vacinação exigido para transitar pelo evento, houve ocasiões em que esse não me foi solicitado (DIÁRIO DE CAMPO, 28/10/2021). Tratando-se da solicitação do cartão de vacina como condição para entrada, outra cena pode nos auxiliar em nossa problematização. O interlocutor da cena é um dos integrantes da Turma da Pipoca:

o homem, que estava junto e até então ouvindo a conversa, de maneira risonha, me conta outro caso: “eles não estão deixando entrar sem cartão de vacina. Um colega meu chegou aí, não deixou entrar, porque não estava com cartão. Eu falei: pega o meu cartão e entra. Eu emprestei meu cartão e ele entrou lá”. Escutei tudo isso pensando que eu havia entrado no evento e não me haviam pedido cartão de vacina naquele mesmo dia (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2021).

Com relação à exigência do cartão de vacina, também no terceiro dia de observação, ao me despedir da Turma da Pipoca e me direcionar para a saída da feira literária, um senhor negro, de aproximadamente 40 anos de idade, me abordou e iniciou um diálogo. Vejamos na cena transcrita abaixo:

[eu] estava no carro, anotando no caderno e com a porta aberta, em uma rua com pouca movimentação, pouco acima da entrada do evento. Foi quando desceu um homem [...]. Ele parecia estar bêbado – julguei pela maneira que andava. Não sei se era uma pessoa em situação de rua, já que carregava uma mochila e estava com roupas simples e aparentemente sujas. Senti um pouco de medo, mas não tanto. Era dia ainda e pensei que o homem passaria direto. Mas ele me surpreendeu. Sem nem mesmo dizer oi, o homem disse: “disseram que eu não podia entrar. Eu ia tocar lá, mas não deixaram. Vai lá. Conversa pra mim, pra eles *deixarem eu entrar*”. [...]

Perguntei a ele qual era o seu nome, e ele se apresentou como Geraldo. “Geraldo, por que não te deixaram entrar?”. “Falaram que porque eu não tenho o papel [acredito que referindo-se ao cartão de vacinação]”. “Nossa, mas eu não posso te ajudar, porque não sou ninguém lá, não conheço ninguém” – tentei explicar para Geraldo. “Você chega lá, com cara de advogado e eles deixam”, ele disse. Eu ri da cara que Geraldo achou que eu tivesse ou que eu poderia “encenar” para ajudá-lo. Eu estava com medo ainda, então disse a Geraldo que precisava ir embora. Ele se despediu e terminou de descer a rua. Depois de Geraldo ir, me doeu pensar que eu havia entrado, neste mesmo dia, sem “mostrar o papel”, o cartão de vacina que estava comigo, mas que sequer me foi solicitado (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2021).

Não nos cabe questionar a importância das medidas de segurança sanitária propostas para o evento. Sabe-se da mortalidade existente durante a pandemia do Corona Vírus e também da extrema contribuição da vacinação para a redução do quadro nacional de tal mortalidade. No entanto, podemos utilizar o trecho acima para refletirmos sobre o lugar de opressão e desigualdade experienciados por Geraldo. Algum tipo de diferenciação foi feita entre Geraldo e eu, haja vista que pude acessar o evento, recorrentemente, sem que me tenha sido exigido “mostrar o papel”, o comprovante de vacinação. O questionamento que nos cabe, então, é: que tipo de diferenciação é essa e que significado ela possui no contexto de nossa análise? Em que medida o “papel”, ou seja, o comprovante de vacinação serviu para apartar ainda mais os apartados da cultura e dos bens da cidade, e em que medida serviu para, eficazmente, garantir a segurança sanitária no evento? Não seria demais acrescentar que, durante as observações e, de acordo com o divulgado nas redes sociais do FLItabira e por interlocutores, o espaço de atividades atingiu a capacidade máxima de pessoas à noite, quando foram realizados shows de música. E, embora tenham sido proibidas as entradas após o alcance da capacidade máxima, “O show estava lotado [...]. Não havia espaço para caminhar e nenhum tipo de distanciamento entre as pessoas” (DIÁRIO DE CAMPO, 28/10/2021). Quiçá, ao notarem as medidas de segurança contra o Corona Vírus sendo utilizada como estratégia de manutenção das desigualdades e do afastamento de pessoas, os sujeitos busquem igualmente realizar outras estratégias para burlar o “controle” de tais medidas de segurança sanitária – como podemos inferir a partir da cena em que o interlocutor relata ter emprestado o cartão de vacinação para outra pessoa entrar no evento.

Poder-se-ia, ainda, argumentar que Geraldo estava alcoolizado e ofereceria, por isso, riscos às pessoas que estavam no espaço. No entanto, consumir ou não álcool não era um critério para estar naquele ambiente. Como foi observado, além da venda permitida de bebidas alcoólicas no festival, muitos dos participantes da festa literária consumiam álcool durante os shows, à noite, e também durante o dia, ao frequentarem a livraria, assistirem uma mesa de

debate ou mesmo ao realizarem uma refeição no espaço gastronômico do evento (DIÁRIO DE CAMPO, 28/10/2021).

Além disso, torna-se questionável também que o festival, realizado com apoio de instituições públicas e instituições privadas, que possivelmente investem em cultura por compromisso de compensação com a cidade, proíba que algumas pessoas adentrem um espaço público (a rua) por meio de critérios diferenciados e não muito transparentes para a permissão de acesso entre diferentes cidadãos. A impressão de ser um conjunto de atividades “para gente rica”, expressa em diálogo com um interlocutor, relatado também no trecho do diário que analisamos, talvez reforce o não pertencimento e a descrença com relação aos eventos culturais na cidade, além, claro, de demarcar um território de exclusão, definido pela diferença de classe social e cor. Quantos itabiranos e itabiranas deixaram de frequentar e usufruir da feira por partilhar desse sentimento, provocado pela sensação de não pertencerem ao binômio de classe e raça em questão? Tais questionamentos são relevantes à presente proposta de pesquisa, uma vez que se referem justamente às pessoas que, às margens da sociedade, do lado de fora dos espaços e festivais culturais, experienciam uma cidade desigual e injusta. Fazemos eco à voz de Michel Argier (2015, p. 487), quando nos diz sobre o fazer-cidade e sobre a antropologia da cidade: interessamo-nos “pensar a cidade a partir dos espaços precários e de um certo despojamento de bens, de sentidos e de relações”.

A segunda edição da feira literária nos oportunizou conhecer também outros moradores da rua onde concentraram-se as atividades. É o caso de Eliana e sua filha Flávia. Após sair de uma das mesas alocadas para a programação do FLItabira, me sentei em um passeio de uma casa, e ouvi quando uma senhora negra, de aproximadamente 60 anos, comentava sobre a mesa que ela assistira do lado de fora do espaço onde ocorria o debate. A senhora estava também no passeio e usava um vestido despojado, com expressão de alegria. Portava um cigarro na mão que tragava enquanto iniciávamos uma conversa. Descobri que a senhora se chamava Eliana e morava ali, na casa cuja porta dava para o passeio em que estávamos.

A partir do momento em que a conheci, Eliana me tratou como se já nos conhecêssemos há muito tempo. A frente da casa de Eliana se tornou, então, um ponto de referência, local onde eu me concentrava quando estava cansado do exercício de observação, ou quando me sentia constrangido, “deslocado” por estar naquele espaço do festival e não ter proximidade com nenhuma pessoa presente. Dulcinéia e seu esposo também conheciam Eliana e demonstravam boa interação com ela, o que advém da relação de vizinhança que existe entre eles. Por vezes, Dulcinéia passava pelo passeio, sentava-se conosco, mas não

demorava muito no evento, de modo que passei mais tempo com Eliana do que com Dulcinéia nesta segunda edição.

Muitos foram os momentos em que me sentei com Eliana em frente à sua casa e, através dela tive acesso a uma rede de outros interlocutores, fossem eles participantes do festival, outros vizinhos ou familiares dela, como seu namorado, uma amiga, o neto e a filha Flávia. A cena seguinte, retirado do diário de campo, narra um pouco dessa interação entre nós:

Dulcinéia e eu nos aproximamos da casa de Eliana, que me apresenta sua filha, Flávia: mulher loira, de cabelos curtos e aproximadamente 40 anos ou menos. Ela estava com uma amiga, que também me foi apresentada. Elas estavam sentadas no chão da porta da casa de Eliana, que se localiza exatamente em frente à Casa de Drummond. Por ser uma casa histórica, a porta é mais elevada que o passeio, e a casa é caracterizada por aquilo que costumo chamar de casa “beira de rua”, ou seja, uma casa cuja separação entre a rua e o interior é apenas uma porta e uma parede. [...] Estávamos sentados ali, conversando, quando o marido de Eliana passa pela janela uma porção de salame com rodela de tomates e folhas de alface e alguns palitos fincados no prato para servir de talher. Também passou um banco individual de madeira, que foi colocado na calçada, ao lado de Eliana, Flávia e [a amiga de Flávia]. A porção também foi colocada sobre um banco de madeira que nos serviu de mesa. Experimentei a porção e, quando já estávamos juntos há algum tempo, o marido de Eliana me chama pela janela, dizendo: “você aceita uma?” – e aponta para a latinha de cerveja Kaiser que segurava. Eu agradeço, mas digo que estou dirigindo. Ele continua: “a porção tá boa?”. Respondo que sim e ele diz: “você vai ver uma que eu estou fazendo de peixe”. Elogio a porção e me demonstro ansioso com a próxima. Ficamos ali, na calçada, comendo a porção. Várias pessoas passam por Eliana e a cumprimentam, uma pessoa grita: “nossa, você tá de camarote aí, *hem?*”. Eliana ri, se levanta para fumar, senta-se de novo. Eu, Flávia e [a amiga de Flávia] conversamos muito: sobre homens que passam, sobre roupas das pessoas. Elas comentam sobre determinada mulher *ricona* que entra. Fazem comentários do tipo: “nossa, uma gente diferente, uma gente que a gente não tá acostumada, uma gente culta” – se referindo às pessoas que entravam no evento, já que estávamos bem próximos a uma das entradas (DIÁRIO DE CAMPO, 05/11/2022).

Da cena, podemos destacar alguns pontos. Em primeiro lugar, a estratégia muito semelhante à estratégia da Turma da Pipoca na edição anterior, de preparar sua própria refeição para comer durante a feira literária. À diferença que o local onde a Turma da Pipoca se encontrava era no passeio de uma casa que dava exatamente para a porta do festival, enquanto o passeio da casa da família de Eliana já se encontrava localizado literalmente dentro do festival. Diante da semelhança entre as duas cenas, podemos inferir ainda que talvez seja esta estratégia uma ação dos moradores da rua para se sentir participantes da construção do festival. As falas das mulheres que adjetivam outras pessoas do festival enquanto “riconas” ou “gente diferente, uma gente que a gente não tá acostumada, uma gente culta”, denotam uma diferenciação dos modos de participação no festival entre as pessoas que moram nas imediações e os demais participantes. Falaremos mais sobre a discussão da elitização da

cultura em capítulos seguintes, mas foquemos no momento sobre a questão da participação no evento, uma vez que ela nos evidencia uma questão de ocupação do espaço urbano onde ele ocorria.

Pude observar, em outros momentos, novas estratégias de participação no festival elaboradas pelos moradores das imediações, como, por exemplo, um homem que, ao ouvir um dos organizadores comentar sobre o incômodo do sol nos olhos, correu para dentro de casa para procurar os óculos escuros do sogro, a fim de emprestá-los para o organizador. Ou quando outro morador, com expressão de sorriso e muita satisfação, empresta uma chave de fenda sua para a equipe de montagem da estrutura do evento, ainda antes da abertura. Ou mesmo como no expresso a seguir pela fala de Eliana.

A cena da porção de salame prossegue e diversas pessoas passavam frente ao “camarote” e interagem sobretudo com Eliana, que buscava sempre identificar para mim quem eram as pessoas com quem conversava:

ainda estava servida no banco de madeira a porção de salame com alface e tomates, quando uma mulher muito bem-vestida se aproxima. Oferecerem-na da porção. Ela estava acompanhada de uma criança de aproximadamente quatro anos, sua filha. A mulher tira um pedaço de salame com delicadeza e come. Sua filha come duas ou três vezes uma rodela de tomate. A mãe faz piada com a situação. Chega uma outra mulher ofegante, como se estivesse correndo – a identifico como trabalhadora do Museu, que fica ao lado da casa de Eliana – e diz: “falaram que tinha porção, vim correndo”, sorriu e retirou, com o palito, um pedaço de salame. Depois que a mulher com a criança vai embora, Eliana comenta: “ela é a diretora do museu. [...] Quando ela veio pra cá [trabalhar no museu], ficou perdida, me chamava toda hora para ajudar e dizia: ‘Eliana, me ajuda, pelo amor de deus!’” (DIÁRIO DE CAMPO, 05/11/2022).

Na cena acima, uma mulher que era também uma das pessoas indiretamente envolvidas na organização do evento busca Eliana, que faz questão, então, de evidenciar que pôde oferecer alguma ajuda para a mulher com relação à cultura da cidade, logo, ao museu. As estratégias de participação que discutimos podem ser problematizadas ainda sob a pergunta: que outros modos de participação na feira literária observaríamos, caso os moradores daquela rua pudessem, efetivamente, ter garantido seu livre acesso ao festival e, de maneira mais abrangente, ser reconhecidos?

Um anúncio de possibilidade de participação foi a da inclusão de Eliana e Ataíde (esposo de Dulcinéia) em uma apresentação musical de um grupo de cultura popular da cidade. O grupo apresentava músicas populares, como músicas de congado, e Eliana e Ataíde foram rainha e rei, respectivamente. Os dois seguraram o estandarte com a imagem estampada de São Benedito, enquanto os outros integrantes do grupo dançavam diante deles. “Dançavam

músicas de congado e tambor. Eliana estava visivelmente emocionada. A música dizia: ‘Meu São Benedito é um santo preto...’”. Assistimos à apresentação junto de Flávia e seu filho, cuja história ela me contara antes mesmo que nós o conhecêssemos, e foi nessa ocasião em que ela me apresentou a ele – um rapaz alto e extrovertido, de aparentes 20 anos de idade. Percebemos que Eliana estava emocionada durante a apresentação, que ocorreu no último dia do evento, durante a noite. Nessa noite, estive a maior parte do tempo ainda acompanhando por sua família. Após a apresentação, eu, Flávia e seu filho voltamos para o passeio da casa de Eliana, que também se juntou a nós, enquanto era parabenizada por pessoas que passavam pelo passeio.

Estávamos já cansados da experiência de campo, no típico clima “fim de festa”. Flávia e seu filho pediram um hambúrguer. Eu, então, aproveitei a oportunidade de vivenciar esse momento com Flávia e pedi a ela que encomendasse um para mim também. Ao fazê-lo, com muita boa vontade, Flávia e eu conversávamos sobre os preços que consideramos absurdos para as comidas que estavam sendo vendidas no festival. Demorou pouco até que o hambúrguer chegasse.

Flávia buscou o hambúrguer, pagou o refrigerante para nós todos e, ao voltar, me convidou para entrar em sua casa. Embora eu tivesse passado muitos dias com ela, essa foi a primeira vez que fui convidado para entrar. Compreendi o convite como um de rito-de-passageira para o reconhecimento da confiança da família em mim. Somente após alguns dias de “camarote”, ou seja, de partilhar com a família de Eliana o festival, no passeio de sua casa, é que me foi feito tal convite. Comemos o hambúrguer na mesa da copa da casa colonial. Rimos e comentávamos assuntos diversos enquanto comíamos. Falamos, por exemplo, sobre como era para Flávia e seu filho quando moravam na casa (já que, atualmente, Flávia visita sua mãe Eliana com frequência, mas mora em outro bairro). Enquanto comíamos à mesa, Eliana entra pela casa, acompanhada por um senhor com quem conversava com bastante proximidade. Eles seguem até a cozinha. Era o prefeito da cidade, que cumprimentou a todos na mesa e, após tomar água, saiu. A cena aconteceu com naturalidade, mas Flávia, seu filho e eu rimos muito da situação. Ela comentou, em tom de sarcasmo e comicidade: “ô mãe, por que você não avisou que o senhor prefeito iria vir aqui em casa?” (DIÁRIO DE CAMPO, 06/11/2022).

Considero como significativa a relação que estabeleci com Eliana, Flávia e sua família, pois a dinâmica que observei dessas interlocutoras demonstram como se deu a participação dos moradores da rua com a própria feira literária e com as pessoas envolvidas na sua organização, ou mesmo com o público visitante. Pelo que se pôde observar, moradores da

rua interagem com o evento, na grande parte das vezes, como expectadores, mas demonstram a busca por outras formas de participação¹⁵. De maneira ainda tímida, observa-se também a tendência de que a participação desses moradores seja também ampliada, como foi observado através da cena de participação de Eliana em uma apresentação da programação oficial (a apresentação do grupo de cultura popular). Os moradores da rua, embora busquem maneiras de participação, também realizam críticas – como em 2021, na primeira edição, com relação à restrição de ir e vir na rua e a apresentação de cartão de vacina para entrada, ou mesmo o preço da alimentação no espaço físico do festival (crítica que foi observada na primeira e segunda edições do FLItabira). Além de buscar formas de participação, os moradores também criam estratégias para não ser excluídos (como por exemplo, preparar e levar as refeições de casa).

Por fim, a participação de Eliana, mulher negra, em uma apresentação de cultura popular que cantava sobre um santo preto nos remete a outra temática importante dentro do que foi observado durante o festival: a presença da comunidade negra no festival. Passemos, então, para o próximo capítulo, onde discutiremos esse tópico.

2.2 *Sá* Maria e a comunidade negra em Itabira do Mato Dentro

“Essa minha disposição com esse lugar não é porque é só a obra do Drummond. É porque aqui tem um pouco do meu sangue, aqui tem um pouco da minha história”

Uma das aparentes propostas da segunda edição do Festival Literário de Itabira foi dar visibilidade a grupos pertencentes às ditas minorias sociais, como se pode destacar em fragmento da página oficial do evento:

o Festival reuniu 115 autores e autoras, incluindo locais (62), nacionais (51) e internacionais (2) em mais de 60 mesas de debate, além de exposições, shows de jazz e atrações para crianças e jovens. Do elenco de convidados, 51 são mulheres, 43 são negros e 14 se reconhecem como LGBTQIAPN+. Além disso, 42 afro-empresendedores da cidade foram retratados na composição da exposição “Muros Invisíveis”, em cartaz na principal praça de Itabira até o fim do ano. Somem-se a isso também os mais de 30 *slamers* que participaram da “Batalha de Slam” (FLI, 2022, s/p).

¹⁵ Cabe esclarecer que o que estou chamando como “busca por formas de participação” não significa, necessariamente, que essa participação leve a um contato ou apreço direto à literatura que se evoca no festival. Discutiremos mais sobre isso, a relação dos participantes com a literatura, durante os capítulos seguintes.

Dessa forma, foram observadas ações que demonstram um suposto desejo pela inclusão, sobretudo da comunidade negra da cidade. Exemplos diversos podem ser levantados para indicar tais ações, como a realização da exposição com o título *Muros Invisíveis*. A exposição, de acordo com sua curadoria, objetivava visibilizar a atuação social de pessoas negras moradoras da cidade de Itabira. Para isso, telões luminosos foram instalados na praça principal da cidade, com fotos em preto-e-branco dessas pessoas e descrições breves sobre suas vidas. Na experiência de campo, visitei a exposição e estive no ambiente por aproximadamente uma hora. Durante esse período, busquei conversar com transeuntes que passavam pela praça para buscar compreender as impressões deles sobre a exposição. Conversei com aproximadamente 15 pessoas, que abordei de maneira aleatória entre aqueles que transitavam pela praça. Conversei, então, com diferentes perfis de pessoas: pessoas idosas, homens, mulheres, casais, familiares, pessoas de diferentes etnias, pessoas que moravam na cidade e pessoas que não moravam. Entre essas 15 pessoas, nenhuma soube explicar do que se tratava a exposição e sequer mencionaram alguma temática relativa à comunidade negra na cidade. Em sua maioria, responderam que não sabiam do que se tratava a exposição, ou que a exposição era permanente naquele lugar, ou que possuía relação com o festival de inverno¹⁶, ou que não possuía relação com nenhum evento. Vejamos alguns exemplos dessas conversas:

Lucas: Boa tarde, *tá* jóia?

Homem 1: Boa tarde.

Lucas: Você sabe o que tá tendo aqui?

Homem 1: Ah, não. Isso... é... eles colocaram as *placa* aqui, é... é um... como é que fala? É uma cultura que tá tendo aqui em Itabira.

Lucas: Ah, *tá*!

Homem 1: Mas só que é o seguinte, eles colocaram só as fotos, as coisas aí. Não tá tendo evento nenhum não.

Lucas: Ah, não tá tendo [nada] na cidade não?

Homem 1: Não, não.

Lucas: É só mesmo as fotos?

Homem 1: É. Só mesmo as fotos e as placas só.

Lucas: Ah! E essas fotos é de gente que trabalha aqui na cidade?

Homem 1: É gente de daqui de Itabira mesmo. Região... é... Carmo, Ipoema, é... São Gonçalo!¹⁷ Para você ver que tem algumas coisas escritas ali. Depois você lê.

Lucas: Ah! Vou dar uma lida, sim (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Lucas: Moço, licença. *Tá* jóia? Você sabe o que tá tendo aqui?

Homem 2: Não... não sei, não.

Lucas: Não? Você é daqui mesmo de Itabira?

Homem 2: Sim...

¹⁶ Festival que acontece na cidade de Itabira há quase 50 anos. Embora não seja um festival que possuía ligação direta com a obra de Drummond, é um festival reconhecido no município porque sempre apresenta atrações relevantes a nível nacional, sobretudo musicais.

¹⁷ Carmo e Ipoema são distritos da cidade de Itabira. São Gonçalo é uma cidade próxima de Itabira.

Lucas: Ah! Será que vai ter alguma apresentação, alguma coisa?

Homem 2: Essas *placa* aí?

Lucas: É.

Homem 2: Ah, isso fica aí! Fica à noite... dia e noite, dia e noite.

[...]

Lucas: Mas é sempre que ficam essas placas aqui?

Homem 2: Todo dia tem aí. Todo dia ficam essas placas aí (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Lucas: Gente, licença. Vocês sabem o que tá tendo aqui na pracinha?

Mulher 1: Acho que é evento da cidade, né? Algum evento... não sei.

Lucas: Ah... evento? Mas é aqui na pracinha o evento?

Mulher 1: É, que acontece, né? Mas acho que já aconteceu já. Era mais pra festival de inverno, mas já passou tem algum tempo.

Lucas: Festival de inverno... aqui é em julho que tem festival de inverno?

Mulher 1: É, mas eu não sei por causa de quê que tem isso aí, não (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Lucas: Boa tarde. Tá jóia? Você sabe o que tá tendo aqui na pracinha?

Mulher 2: Não... eles colocaram só esses *flyer* aí..., mas não tá tendo nada não, só os *flyer* mesmo.

Lucas: Ah. É só pra expor mesmo?

Mulher 2: Isso.

Lucas: Não tá tendo nenhum evento? Nada?

Mulher 2: Não. Só os *flyer* mesmo, contando a história de cada um mesmo.

Lucas: Ah, sim. Bonito, né? Eu achei bem interessante.

Mulher 2: É. Ficou bacana.

Lucas: Ah, então tá bom, então. Você é daqui de Itabira mesmo?

Mulher 2: Sou. (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022)

Embora houvesse, nas entradas da praça onde a exposição foi realizada, placas explicativas, nenhum dos abordados souberam identificar do que se tratava a temática dessa, e não mencionaram qualquer assunto relacionado à comunidade negra e, tampouco citaram o festival. Tal levantamento não nos serve para invalidar a proposta da exposição, mas sim para nos indicar os movimentos de participação que fizeram os transeuntes, e o quanto estavam inseridos no contexto da exposição e do festival que ocorria na cidade.

Caminhemos na discussão sobre a participação de pessoas pertencentes a minorias sociais, mais especificamente à comunidade negra na feira literária. “Sá Maria e o espaço da poesia negra” foi o título de uma das mesas de debates programadas para o II FLI. A mesa surge, portanto, como proposição, a partir de uma mulher negra, descendente de pessoas escravizadas, e figura histórica por ter sido a babá de Drummond. CDA nomeia Sá Maria em alguns dos seus poemas, direta ou indiretamente, ao fazer menção à condição existencial da mulher que cuidou de sua infância, por vezes reconhecendo em Sá Maria o lugar de pessoa injustiçada socialmente. A mesa ocorrida no II FLI foi composta por três pessoas negras, um homem e duas mulheres, pessoas conhecidas na cidade por alguma relação com a arte e a poesia. A mesa é aberta pela mediadora com a seguinte fala:

em seus poemas, Carlos Drummond de Andrade relembrou de momentos importantes ao lado de Sá Maria. Mulher negra, escravizada, que foi sua babá. Segundo a historiadora Itabirana Dadá Lacerda, Sá Maria é mencionada pelo menos dez vezes em poemas e crônicas de Drummond. Drummond demonstrava em seus versos a importância de Sá Maria em sua vida. [...] Sá Maria: a babá, a mulher, a mãe e a parceira de traquinagem, a amiga e confidente do poeta. (FLI, 2022, n. p.)

Foram discutidas na mesa questões de criação artística em Itabira e, sobretudo sobre a importância da representatividade negra na cidade, onde Sá Maria foi tida como figura emblemática de luta e de reivindicação contra o racismo. Vejamos a fala de um dos integrantes da mesa, transcrita de vídeo gravado da mesa e disponível na plataforma do festival:

é que a Sá Maria, como mulher, como resistente, como tudo aquilo que já foi dito aqui, ela tem esse papel – e esse é o papel que me coloca aqui diante de vocês – o papel de um negro que sabe qual que é o seu papel político, cultural, nesse país, que é o de abrir espaço para que a gente possa sair da invisibilidade. Sair de forma concreta, absoluta. Não de... de jeitos. Nós queremos o nosso espaço de direito. Nós queremos discutir com esse poder público o nosso espaço. Não é só o espaço do superintendente [da FCCA]. Nós queremos mais. Nós queremos um superintendente, nós queremos um diretor, nós queremos muito mais porque nós representamos esses 74% da nossa população que é formada de pretos e pardos. Então, isto aqui, não nos representa. Porque nós não estamos aqui, entendeu? Então, quando me chamam pra poder falar, eu fico imaginando o que é que eu vou falar, o que que é que esse povo preto que está invisível vai pensar o que eu vou falar. O que que eles esperam de mim? Aí eu fico imaginando... então, essa Sá Maria, essa resistência, é isto: é essa mulher que veio para dar o grito. [...] Então, a gente vai entender que quando [um autor negro itabirano] faz o lançamento do livro, esse livro não é do [autor]. Ele tem que estar ligado ao nosso movimento negro. Ele tem que ser aberto para que outras pessoas tenham conhecimento e entendimento de que nós somos mais [...]. E aí, o que eu posso dizer para você é que a Sá Maria abre portas. Ela tira da invisibilidade. Ela mostra as perspectivas para quem é negro e quer fazer a diferença. (FLI, 2022, n. p.)

A fala acima transcrita pertence ao itabirano Tutu Caramujo, a quem conheci na experiência de campo no II FLI Itabira. Trata-se de um senhor de idade aproximada de 50 anos, pele negra retinta e alguns cabelos grisalhos, funcionário da Prefeitura Municipal de Itabira. Tive diversos contatos com Tutu Caramujo desde o primeiro dia de campo no ano de 2022 e interessou-me, após assistir a sua fala no FLI, buscar saber mais sobre seu trabalho e sua trajetória. Trocamos contato telefônico após a mesa que assisti e, meses depois, tive a oportunidade de realizar uma entrevista com Tutu Caramujo, além de manter certa constância em conversas virtuais sempre com temáticas políticas (política eleitoral no Brasil e relações étnico-raciais) ou de perspectivas de trabalho sobre a temática Drummond-Itabira-Sá Maria. Tutu Caramujo dirige, atualmente, um espaço turístico em Itabira: a fazenda onde Drummond passou momentos de sua infância. É itabirano de nascimento, como se autodefine. Trabalha

como produtor cultural desde os anos oitenta, também realizando trabalhos na área social, como presidente da associação de bairro. Criou a exposição *Sá Maria, fragmentos*, “uma exposição literária que retrata uma passagem na trajetória dessa mulher preta, serviçal dos Andrades, babá, guerreira” (TUTU CARAMUJO, CONVERSA DE 05/03/2023).

Na entrevista realizada com Tutu Caramujo, percebe-se a evocação da figura emblemática de Sá Maria enquanto mulher escravizada ou neta de pessoas escravizadas. Vejamos:

ela é reconhecida como mulher, preta, neta de escravo. É a correlação que se estabelece: mulher, preta, neta de escravo. Então, ela é preta três vezes, mas ela não percebe isso. Ela vai ter o menininho Carlito tal, adorado, né? Porque todas essas três famílias eram famílias compostas de brancos, entendeu? Então, assim, ela não vai ter esse lado da defesa do negro pelo negro, ela vai defender a família. A família, do Carlos de Paula Andrade e seus descendentes (TUTU CARAMUJO, ENTREVISTA EM 10/01/2023).

Assim sendo, a relação que fazem os itabiranos, interlocutores da pesquisa, com Sá Maria e sua situação de mulher negra e escravizada, possui fundamentos históricos, uma vez que a luta social empreendida por mulheres negras têm sido objeto de estudos e reflexões em diferentes áreas do conhecimento. Em suma, os estudos da historiografia sobre a temática nos demonstram que a “abolição” da escravização “não modificou as estruturas hierárquicas impostas pela lógica escravista” (PEREIRA, *ibid.*, p. 1) e que, “na prática o pós-abolição não trouxe rupturas significativas na vida social de um determinado grupo, as mulheres que eram escravas tornaram - se empregadas domésticas” (*ibid.*).

A figura de Sá Maria nos provoca o pensamento crítico sobre a situação de mulheres negras babás, amas-de-leite, mães negras, mucamas, empregadas domésticas – reflexão que se estende para o reconhecimento das profundas marcas sociais de desigualdade racial e racismo estrutural no Brasil. Em um dos ensaios presente na coletânea *Por um feminismo afro-latino-americano*, Lélia González (2020, p. 76) nos narra a relação entre racismo e sexismo na cultura brasileira, compreendendo que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse ínterim, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. A pesquisadora traça, assim, um paralelo entre a mucama e a empregada doméstica, afirmando que a empregada doméstica é nada mais “do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (*ibid.*, p. 82).

González refuta o papel da mucama, ou da babá negra, enquanto pessoa escravizada domesticada e, por isso, dócil e entreguista. Ao contrário disso, a autora localiza a babá negra

enquanto uma mãe, posto que ela exerce um papel genuíno de cuidado dos filhos das senhoras brancas. González vai além: identifica no papel da babá negra a possibilidade de uma estratégia de luta, porque ao educar os filhos de sinhás, a babá negra pode, então, ensinar valores negros de justiça social e de liberdade. Nas palavras de González (*ibid.*, p. 87), a babá negra “não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros apressados em seu julgamento”. Continua a autora:

ela [a babá negra], simplesmente, é a mãe. É isso mesmo: é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite para cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra, que, por impossível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. por isso a “mãe preta” é a mãe [...]. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. Por aí a gente entende por que, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada (GONZÁLEZ, 2020, p. 87-88).

Os poemas *Higiene Pessoal*, *Anjo Guerreiro* e *Negra*, de Drummond, que documentam a posição social da mulher negra escravizada, servem como testemunhos do próprio poeta acerca das desumanizações a que Sá Maria era exposta, e parecem nos trazer um exemplo, uma materialização do que denunciou Lélia González nos trechos acima destacados, vejamo-los respectivamente:

junto à latrina, o caixote / de panos de limpar cu de menino. / Sá Maria é quem limpa o cu / e lava o pano. / Cresce o menino. / Assume a responsabilidade / de limpar o próprio cu / com pedaços de jornal / Sá Maria é chamada a outros deveres. (ANDRADE, 2015, p. 647)

Ó João Jiló, fiscal da Câmara, / por que foste cortar a água / do sobrado do Coronel? [...] / Sá Maria, machado em punho, / já segue no teu encaço, / pelos botecos te procura / e pelos becos te reclama. / A empregada do Coronel / ofensas tais não admite [...]. / Invocas a autoridade, / a lei, a prisão perpétua? / Que importa, se Sá Maria, / acima da lei, é a própria / leoa negra do sobrado, / anjo-guerreiro da família / do Coronel [...] (*ibid.*, p. 620)

A negra para tudo / a negra para todos / a negra para capinar plantar / regar / colher carregar empilhar no paiol / Ensacar / lavar passar remendar costurar cozinhar / rachar lenha / limpar a bunda dos nhozinhos / Tregar / A negra para tudo / nada que não seja tudo tudo tudo / até o minuto de / (único trabalho para seu proveito exclusivo) / Morrer. (*ibid.*, p. 560)

Da mesma maneira, no trecho em prosa abaixo:

como você foi diferente, Sá Maria, com a sua existência prestimosa e sóbria, devotada à criação de duas gerações da família e pitando eternamente o seu cachimbo, única volúpia que a singeleza de seu feitio lhe permitia! [...] Ainda vejo o corpo mirrado, sob o lenço colorido da cabeça, os dedos entrelaçados de frieiras, a boca murcha mascando mesmo quando vazia, a voz severa, mas traindo um secreto carinho, o coração aberto, numeroso... Cinquenta anos, pelo menos, da vida de Itabira desfilam diante dos seus olhos e você nem reparou neles, preocupada como estava em encher o seu pote d'água, preparar cedo o almoço e o jantar da família, deitar cedo os filhos de criação, viver cedo, fazer tudo cedo... menos morrer, porque isso era contra o seu regulamento interno, que exigia o máximo de fervor e de humildade na devoção. (*id.*, 1943, n. p.)

Pensar na situação de Sá Maria, mulher negra e escravizada, talvez lance luz às falas dos sujeitos itabiranos que resgatam, na imagem dela, a possibilidade de questionar lógicas racistas e escravocratas que perduram em nosso tempo histórico:

como não pensar na negra assalariada, empregada doméstica, quando se discute que ao escravo era negada a possibilidade de uma vida privada? Porque a negra de hoje é a babá dos filhos da mulher branca burguesa ou pequeno-burguesa, enquanto seus próprios filhos não existem ou percorrem soltos os morros e as ruas, principalmente das grandes cidades? (PEREIRA, 2011, p. 3)

A passagem acima nos leva a respostas igualmente inquietantes e que podem nos elucidar a importância da figura de Sá Maria para as pessoas negras interlocutoras de nossa pesquisa. Responde a autora:

a escravidão acabou, mas suas heranças estão presentes no cotidiano e nas experiências de vida das mulheres negras e no centro dessas experiências temos o capitalismo que se manifesta através da imensa capacidade que têm as classes dominantes, em todos os períodos históricos, de incorporar, até onde forem possíveis, os privilégios que lhes são próprios. A atual situação da mulher negra é fruto de raízes históricas, cuja ideologia vigente ainda determina que o lugar da mulher negra seja a cozinha e o cuidado do lar. (*ibid.*, 2011, p. 4)

O que nos remete ao capitalismo no centro das experiências de desumanização que aqui discutimos, apontando para a interseccionalização entre os dois temas (desigualdade social e racismo, por exemplo). Nessa mesma perspectiva, através da experiência de campo realizada neste trabalho, foi possível perceber que os itabiranos, interlocutores da pesquisa, também expressam uma visão interseccionalizada em suas análises sobre o atual cenário de Itabira. Por exemplo, ao ser perguntado sobre o movimento negro da cidade e a presença de Sá Maria, um dos interlocutores faz uma fala em que relaciona mineração, opressão racial e de gênero:

Lucas: atualmente, você acha que o movimento negro em Itabira tem alguma relação com a Sá Maria? Em que medida essa história da Sá Maria, que existe na cidade, influencia esse movimento negro?

Tutu Caramujo: olha, primeiro que, pra você entender essa formação social em Itabira, você precisa entender o *modus operandi* da [empresa de mineração]. E como que a [empresa] vai introjetar, no imaginário, dessas pessoas esse dado da subserviência aos interesses empresariais. [...] Então, você vai percebendo isso quando ela se estabelece, quando ela pega o bairro Gabiroba, que junto com a Pedreira, que tinham fábricas, que mantinham toda a movimentação, todo o giro econômico do município, e ainda se apropriava da mão de obra disponível. Então, assim, e, mais do que isso, quando você fala das mulheres... Aí, as mulheres é que eram as funcionárias dessas fábricas de tecidos. Elas eram as matriarcas, elas eram as pessoas que cuidavam da manutenção da família. Então, elas tinham esse caráter, esse papel importante da manutenção alimentícia, do prover, do dar funcionamento a essas casas e essas famílias. Isso de certa forma vai colocar o projeto da [mineração] em risco. Porque esse pessoal movimentava a economia e nós estamos falando de um projeto econômico. Então em um projeto econômico em que toda a economia era gestada por duas fábricas de tecidos. (TUTU CARAMUJO, ENTREVISTA, 10/01/2023)

Tratando-se da instalação da primeira empresa de mineração em larga escala em Itabira do Mato Dentro – fato que, de acordo com Tutu Caramujo, influenciou a formação social dos sujeitos da cidade – cabe negritar a distância cronológica entre a fundação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a figura de Sá Maria, mais especificamente, a ratificação do ex-presidente Getúlio Vargas do Decreto-Lei nº 4.352, de 1º. de junho de 1942, que instituiu a mineradora. Antes dessa data, Itabira do Mato Dentro já havia tido um passado de mineração, ainda que mais rudimentar, no entanto e inserido no ciclo do ouro que envolvia também outras cidades mineiras. (Wisnik, 2018)

Tutu Caramujo faz referência à existência de fábricas na vila de Itabira do Mato Dentro antes da instalação da CVRD. disso, em sua pesquisa, Wisnik cita Maria das Graças Souza e Silva, professora e geógrafa itabirana que se dedicou a estudar sobre a atuação da CVRD na cidade de Itabira e aponta-nos que

quando a CVRD se instala, a cidade [de Itabira] já se configurava como um espaço urbano construído a partir de atividades econômicas como a exploração (rudimentar) de ricas jazidas de ouro e de minério de ferro, siderurgia incipiente (pequenas forjas), agropecuária, indústrias têxteis, atividades culturais, dentre outras (SOUZA E SILVA, 2004, p. 22).

Na passagem acima a autora nos fala de um contexto urbano já existente antes da instalação CVRD e alerta que, diferente de outras cidades monoindustriais, não foi Itabira que se construiu ao redor de uma indústria extrativista, mas sim a indústria que se instalou junto à cidade, transformando o espaço urbano que a precedeu. No mesmo trabalho, a pesquisadora evoca Henri Lefebvre (1999) para afirmar que, na cidade de Itabira, o urbano “revela o

industrial, que aparece como hierarquia reforçada para uma refinada exploração”. (apud SOUZA E SILVA, 2004, p. 24)

Wisnik analisa, a partir da obra drummondiana, que a vila de Itabira do Mato Dentro, à época da década de 40, era palco de escassez econômica, quando testemunhou como a realidade “mercantil, industrial e financeira irrompe, sem escalonamento ou preparação, no marasmo de uma cidade economicamente decadente, nascida do ciclo do ouro, com seu ‘aspecto presépio’ e seu feitiço de ‘relicário de relações primárias’” (2018, p. 89). De acordo com a investigação elaborada pelo pesquisador, à época de 1940, disputas acirradas foram travadas em nome da propriedade de terras itabiranas nas quais as estimativas de jazidas de minério de ferro ultrapassavam limites recordes para o que até então se conhecia. Tais disputas se davam em âmbito internacional e nacional, uma vez que empresas estrangeiras materializavam seus interesses nas terras itabiranas e, por outro lado, existia uma forte tendência varguista de segurança para com os bens nacionais. Terras itabiranas foram compradas, por estrangeiros, de proprietários itabiranos que, de acordo com as análises de Wisnik, não entendiam o contexto econômico em que se inseriam e acreditavam ter feito excelente negócio ao vender terras improdutivas, permanecendo ignorantes das porções de minério que em suas terras jaziam¹⁸. Após uma série de conflitos e tensionamentos, ocorreu a criação da CVRD por meio de acordos internacionais. Com isso, deu-se início à exploração das terras itabiranas pela CVRD e o alvo principal: o pico do Cauê – símbolo hoje corroído e inexistente, pós anos de exploração. Cabe dizer que a casa onde Drummond cresceu possuía janela com vistas para esse pico e a possibilidade de destruição dessa paisagem perpassa por muitos momentos da poesia drummondiana.

Sobre os arranjos que foram feitos para que a CVRD iniciasse seus projetos, narra Wisnik (2018, p. 107):

se os americanos entravam com os dólares do financiamento milionário, e os ingleses arcavam financeiramente com a devolução das jazidas de propriedade anglo-americana, o Brasil entrava, afinal, com a montanha de ferro itabirana: estoque bruto a ser expressamente sacado como capital in natura, ao mesmo tempo que entidade natural e simbólica a ser tacitamente sacrificada. O caráter sacrificial da operação é a sua parte silenciada e evidentemente não contabilizada nos contratos, mas é enunciado num cartaz da própria Companhia Vale do Rio Doce, que exhibe, à maneira de um cartão-postal uma foto do pico em seu nostálgico e último esplendor, com a legenda: “O famoso pico do Cauê, em 1942, ‘serro empinado’ dos aborígenes, que fascinou homens de outras terras e cujo atrevido perfil já não se reconhece mais,

¹⁸ Não é de nosso interesse aqui nos aprofundar na história econômica de Itabira do Mato Dentro – e destacamos, nesse sentido, a pesquisa profícua que realizou Wisnik abordando essa temática. De outro modo, nosso objetivo ao comentar o assunto é o de localizar as falas de Tutu Caramujo dentro de uma historicidade – cabe esclarecer. Para compreender mais sobre o contexto itabirano antes da instalação da CVRD, ver *Confissões de Minas* (ANDRADE, 2020) e mais especificamente a crônica *Vila de Utopia* (idem).

porque de sua gigantesca mole têm sido extraídas [sic] milhares de toneladas do melhor minério de ferro do mundo – cumpre seu destino de dar-se, inteiro, pelo Brasil. (WISNIK, 2018, p. 107-108)

Desde a época de sua instalação, a relação CVRD-Itabira perdura com mais de 80 anos de exploração. Em *A terceira Itabira* (2004), Souza e Silva nos demonstra diversos momentos dessa relação que ela nomeia como “processo de apropriação-expropriação e dependência” (p. 25). A autora expõe-nos três momentos da organização do espaço urbano em Itabira, sendo estes: 1) extração do ouro; 2) instalação da CVRD, nos anos 40 até o final dos anos 80; e 3) período de crise, da instabilidade econômica, da privatização da CVRD e da tentativa de mobilização social nos anos 90. Vê-se, através da obra da autora, que já na década de 2000, denunciava-se uma dependência econômica da cidade de Itabira com relação à CVRD, sua influência na vida social e subjetiva dos itabiranos e a possibilidade de exaurimento do minério de ferro da cidade e o fim da relação da empresa exploradora com a cidade.

Nesse sentido, é interessante destacar das falas de Tutu Caramujo a percepção sobre o quanto a instalação da CVRD alterou a dinâmica social da cidade de Itabira Do Mato Dentro. Tutu Caramujo intersecciona novamente: aborda o racismo, o sexismo e a mineração para explicar-nos a influência de Sá Maria na vida das pessoas negras itabiranas:

a [empresa de mineração] entra com esse papel de destruição desse ideário. Porque aí ela vem ofertando um valor de salário fora do padrão vigente na época, onde, por exemplo, se você ganhava um salário mínimo e era suficiente para você ter a manutenção da casa – porque naquela época as questões econômicas eram muito mais em conta, vamos colocar assim a palavra – a [empresa] vai oferecer três vezes mais. Então, o processo de absorção dessa mão de obra, ele vem projetado, ele vem planejado, ele vem imbuído de um pensamento de lavagem mesmo de memória das pessoas. Porque aí as pessoas, desde aquela época, já vêm condicionadas. Aí você vai precisar de médico? A [empresa] tem um posto de atendimento. Mais tarde hospital. Aí, você vai precisar de medicamentos, ela [a empresa] cria a farmácia. Aí você vai precisar de comer, a [empresa] subsidia o armazém. Aí você vai precisar de carne, ela subsidia o açougue. Aí você vai precisar de mais o quê? Tudo que você vai precisar... quando chega no final do ano, a troca de uniformes. A [empresa] vai te dar os uniformes como um dos presentes de Natal, mais os brinquedos, mais os doces, mais as guloseimas. Então, foi todo um outro processo de personificação da empresa. E trabalhar na [empresa] era amar Jesus Cristo. Entendeu? (TUTU CARAMUJO, ENTREVISTA, 10/01/2023)

Tutu Caramujo narra o que Souza e Silva (2004, p. 28, grifo nosso) denominou de “dominação sutil da mineradora sobre seus funcionários”, em que o processo de dominação se expressa desde a “atenção” à saúde dos funcionários, com atendimentos médicos e farmácia, à carne, que é subsidiada pelo açougue, e ao próprio salário, isto é, um conjunto de estratégias para o convencimento de que “trabalhar na [empresa] era como amar Jesus Cristo” (TUTU CARAMUJO, ENTREVISTA, 10/01/2023). Souza e Silva (*ibid.*), novamente

portanto, registram que o termo *Mãe Vale* se tornou um jargão popular em determinado momento histórico de Itabira, antes da privatização da empresa, refletindo assim falas como a de Tutu Caramujo. O problema se aprofunda mais à medida que mais “benefícios” são oferecidos ao operariado neutralizando a dominação de efeito inibidor sobre lideranças populares e movimentos sociais. (SOUZA E SILVA, 2004)

Através da experiência de campo foi possível realizar uma entrevista com uma ex-funcionária da empresa de mineração, a quem chamaremos aqui de Julieta. Julieta é uma mulher de aparentes 40 anos de idade, graduada em dois cursos de área administrativa e que trabalhou na principal mineradora da cidade por mais de 20 anos. Quando me encontrei com Julieta, havia meses desde sua demissão da empresa, e meu interesse em conversar com ela era saber um pouco sobre a experiência dela enquanto trabalhadora na mineradora. O que vimos em falas anteriores de Tutu Caramujo e o que chamamos com Souza e Silva (2004) de dominação sutil pode ser percebido também nas falas de Julieta:

Julieta: era meu sonho entrar [na empresa]. Porque tinha uma cultura de entrar na Vale... de vestir o uniforme marrom [...]. Então, assim, era aquele orgulho: você via os tios trabalharem, as outras pessoas... então, assim, era um sonho. Meu pai nunca entrou, então eu queria entrar [...]. Sempre eu queria ficar na [empresa], porque era uma cultura, o salário era um salário de mercado melhor [...]. Há uma... não é uma lavagem cerebral, mas uma certa... pressão. Que a empresa, ela faz todo um processo de consertar aquilo [referindo-se aos danos que a empresa causa] e também se a pessoa se mostra que tá contra a prática da empresa, ao que ela tá fazendo, falar que tá contra, que não é certo, ou ir contra o que ela tá fazendo, ela pode ser repreendida [...]. Eles usavam muito *da* gente vestir a camisa da empresa, então, assim, isso era inserido em *todas reuniões* que tinham. A gente tinha que... a gente tinha que... falava: tem que vestir a camisa da empresa, defender a empresa [...].

Lucas: Você nunca chegou a repensar se você queria estar mesmo dentro da empresa?

Julieta: Bom... já. Mas eu acho que a partir de um momento parece que a gente fica numa certa zona de conforto. Por quê? O salário não é um salário ruim em vista do que a gente tem aqui [na cidade]. E também eu acho que é a questão da gente mesmo... por exemplo: eu nunca pensei em morar fora, sempre a ideia era de ficar aqui, por causa de família, de ter um convívio aqui. Pensar fora da caixinha, né? Lógico que às vezes eu pensava..., mas depois voltava atrás. Voltava atrás assim... isso... não ia adiante com o pensamento. Então, sempre queria ficar ali.

Lucas: E quais os motivos te faziam repensar?

Julieta: Pois é... é muito... é um pouco complicado. Assim, quando você fala de uma empresa que explora, a gente age como se fosse um robzinho. A gente tá lá inserido num sistema, né? Como se a gente fizesse parte de um sistema. Então, costuma assim, só quando você pensa... acontece umas coisas dessas, como aconteceu lá [...] em Brumadinho... aí você começa a pensar assim: olha, a empresa tá fazendo mal pra minha cidade. Só que depois vem a necessidade de você ter um trabalho pra viver, né? Pra sustentar família... Então eu acho que isso sobrepõe um pouco. Assim... anula aquele pensamento de sair fora da empresa que faz mal pra cidade. Já pensei, mas foi assim. A vontade de receber, de ter ó: os benefícios, de ter um salário, de uma empresa boa com relação a salário [...]. Então eu começo a pensar... então talvez isso se sobreponha. Então, assim: eu volto pra caixinha de novo. [...] E é um sonho de muita gente aqui ainda trabalhar [na empresa]. Era mais forte antes, né? Hoje... eu acho que a geração de hoje, ela tá tendo uma rotatividade maior, porque tem outras opções. Era um sonho mais forte, na minha época era um

sonho. Hoje ainda é um emprego que muita gente quer ter... só que quando as pessoas começam a enxergar o que tá lá... eu vejo que as pessoas começam a ver mais em termos de pressão mesmo, de trabalho, porque hoje tá uma empresa que tá tendo uma empresa maior. (JULIETA, ENTREVISTA, 11/09/2022)

Em sua obra *De Ferro e Flexível* (2004), Maria Cecília de Souza Minayo apresenta um estudo antropológico sobre trabalhadores da empresa mineradora CVRD e analisa, entre outros aspectos, as subjetividades desses trabalhadores no que diz respeito à rotina desses. Para a autora, trabalhadores itabiranos da mineradora acompanharam diversas mudanças no perfil histórico de suas categorias. Tal fato influenciou estruturas, relações e subjetividades. A autora aponta que seu estudo sobre trabalhadores itabiranos de mineradoras materializam, em partes, a história universal do capitalismo. No entanto, sua temática de estudo apresenta um “intenso colorido local” (MINAYO, 2004, p. 13) por motivos diversos. Em suas palavras:

esses trabalhadores de Itabira deram origem à Companhia Vale do Rio Doce, nascida no sopé do Cauê, a gigante montanha de ferro cantada em verso e prosa pelo poeta itabirano, Carlos Drummond de Andrade. Cavam o ouro negro com marreta e muque e chegaram à era pós-moderna movendo uma empresa quase totalmente automatizada. Disso se orgulho. Prontamente superam a época do muque para introduzir a mecanização das minas. Ultrapassaram a mecanização obsoleta para expandir e aprofundar a automação dos processos. Sofreram intensamente a transição e, apresentam hoje um quadro funcional e uma visão cultural, ambos integrados à flexibilização produtiva internacional. (*ibid.*)

Em sua pesquisa, Minayo (2004) realizou entrevistas com um grupo de trabalhadores da empresa mineradora, de diferentes categorias, na década em que se deu a privatização da então empresa estatal. As falas que Minayo registrou de seus companheiros de pesquisa se assemelham em muito às falas de Julieta, apontando-nos a atualidade de nossa discussão. Passados quase vinte anos da publicação do referido texto da autora, ainda encontramos trabalhadores com subjetividades semelhantes. Como exemplo disso, retomemos a fala de Julieta: “eles usavam muito da gente vestir a camisa da empresa, então, assim, isso era inserido em todas as reuniões que tinham” (JULIETA, ENTREVISTA, 11/09/2022). Sobre essa fala, também verificada em campo por Minayo (*ibid.*, p. 339) ainda na década de 90, a pesquisadora considerou: “‘vestir a camisa’, expressão que continua sendo usada pelos empregados para se referirem à adesão à cultura da empresa, consiste, sobretudo, em aderir ao sentido da organização toyotista de produção”.

Assim, cabe dizer que Minayo (2004), a partir de seus companheiros de pesquisa, igualmente verificou formas de dominação objetivas e subjetivas da empresa mineradora sobre seus funcionários. A autora perfilou, portanto, características coletivas desses funcionários:

esse trabalhador não pode ser considerado sincronamente. Ele vai se forjando enquanto produz, dentro da organização social de trabalho [...]. Por outro lado, como sujeito ainda que dominado, esse trabalhador imprime a marca do seu ser enquanto produtor, ao que faz, à forma como o faz e ao que expressa como resistência a uma tentativa total de alienação, por parte do capital, da sua produção e do seu ser. (MINAYO, 2004, p. 370)

E, em que medida, o trabalhador itabirano de mineração, na atualidade, possui relação com a figura de Sá Maria, evocada através da leitura de Drummond, pela comunidade negra de Itabira? As falas de Tutu Caramujo nos revelam a evocação de Sá Maria enquanto uma figura histórica, mote reflexivo e de possibilidade de enfrentamentos à dinâmica social de dependências, dominações e homogeneizações. Vejamos:

então isso aí, quando você fala assim “de que maneira influencia?”. Olha, se nós tínhamos milhões de brasileiros negros que estavam aqui... e, aqui em Itabira nós temos hoje ainda 74% dessa população, quer dizer, pressupõe-se que quase toda ela era uma população negra. E como tal, onde que a Sá Maria se encontra aí? No espectro de cada uma dessas pessoas. A diferença é que a Sá Maria ela não vai ser uma subalterna da [empresa], mas ela é uma subserviente da família Andrade. Porque ela vai entrar ali e vai morrer. Então, ela não vai cumprir esses tramites de uma empresa que tem férias. [...] E, no caso da Sá Maria, é o papel que o Carlos de Paula Andrade recebe como empresário. Então, ele tem essa mania lá com a sua serviência né!? A troca de quê? Uma comida e um lugar pra morar. Ainda assim, esse lado da afetividade vai marcar, porque ela vai se sentir grata por essa subserviência, porque ela não vai ter pagamento. Ela não tem pagamento, ela não tem folga, ela não tem hora de trabalho, ela trabalha 24 horas. A todo momento que precisasse dela, ela tinha sempre que estar à disposição. (TUTU CARAMUJO, ENTREVISTA, 10/01/2023)

Sá Maria, de acordo com Tutu Caramujo, se encontra no espectro de cada trabalhador explorado em Itabira. E, mesmo na atualidade, a história de Sá Maria persiste, já não sendo explorada pela família Andrade, é agora explorada por mineradoras. Talvez pudéssemos, portanto, parafrasear a fala de Tutu Caramujo e perguntar: o que ganha um trabalhador da empresa mineradora? E talvez a resposta seria: “uma comida e um lugar para morar”. (TUTU CARAMUJO, Entrevista, 10/01/2023)

Não quero aqui sugerir que as condições análogas à escravidão, às quais Sá Maria tenha sido submetida, se comparam, em termos estritos, às condições de trabalho de qualquer trabalhador ou trabalhadora de empresas mineradoras em Itabira. Na verdade, trago essa fala sobre Sá Maria para problematizar em que medida as “vantagens” – para utilizar um termo emprestado da interlocutora Julieta – oferecidas aos funcionários e funcionárias, pelas empresas mineradoras, realmente o são, sobretudo quando se reflete sobre os impactos na dimensão da coletividade, não apenas individuais, na cidade de Itabira do Mato Dentro e em qualquer outra localidade explorada pela mineração.

3 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DE ADULTOS E CRIANÇAS NA EXPERIÊNCIA DE ACESSO À LITERATURA NO ESPAÇO URBANO

Neste capítulo, discutiremos sobre a forma como crianças e adultos atribuíram significação à sua presença no FLI. Observamos que esses sujeitos se tornam participantes por motivos e processos bem distintos, e o que essas dinâmicas podem nos revelar será agora tema de nosso debate.

Apresentamos, em um primeiro subitem do capítulo (4.1), as discussões sobre a experiência das crianças no festival de literatura. E, em segundo subitem (4.2), sobre a experiência de participação de adultos.

3.1 As crianças e o festival de literatura

“Ué, viemos ver as coisas boas que têm aqui”.

Diferente do que ocorreu na primeira edição, a segunda edição do evento contou com uma programação especial ofertada ao público infantil. Consta na programação: *“Atividades infantis – Brincadeiras de Quintal – ITP”* (FLI, 2022, n. p.), a partir do segundo dia do festival. A breve descrição das atividades voltadas para o público infantil destoa das demais atividades voltadas para os adultos. Enquanto as atividades para adultos traziam nomes de interlocutores e componentes das atividades, temáticas e outros detalhes, a oferta para o público infantil não revelava, na programação oficial, nenhum detalhe do que seria proposto para as crianças. Por conseguinte, a observação de campo me permitiu verificar quais os conteúdos e as dinâmicas dessas “atividades infantis”, e os discursos que as imbuíam. Também me foi possível perceber algo de como as crianças se apropriavam ou não das atividades que lhes eram oferecidas, como ocupavam os espaços que lhes eram determinados e como interagiam com os demais participantes do festival. Discutiremos sobre isso nesse subitem.

No segundo dia do evento, cheguei para a atividade infantil programada para as 8:00 (em todos os dias da programação era esse o horário destinado para o público infantil). Notei, de imediato, certa agitação no ambiente, sobretudo ao perceber que uma das curadoras locais do festival, a quem chamaremos aqui de Antonieta, recebia um comunicado, conforme nota de campo abaixo:

Cheguei ao FLI às 8:20. [...] O tempo estava nublado, chovendo pouco e fazendo frio. [...] No palco principal do evento, uma programação infantil acontece. Crianças

brincam com bambolês e outros brinquedos. “Mais uma turma vai chegar”, anuncia alguém da produção para Antonieta, a curadora local. Observo pelo uniforme que se trata de alunos de escolas públicas da cidade. O uniforme é igual para toda rede municipal, o que não me permite descobrir de imediato de qual escola se trata. Há pequenas mesas altas de madeira espalhadas no espaço mais à frente do palco, e em frente aos *stands* de vendas de comida. Estou sentado a uma dessas mesas, olhando para o palco. Observo que as crianças correm pelo espaço, sentam-se nas cadeiras e logo depois saem delas, vão até o início da feira correndo e retornam até o palco. Uma das crianças derruba sem querer um amontoado de cadeiras que estava ao seu lado. Faz cara de assustada, observa ao redor. Um adulto da produção não a repreende e a orienta para se afastar dali (DIÁRIO DE CAMPO, 03/11/2022).

Já conhecia Antonieta, que é também professora atuante da Secretaria Municipal de Educação de Itabira. Antonieta é uma mulher de aproximadamente 40 anos de idade, negra de pele clara, baixa, sempre muito extrovertida. Na ocasião do nosso encontro, Antonieta estava grávida. No momento em que me viu, ela me cumprimentou, perguntou sobre minha pesquisa e iniciei uma conversa a respeito do festival. Como já estava informada de quem eu era e sobre o trabalho de campo objeto da presente dissertação, deu-me informações importantes sobre o evento. Solicitei-lhe licença para gravar nossa conversa e perguntei, entre outras coisas, sobre a programação para as crianças. Antonieta explicitou a intenção do FLI em proporcionar as atividades para o público infantil:

quando [o produtor do evento] me chamou, mais ou menos em meados de julho, para ser uma das curadoras locais, nós fomos elencando os problemas que a gente tinha visto [no festival] no ano passado, né? [...] A gente queria melhorar o acesso e a acessibilidade. Então, quando a gente pensou no educativo – que foi uma coisa que não teve ano passado [na edição anterior], teve apenas uma visita, mas um trabalho educativo não teve –, nós queríamos favorecer o acesso das crianças que vêm pouco pro centro [da cidade]. Então, nós trouxemos [crianças da]: zona rural, nós trouxemos outras escolas da periferia, [crianças] que saem um pouco da escola, para ter esse contato com o Drummond. Fora isso, também, nós fizemos um recorte: escolhemos os meninos de quarto e quinto ano, porque eles têm um maior entendimento do que eles estão vivendo agora. [...] E aí nos trouxemos por dia 180 crianças de manhã, 140 crianças à tarde. Então, fazendo um cálculo rapidinho aí... 320 crianças por dia! Para hoje e para amanhã: 640 crianças.

Lucas: e todos de escola pública?

Antonieta: somente de escola pública. A programação é aberta. Pode vir qualquer criança. Mas nós queríamos garantir que esse público, de escola pública, viesse para cá (ANTONIETA, ENTREVISTA, 03/11/2022).

Pelo que me foi possível observar, o conteúdo dessas atividades infantis esteve resumido a atividades com dados, que tinham estampados caricaturas do rosto de Drummond e, ao acertar o dado em determinado local, a criança ganhava a premiação de um brinquedo do tipo “pirocóptero” – depois de um tempo no evento, durante os dias e horários da programação voltada a esse público, tornou-se comum ver esses brinquedos coloridos “voando” pelo ambiente; atividades de pintar bonecos estampados em tecidos; danças livres de músicas do funk ou da MPB; teatro de fantoches; brincar com bambolês, vai-e-vem e de

pular corda. Apesar dessas atividades propostas pelos adultos, as crianças possuíam a liberdade de optar por participar ou não das atividades. Havia também uma conclamação para que as crianças “interagissem” ao máximo possível com a história e a obra de Drummond, conforme expõe em uma das falas de Antonieta, durante o quarto dia do evento, ao tomar o microfone do palco principal, durante o momento da programação infantil, e direcionar sua fala para os professores: “professores, levem as crianças para a casa de Drummond para dar uma visitada. Tem muitas crianças aqui que nunca foram. Ela está aberta. Não pode sair daqui sem conhecer a casa de Drummond, hem? Onde Drummond brincava. Crianças, peçam as professoras para levarem vocês” (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Em geral, as crianças demonstravam estar abertas às propostas dos adultos e do que foi denominado como “brincadeiras de quintal”: participavam, pintavam, dançavam, jogavam os dados, mas logo demonstravam enfado e buscavam outras atividades, sobre as quais falaremos posteriormente. Foi possível notar a predominância de músicas do gênero funk e funk infantil durante os horários da programação infantil, conforme trecho do diário de campo:

passam várias músicas altas no palco principal, onde as crianças dançam, brincam, correm de um lado para o outro. Noto que as músicas são, principalmente, músicas de funk (algumas especificamente funks infantis e outras não). Alternam as músicas de funk com poucas músicas de MPB, como por exemplo, Adriana Calcanhoto. Pela minha observação, posso dizer que uma em cada cinco músicas era [...] MPB. Algumas crianças brincam correndo, se abraçam, outras riem em grupos: um momento muito semelhante a um recreio escolar (DIÁRIO DE CAMPO, 03/11/2022).

Podemos considerar a comparação das atividades com um recreio escolar, uma vez que, não dificilmente, dentro das escolas, o recreio escolar é tido como momento de maior liberdade e prazer para as crianças. A predominância de um gênero musical específico direcionado às crianças junto a outros elementos em discussão, nos auxilia na compreensão da definição de *criança* que possuíam os organizadores do evento. Uma cena a mais, retirada do diário de campo, pode nos ajudar a compreender essa definição advinda dos organizadores do festival. Trata-se de um momento em que escutei uma conversa entre Antonieta e um senhor que era um dos responsáveis diretos pelas atividades destinadas para o público infantil, a quem chamaremos de João. Na conversa, João questionava a Antonieta sobre a participação das crianças na feira literária:

me sento em uma das mesas próximas aos *stands* de alimentação para observar. Um senhor, que logo eu conheceria como João, se aproxima de Antonieta. Começam a conversar próximo a mim. Me mudo de mesa e me sento mais próximo a eles para tentar ouvir a conversa. O senhor diz pra Antonieta, referindo-se às crianças: “eles

me questionam, todo dia me perguntam: pode entrar lá [em determinado local do evento]? Só que [as atividades para as crianças] não sensibilizavam para a cultura que precisava ter. O problema é que não está funcionando [em Itabira]. Entra governo e sai governo...”. O som alto me impede de ouvir e a conversa acaba terminando. Penso em fazer uma entrevista com João (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Essa conversa que ouvi, entre Antonieta e João, pela manhã do dia quatro de novembro, me levou a, de fato, realizar uma entrevista com João, na tarde do mesmo dia. Diferente de Antonieta, João e eu não nos conhecíamos e eu ainda não havia sido apresentado a ele. Me apresento a João, então, como um pesquisador interessado em discutir o acesso à cidade e à cultura na cidade de Itabira, e conto a ele que havia escutado a sua conversa com Antonieta, explicando o motivo de minha abordagem. João se apresenta como presidente de um instituto da cidade ao qual definiu, quando perguntado, como “uma entidade sem fins lucrativos, não-governamental [que possui] algumas parcerias, através de termos de fomento, com a prefeitura [municipal de Itabira]” (JOÃO, ENTREVISTA, 04/11/2022). Pedi para que João falasse um pouco mais sobre o que conversava com Antonieta e João contou:

o questionamento dela [referindo-se a Antonieta] era que muitas das crianças que estavam aqui nunca tinham vindo nesses equipamentos culturais. Daí, como a gente trabalha com o [instituto itabirano], nosso público maior, até pouco tempo atrás, eram os adultos – mulheres, né? Em sua grande maioria com vulnerabilidade social, eu falei: não, mas isso não fica muito longe, né? Toda formatura do Instituto a gente faz questão que seja dentro do teatro [...], e todas as vezes que a gente fala: olha, gente, a formatura vai ser dentro do Teatro da Fundação Cultural [Carlos Drummond de Andrade], elas falam: mas a gente pode entrar lá? Como se aquilo não fosse permitido para as minorias, entendeu? [...] Várias das nossas crianças, que estão participando aqui do FLI, foram a primeira vez que veio até o museu, ou na Casa de Drummond, né? Então isso precisa ser revertido, precisa ser mudado. E é com eventos assim, né? Eu acho que tinha que ter um FLI todo mês, ou pequenos FLIs, ou pequenos eventos literários, para que a gente também aproxime as pessoas. Não só da literatura, mas da cultura em si, né? [...] Esse ano a ideia deles [referindo-se aos organizadores do festival] era aproximar mais as comunidades periféricas, que elas viessem ao FLI, que sentissem também que o FLI também é delas, né? Como que isso poderia acontecer? [...] Trazer também as crianças das escolas, todas as escolas da nossa cidade [...], também foi uma forma de mostrar pras crianças que elas são... é... que o FLI também é delas e isso também é legal porque elas vão pra casa e contam e quem sabe isso gera uma vontade da família em vir aqui conhecer, né? (JOÃO, ENTREVISTA, 04/11/2022)¹⁹.

Perguntei também a João sobre como se deu a relação entre o instituto do qual ele é presidente e a produção da feira literária. João respondeu que a relação foi possível através de uma pessoa da produção que também trabalha no instituto:

¹⁹ Retornaremos às falas de João posteriormente, pois elas ainda nos oferecerem outros elementos para discussão de outras temáticas em subseções seguintes. Daí que tenham sido feitos recortes nas falas que agora apresentamos, com o objetivo de focar, nesse momento, na discussão sobre a posição das crianças no festival de literatura.

[ele] falou pro pessoal da produção que a gente tinha esse projeto, que é o Brincadeiras do [Instituto] [...] e eles se interessaram em fazer, porque eles já estavam interessados em fazer alguma coisa voltada para as crianças [...]. Essa brincadeira é: tirar as crianças das redes sociais e trazer elas, realmente para aquilo que é importante, para aquilo que é afetivo. É... a gente tá aqui com diversos brinquedos que, pra gente, pode parecer tão bobos – que é uma corda, que é uma pintura, que é uma brincadeira de jogos – e elas tão achando aquilo o máximo porque muitas nunca viram isso. Não tem, não sabe o que é brincar disso. Não sabe o que é um pirocóptero, não sabe o que é um bate-bag, não sabe o que é um brinquedo de dado. Então isso é legal e é trazer essa ludicidade novamente para as crianças (JOÃO, ENTREVISTA, 04/11/2022).

Em suas falas, João evoca a imagem de sujeitos oprimidos e de minorias sociais para explicar a presença das crianças no evento e para falar sobre a inquietação que sentiam, ele e Antonieta, com relação à necessidade de as crianças acessarem os espaços urbanos e culturais da cidade. As falas de João nos evidenciam a percepção de crianças enquanto vítimas de desigualdades sociais. Muitas pesquisas abordam a temática de infâncias e desigualdades sociais e podemos recorrer a essas fontes para melhor entendimento de elementos que nos permitam compreender essa infância itabirana marcada pela desigualdade.

A pesquisadora argentina Patrícia Redondo (2019) reconhece o termo *biografias antecipadas* para discutir sobre realidades de infâncias latino-americanas que, mesmo antes do nascimento, já vivenciam um contexto de opressão e de desigualdades. Segundo a autora, “quando falamos a questão da infância latino-americana, significa pôr em primeiro plano a questão da desigualdade, visto que a América Latina é a região mais desigual do mundo” (REDONDO, 2019, p. 443). Dessa forma, observamos que infância e desigualdade social são temáticas diretamente ligadas a uma realidade espacial, a um território, que é o território da América Latina. E, conforme nos orienta Redondo (2015, p. 154. Tradução minha)²⁰,

a cartografia de nosso território mostra grandes espaços sem população, mas também em profundo contraste, apresenta cidades abarrotadas de milhões de homens e mulheres, meninos, meninas que padecem a hostilidade dos aglomerados urbanos rodeados por bairros que, como peças de um cada vez maior empobrecimento, formam áreas metropolitanas que de maneira degradada interagem com os centros urbanos.

Apesar de condicionadas pelo fator da desigualdade social, no entanto, essas crianças não estão determinadas à exclusão e à desigualdade. Ao contrário: são sujeitos que, embora

²⁰ “La cartografía de nuestro territorio muestra grandes espacios sin población, pero también y en profundo contraste presenta ciudades abarrotadas de millones de hombres y mujeres, niños, niñas que padecen la hostilidad de los conglomerados urbanos rodeados por barrios que como aros de cada vez mayor empobrecimiento conforman áreas metropolitanas que de manera degradada interaccionan con los centros urbanos” (REDONDO, 2015, p. 154).

assujeitados à privação, são também sujeitos de desejos, conforme nos orienta Redondo (2015, p. 159. Tradução minha)²¹:

persiste uma desigualdade em nosso continente que marca todos os atuais processos sociais, econômicos, políticos e culturais e nos aproxima, quase como uma lente que vai ajustando seu foco, à multiplicidade de realidades diversas e complexas que configuram as condições da vida cotidiana dos meninos e meninas dos países latino-americanos. As infâncias pobres e/ou excluídas instaladas na fragilidade social, na periculosidade das margens, na armadilha integradora da assistência, na vulnerabilidade como fronteira ou passagem para a exclusão, se constituem em sujeitos sujeitados à privação, mas também em sujeitos desejosos de outros futuros.

Em campo, pude observar crianças integradas ao ambiente do festival por diversos momentos e em quantidade significativa de vezes. No II FLI, elas andavam livremente pelo espaço, como desejavam, e com o grupo de colegas que escolhiam, interagiam com as pessoas que desejavam (embora, na maioria das vezes, interagiam apenas entre si), podiam optar por participar ou não dos jogos propostos. No primeiro dia com atividades infantis, o grupo atendido continha aproximadamente 40 crianças, com idades aproximadas de nove anos. Esse grupo se dividia em grupos menores, quartetos e trios, geralmente, por espontânea vontade. Após observá-las à distância, busquei me aproximar para compreender que significado estavam dando para o evento. Tentei, em um primeiro momento, uma abordagem mais tradicional: me aproximei de um grupo de três crianças em uma mesa, falei que estava fazendo uma pesquisa sobre a cidade, e se poderia conversar com elas um pouco. Me olharam com estranhamento, riram umas para as outras, responderam minhas perguntas em tom descontraído e basicamente com respostas curtas e risadas. Agradei e me afastei, voltando então para a observação e ainda me questionando se conseguiria ter alguma interação significativa com as crianças.

Observei por um novo tempo, até que tentei outra vez me aproximar de outro grupo, dessa vez, duas meninas, sentadas em mesas próximas aos *stands* de comida. Busquei começar a abordagem de maneira mais desinteressada: pergunto de que escola são, o que estavam fazendo ali, se estavam gostando. Até aqui, o máximo de informações que havia conseguido era a de que eram crianças de uma escola localizada em um bairro periférico da

²¹ “Persiste la desigualdad en nuestro continente que enmarca los actuales procesos sociales, económicos, políticos y culturales y nos aproxima, casi como una lente que va ajustando su foco, a la multiplicidad de realidades diversas y complejas que configuran las condiciones de la vida cotidiana de niños y niñas en los países latinoamericanos. Las infancias pobres y/o excluidas instaladas en la fragilidad social, en la peligrosidad de los márgenes, en la trampa integradora de la asistencia, en la vulnerabilidad como frontera o pasaje hacia la exclusión, se constituyen en sujetos sujetados a la privación pero también en sujetos deseantes de otros futuros” (REDONDO, 2015, p. 159).

cidade. Percebi que estavam com vergonha e desconfiança e não davam continuidade à conversa e nem faziam nenhuma pergunta. Retornaram, ao contrário, a conversar entre si, como se eu não estivesse na mesa, mesmo que eu tentasse me intrometer na conversa das duas.

Percebo minha dificuldade em alcançar a aceitação do grupo e então me despeço e me afasto para atingir um olhar panorâmico do espaço. Permaneço longe das crianças por aproximadamente quarenta minutos, até que decido retornar para o ambiente onde elas estavam, mas me mantenho ainda em uma mesa um pouco afastada do centro desse ambiente. Passam-se novamente alguns minutos, até que, em determinado momento, duas crianças com as quais eu ainda não havia conversado me abordam:

“tio, me dá um real pra comprar um pirulito?”. Digo que não tenho dinheiro, e ela fala: “é que eu já pedi para outra pessoa e ela não me deu. E a professora não falou que tinha que trazer dinheiro, só falou que ia dar um passeio no centro”. Outras crianças se aproximam, ficando aproximadamente dez crianças próximas a mim. Aproveito a oportunidade para conversar: “o que vocês vieram fazer aqui?”. Uma delas responde: “Não sei. Chamaram a gente e a gente veio. Acho que é coisa de livraria”. Todas me chamam de tio, ao redor de mim. Eu era o único sentado à mesa. Falo, em tom de brincadeira, que eu não era tio de ninguém e que meu nome era Lucas. Elas começam então a brincar com isso, me chamando de tio e depois se corrigiam “ah, não, é Lucas”. Ou então diziam “é tio Lucas”. A maioria das crianças eram meninas. A conversa ficou descontraída e brinquei que elas não queriam ser minhas amigas, apenas me pedir dinheiro por interesse. Elas riam, me abraçavam, falavam que não era assim, que não eram interesseiras. Começam a conversar sobre outros assuntos: comentam sobre meu piercing, perguntam se eu namoro. Estávamos próximos ao museu e nessa hora alguma delas chama para ir ao museu. Peço para ir com elas. Uma delas me dá a mão e vamos até a porta do museu (DIÁRIO DE CAMPO, 03/11/2022).

Observemos que a sinalização de minha aceitação pelo grupo de crianças só se deu após alguns fatores: meu afastamento; abordagem iniciada pelas próprias crianças; responder perguntas feitas pelas crianças; dar resposta às perguntas sobre minha vida e que não tinham nenhuma ligação direta com minha presença ou meus objetivos ali. Após esse “rito de aceitação”, literalmente elas me deram as mãos e me convidaram para estar com elas. A partir daí, sim, pude perguntar e ser respondido com atenção sobre o evento. Identifiquei que elas tinham conversas mais longas entre si, fui incluído nas brincadeiras e piadas que eram propostas e consegui alguma informação dita por elas sobre a dinâmica que ocorria no ambiente de minha investigação.

Ao me dar as mãos, a criança me levou consigo e seu grupo para assistir a um teatro de fantoches, cujo personagem principal era Carlos Drummond de Andrade:

na porta do museu, um dos organizadores do evento pergunta a mim: “que horas é o ônibus de vocês?”. [...] Respondo que não sei e que apenas estava [as]

acompanhando [...]. Entramos, e a criança ainda me puxando pela mão. Outras [...] entravam [...] conosco no segundo andar do museu, aproximadamente trinta crianças. Não havia cadeiras para todos e nos sentamos no chão para o que parecia ser um teatro de fantoches. [Elas] riam, perguntavam do que era, se sentavam bem próximas a mim. Falavam de suas professoras: uma era mais brava, outra era chata, outra ficava brava por tudo. As professoras também estavam presentes [...]. O teatro de fantoche era sobre o Drummond e o personagem principal literalmente era o rosto do Drummond. Uma das crianças fala de imediato: “você tá morto”. O personagem responde: “Eu estou morto? Eu tenho mais cara de vivo ou de morto?”. As crianças respondem em coro: “de morto”. “Você não é verdadeiro”, responde uma das crianças. “Claro que eu sou verdadeiro”, responde o personagem. O personagem responde que as pessoas importantes sempre vivem em nossos corações. Perguntam as crianças sobre poesia, sobre o que era poesia, sobre dados da vida de Drummond. Bastantes crianças se demonstraram interessadas em participar, ainda que um clima de riso e deboche se sentia no ar. As crianças que estavam me acompanhando falavam de outros assuntos: quem era namorado de quem, como a professora estava brava “à toa e por tudo”, sobre outro colega que passou mal no evento, sobre seus familiares, sobre o lanche. Uma delas me presenteia com uma maçã: “toma uma maçã, igual nos filmes americanos, quando o aluno dá uma maçã para os professores”. [...] Eu entrava no ritmo delas, conversava sobre os assuntos que elas traziam. Outras crianças a nossa frente conversavam entre si e outra até batia cartas no chão com a brincadeira que conheço como *bafão*. Tudo isso enquanto o teatro rolava. Quando o teatro terminou, grande parte das crianças foram até a caixa onde o ator se escondia para a apresentação. Elas queriam ver quem estava por trás do fantoche. A mediadora e as professoras [as] repreenderam, apartando-as da caixa. Não se apresenta o ator que interpretou o fantoche. Desço as escadas junto das crianças que estavam formando o “meu grupinho”, que estavam sentados comigo. No final da escada, a professora [...] disse, em tom muito bravo: “quem falou para vocês descerem?”. Todos param e olham pra cima. Ela ordena: “é para todo mundo voltar e fazer a fila aqui embaixo”. Nesse momento, me pergunto se subia para a fila com as crianças ou se terminava de descer as escadas. Termino por descer as escadas e espero um pouco abaixo, mas as crianças demoraram lá em cima com a professora, provavelmente porque estavam ganhando algum sermão. Desci e me sentei a uma mesa próxima à saída do museu. As crianças saíram do museu em fila e se dirigiram para a saída do evento. De longe, gritaram meu nome e acenaram um tchau (DIÁRIO DE CAMPO, 03/11/2022).

Além do perspicaz comentário de uma criança, direto para o fantoche de Drummond, “você está morto”, podemos destacar da cena os momentos em que as crianças, ora reclamavam de suas professoras, ora estavam submetidas a elas. Percebemos que ritos de escolarização permaneceram presentes na experiência do festival das crianças através da agência de suas professoras.

Observemos ainda a cena seguinte, que nos diz muito sobre um importante aspecto observado na presença das crianças no evento – o desejo de consumir e não poder. Na cena seguinte, eu me encontrava sentado em uma das mesas na área de alimentação onde se encontravam os *stands* de alimentação:

próximo às mesas, em frente ao palco, há um pequeno carrinho de guloseimas (balas, pirulitos, etc.) [...], o que chama atenção das crianças. Algumas [...] se aproximam. Uma delas pergunta: posso pegar um pirulito? Demonstrando ter esperanças de que o pirulito fosse oferecido gratuitamente. O senhor do carrinho responde que não e tenta explicar para a criança que ela teria que comprar uma

“fichinha” no caixa e, então, ir pegar o pirulito. A criança se afasta, rindo com outras crianças. Alguns segundos depois, noto que em uma mesa ao lado um senhor da produção [...] conversa com um grupo de crianças, dizendo: “esse evento aqui é para vocês, é para vocês ocuparem. E bate na mesa. Uma criança [...] pergunta: a gente pode comer um pirulito ali? “Não, é pra vocês um lanche que vocês comem na escola, aquele ali não”. Realmente dão um lanche para as crianças: pão com muçarela, suco de caixinha, maçã e bombom, em um saquinho branco. As crianças se sentam às mesas para comer (DIÁRIO DE CAMPO, 03/11/2022).

Em diversos momentos, durante o evento, as crianças expressaram o desejo de consumir coisas que estavam sendo comercializadas, sobretudo comidas. Elas demonstravam insatisfação ao comentar que a professora ou a escola não haviam avisado sobre qual atividade seria feita. As cenas descritas possibilitam a reflexão sobre a inserção efetiva ou não no espaço do festival e elucida bem a limitação da participação das crianças nesse. Talvez, em seu questionamento, “a gente pode comer um pirulito ali?” (v. *sup.*), a criança esteja buscando evidenciar que não pôde ocupar, de todo, aquele ambiente, como propunha o homem com que elas interagiam na cena anterior. Percebe-se ainda que, embora houvesse tido um planejamento, no sentido de algumas atividades voltadas para as crianças e até mesmo do lanche que lhes seria oferecido, as crianças intencionavam suas buscas e desejos em focos que não haviam sido premeditados pelos adultos, que pensaram pelas crianças na participação delas no festival – daí a importância da participação das crianças no planejamento das ações que para elas são voltadas.

Os campos de estudos sobre infâncias vêm nos apontando, há tempos, sobre a necessidade de se escutar as crianças e de criar condições para a participação delas. E, partilhamos aqui das concepções de participação não apenas como efeito de estar presente em algum local, mas também de ser considerado em circunstâncias deliberativas, em planejamentos, em decisões a serem tomadas, em lutas políticas. Enfim, trata-se de compreender a criança como um sujeito, cidadão ou cidadã de direitos, e que também possui direito de viver em democracia. Gouvêa, Carvalho e Silva (2021, p. 1), por exemplo, analisam a participação de crianças em movimentos sociais no Brasil e advertem-nos em relação aos conceitos de agência e participação: “os conceitos de agência e participação não podem ser tomados como pressupostos apriorísticos, mas que demandam análise das condições e contradições para sua efetivação”.

Em semelhante perspectiva, Manuel Sarmiento (2007) argumenta que as infâncias têm sofrido, na atualidade, um processo de ocultação (a que podemos chamar também de invisibilidade). De acordo com o autor, esse processo de ocultação possui concepções construídas ao largo da história sobre as crianças e sobre os modos dos quais elas, foram

inscritas em imagens sociais que “tanto esclarecem sobre seus produtores [...], quanto ocultam a realidade dos mundos sociais e culturais da criança, na complexidade da sua existência social” (*ibid.*, p. 25-26). O autor também defende a infância enquanto um grupo social de sujeitos ativos, que interpretam e agem no mundo, ao contrário de visões limitantes sobre os direitos das crianças. Vejamos:

a infância não é a idade da não fala: todas as crianças, desde bebês, têm múltiplas linguagens (gestuais, corporais, plásticas e verbais) porque se expressam. A infância não é a idade da não razão: para além da racionalidade técnica-instrumental, hegemônica na sociedade industrial, outras racionalidades se constroem, designadamente nas interações de crianças, com a incorporação de afetos, da fantasia e da vinculação ao real. A infância não é a idade do não trabalho: todas as crianças trabalham, nas múltiplas tarefas que preenchem os seus cotidianos, na escola, no espaço doméstico e, para muitas, também nos campos, nas oficinas ou na rua. A infância não vive a idade da não infância: está aí, presente nas múltiplas dimensões que a vida das crianças (na sua heterogeneidade) continuamente preenche (SARMENTO, 2007, p. 35-36).

Outras situações nos elucidam sobre como as crianças vivenciaram o evento fora daquilo que lhes foi concebido ou para elas pensado. A cena a seguir se passa um dia após o meu primeiro contato com crianças. Era uma manhã fria do dia 04 de novembro de 2022, uma sexta-feira, e crianças de outra escola, também com idades aproximadas de nove anos, chegavam ao festival acompanhadas de seus professores. Dessa vez, tido a experiência do dia anterior, resolvi me posicionar em uma das mesas da área de alimentação e não fugir da espera paciente de uma abordagem iniciada por alguma criança. Na cena, narro o encontro com uma criança que viria a ser emblemática para minha experiência de campo, a quem chamaremos de José.

São 8:34 e as crianças continuam brincando de bambolê, correm de um espaço para o outro. Outras crianças brincam com jogos trazidos por adultos na frente do palco. Eu continuo observando, sentado em uma mesa e pensando em como fazer para me aproximar das crianças hoje. “Não posso gastar mais 60 reais, pensei”. Uma das professoras que conheci no primeiro dia me cumprimenta e fala “olha aí, meus alunos”. Penso em pedi-la para me apresentar a eles, mas caso eu faça isso, as crianças me identificarão imediatamente como um professor e aí a conversa será influenciada por isso [...]. Enquanto penso tudo isso, uma criança passa por minha mesa e sorri para mim. Sorrio de volta. Ele continua próximo à mesa e o convido para sentar. Pergunto seu nome e ele se apresenta como José. José era um menino de pele negra clara, de cabelos marrons, lisos e medianos. Magro e baixo, José contou-me ter 10 anos. Pergunto a José de qual escola ele é e ele me diz que “Escola Municipal Fazenda da Bethânia” – sei que essa escola se localiza em uma das periferias da cidade, o bairro Pedreira. Pergunto a José o que ele veio fazer aqui. Ele responde: “ué, viemos ver as coisas boas que tem aqui”. “Legal! Aqui tem muita coisa gostosa, né?” – respondo. “É, mas tem que comprar” – diz José. “Você trouxe dinheiro?” – pergunto. “Não, a professora não falou” – diz José. Ao me ver escrevendo no celular, José se demonstra empolgado: “Você tem WhatsApp? Me adiciona no WhatsApp”. Pergunto se a mãe dele permitiria e ele disse que sim, que usa o celular com frequência e que a mãe vê tudo e deixa ele conversar com amigos.

José continua falando sobre assuntos de redes sociais: “Me segue no TikTok. Eu faço muitos vídeos, adoro gravar vídeos, quero ser famoso”. Outros amigos de José se aproximam com curiosidade de nossa mesa e eu tento me aproximar de todos, me apresentando, mas esses parecem estar mais tímidos (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

A resposta de José: “viemos ver as coisas boas que tem aqui”, acompanhada de um “ué”, como quem diz que a resposta é óbvia, chama atenção na fala da criança. A partir do momento narrado na cena, acompanhei José pelo decorrer de toda aquela manhã e pude compreender um pouco sobre as coisas boas às quais ele se referira. Após o momento descrito, José se afasta uns minutos, chamado por outras crianças, e retorna novamente para minha mesa, sem que eu precisasse o convidar.

José se aproxima de novo e se senta na mesma mesa que eu. Conversa sobre jogos, quer saber da minha vida, o que faço, mas não fala nada sobre a FLI. Tento perguntar de novo sobre o assunto do que estão fazendo ali, ele responde brevemente e pergunta de novo sobre jogos. Os colegas de escola de José se aproximam e chamam para o lanche. José me chama também: “vem, vão dar lanche”. Saio da mesa e vou acompanhando José para mesas que estão mais próximas da saída do evento. As professoras pareciam ter organizado as crianças ali para servirem o lanche. Outros colegas de José se aproximam e se sentam conosco na mesa. Nos apresentamos e tento fazer a mesma pergunta para os colegas de José: “O que vocês vieram fazer aqui?”. Uma das crianças responde: “brincar, uai, se divertir”. José começa a contar que eu conversei com ele no WhatsApp e que a mãe dele vai ver a mensagem e que ele só poderá ver quando chegar em casa. Convido, então, para que todos tirássemos uma foto para enviar para a mãe de José. Tiramos as fotos e José envia também, através do meu celular, um áudio para a mãe dele. Uma das crianças estava com um brinquedo de plástico, conhecido por mim como pirocóptero. Ela lançava para o ar o brinquedo e eu pedi para brincar um pouco. Faço também um lançamento do brinquedo para o ar e todos riem de maneira simpática. O menino explica que ganhou o brinquedo “lá na frente”, perto do palco (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Analisando o trecho, no momento exato em que escrevo, percebo a minha ansiedade nas perguntas, que devem ter soado repetitivas e insistentes para as crianças que, mesmo assim, muito delicadamente, não se despediram da minha companhia. A resposta: “brincar, uai, se divertir” demonstra a abertura à experiência e a expectativa de encontrar um ambiente despretenso. Demorei a perceber que, para entender o que as crianças estavam fazendo ali e para entender “as coisas boas que eles vieram ver”, eu precisaria estar com elas durante a experiência, e não apenas esperar que elas me entregassem a resposta de maneira simplista e apática. Foi somente ao me abrir para a experiência com elas, através do meu envolvimento em suas brincadeiras e em movimentos como tirar fotos, mexer no celular, lançar o pirocóptero, é que pude chegar a algumas respostas para as minhas insistentes perguntas sobre como as crianças estavam significando o que ali se desenrolava. Nesse sentido, partilhamos

das reflexões de Willian Corsaro (2005), que nos assinala sobre dinâmicas de negociação das relações em campo nos estudos etnográficos com crianças.

Após acompanhá-las durante essa manhã, pude identificar as ações que nos demonstram como as crianças significaram o festival naquele dia. Separei essas ações em quatro blocos, por semelhanças, a fim de organizar melhor a descrição: 1) *Correr, subir e descer escadas correndo, ir correndo de uma ponta à outra.* 2) *Convidar o outro para alguma brincadeira, brincar com o outro, formar grupos;* 3) *Conseguir marca-páginas e brincar de bafão.*

Diversos foram os momentos em que estive com as crianças correndo pelo espaço do evento. Vejamos:

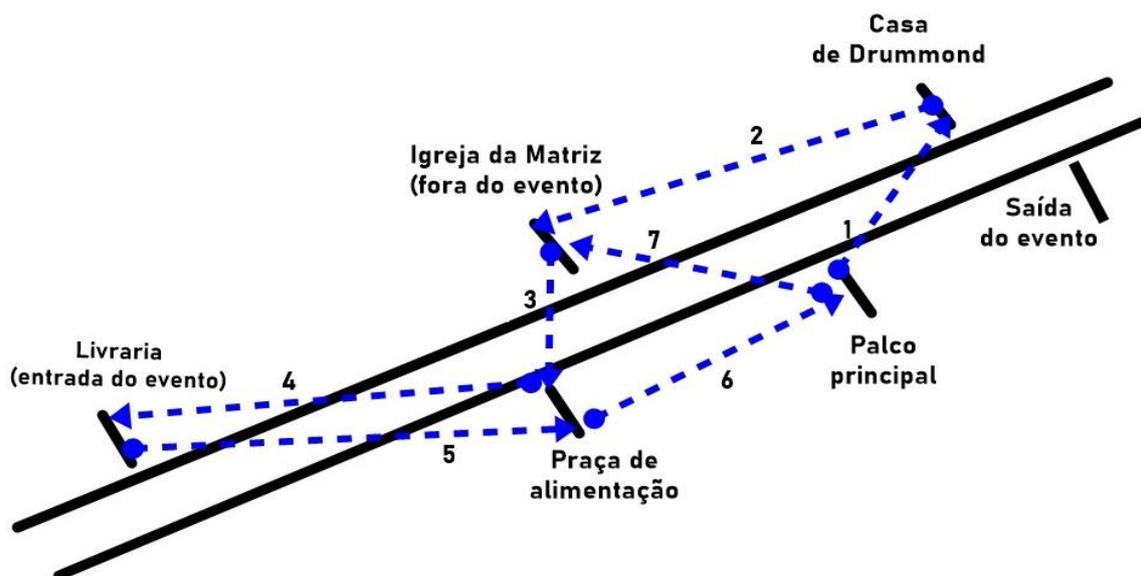
do lado de fora da casa [de Drummond], José convida: “vamos lá em cima, na igreja?”. Respondo que sim. José e [outra criança] saem correndo. Eu corro atrás deles. Passamos por uma multidão de adultos e pelo palco principal. Subimos as escadarias da igreja, ao lado da rua do [festival], ainda correndo. Caminhamos até o adro e *sentamos* no chão. Uma criança comenta: “estão dando isso lá embaixo” (e mostra vários marca-páginas de papel na mão”. José e Elias demonstram surpresa e convidam para ir lá embaixo. *Levantamos* e descemos novamente, correndo, até a rua [...]. Passamos [...] pelas mesas, pelos *stands* de venda. Eles correndo e eu atrás. Vários adultos observavam, entre eles, uma mesa da SME, em que a secretária de educação, Antonieta e outras colegas [do meu trabalho] estavam sentadas. Chegamos [...] até a livraria, que ficava na entrada do evento (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Outras crianças aparecem convidando para ir lá em cima, na igreja. Aceitamos o convite. Saímos todos correndo, passando novamente pela maior parte das mesas do [festival], onde ainda estavam sentadas pessoas da curadoria do evento, da SME, a secretaria de educação, etc. Corri atrás das crianças, subimos as escadas e chegamos ao adro da igreja novamente, dessa vez com uma quantidade maior de crianças, aproximadamente cinco crianças e eu. Chegando lá em cima, todos estavam ofegantes da correria (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Pareceu haver concordância de todas as outras crianças quando desceram a escada da igreja correndo e chegaram até a rua do evento (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Em análise dos espaços em que caminhei e corri com as crianças pela feira literária, chego a uma espécie de cartografia que ilustra como elas passaram por quase todos os setores do festival e até em um ponto histórico que não estava incluído dentro do que era demarcado como espaço da feira, mas que fazia divisa com ela. Vejamos:

Figura 3: esquema de trajetos percorridos pelas crianças no evento.



Fonte: elaborado pelo autor.

Na imagem acima, as duas linhas contínuas, paralelas, ao centro da figura, representam a rua onde ocorreu todo evento. Os marcos dos locais do trajeto estão identificados por escrito na imagem. Já os números representam as ordens iniciais dos trajetos percorridos pelas crianças enquanto as acompanhei pelo festival. Se tratam de trajetos iniciais, pois depois de realizados pela primeira vez, alguns deles se repetiram, em ordens aleatórias e não contabilizadas aqui. Trajeto 1: do palco até a Casa de Drummond; Trajeto 2: da Casa de Drummond até a Igreja da Matriz, ponto turístico que não estava no planejamento do espaço do evento e que, para acessá-lo, era necessário subir um escadário; Trajeto 3: da Igreja da Matriz até a praça de alimentação; Trajeto 4: da praça de alimentação até a livraria; Trajeto 5: da livraria até a praça de alimentação; Trajeto 6: da praça de alimentação até o palco; Trajeto 7: do palco até a matriz.

Bizzotto (2022) analisou a circulação de crianças moradoras de uma ocupação de Belo Horizonte. A pesquisadora aponta para o conceito de *circular-brincando* e adverte-nos, inspirada em Certeau (1996), que “o ato de caminhar cria, assim, espaços de enunciação; uma boa estratégia para produzir aberturas e brechas que permitam ecoar as vozes dos sujeitos da pesquisa” (BIZZOTTO, 2022, p. 116). Lansky (2012, p. 85), por sua vez, analisou a circulação de crianças em uma zona de fronteira em Belo Horizonte e afirma que a circulação pela cidade “é, muitas vezes, vista como inadequada e as cidades não são concebidas de maneira que facilite ou estimule tal prática, mas, por outro lado, exerce grande atração nas crianças e é compreendida como direito.

Assim, percebemos através da leitura do trajeto das crianças (FIGURA 3), que ao correr, as crianças circularam por quase a totalidade de espaços onde a festa literária acontecia, construindo diversas experiências neles. No palco, o interesse era ver quais brincadeiras estavam sendo propostas pelos adultos e decidir se delas iriam participar ou não:

chegando à frente do palco, José sugere de entrarmos na fila que se formava para as brincadeiras guiadas pelos adultos. Observei que as crianças ganhavam um brinquedo de plástico (pirocóptero) de prêmio quando acertavam. Falo para a José que poderíamos brincar de outra coisa. “Por quê?” – ele pergunta. Digo que estou com vergonha, e realmente estava: apenas eu, de adulto, entraria na fila onde tinham apenas crianças? O que pensariam os adultos que estavam conduzindo a brincadeira? Rapidamente, então, chamei José para uma mesa um pouco mais adiante, onde percebi que outras crianças pintavam um tecido. “Vamos ali pintar?” – convidei, e José não questionou e me seguiu. Chegando lá, crianças maiores de outra escola pintavam. Tentei puxar assunto com elas, que se apresentaram, mas não demonstraram tanta abertura para conversa. Então, pinte com as crianças acompanhado de José e outro amigo dele, que lanchou conosco, Elias. Após pintarmos um tempo, José me convidou para jogar jogo da velha no tecido. Observei que ninguém estava brincando de jogo da velha no tecido além de José, mas aceitei e convite. Logo depois, Elias me convida para brincar com ele de jogo da velha também (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Na igreja matriz, o interesse era descer e subir as escadas, parar ofegante no topo e conversar sobre qualquer assunto, como por exemplo, política:

depois de estarmos um bom tempo na livraria, outras crianças aparecem convidando para ir lá em cima, na igreja. Aceitamos o convite. Saímos todos correndo, passando novamente pela maior parte das mesas [...], onde ainda estavam sentadas pessoas da curadoria, da SME, a secretaria de educação, etc. Corri atrás das crianças, subimos as escadas e chegamos ao adro da igreja novamente, dessa vez com uma quantidade maior de crianças, aproximadamente cinco. Chegando lá em cima, todos estavam ofegantes da correria. As crianças observaram uma placa de um poema do Drummond que faz parte do museu de território dos Caminhos Drummondianos. Era a placa que falava do Sino Elias. As crianças não mencionaram nada sobre o poema, mas ficaram observando, paradas. Eu propus: “vamos tirar uma foto?”. Aí elas disseram que sim e se posicionaram em frente a placa. Tiramos a foto e nos sentamos no passeio da igreja. Esse passeio da igreja é também um estacionamento e havia uma moto adesivada com uma propaganda eleitoral do presidente Lula. Observando o adesivo, uma das crianças comentou: “credo, a eleição já acabou e ainda tem adesivo”. “É do Lula”, alguém comentou. “Vocês votaram em quem?”, eu perguntei. As crianças não questionaram a impotência de voto delas e nem a minha pergunta, mas em tom de riso, diziam: “eu votei no Lula”, ou então, “eu votei no Bolsonaro”. Uma delas até falou: “O Lula vai acabar com o Brasil”, eu ri e disse, também em tom de brincadeira: “não vai nada”. Nesse momento, passava uma mãe com uma bebê no carrinho e outro bebê de mãos dadas, em direção ao evento, e ouvindo a conversa, a mãe olhou para mim e riu (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

A praça de alimentação era, então, um corredor, um caminho a necessariamente ser percorrido para se chegar até a igreja matriz, o palco ou livraria, onde o interesse era conseguir marca-páginas, que estavam sendo distribuídos a quem comprasse os livros:

José convida: “vamos lá em cima, na igreja?”. Respondo que sim. José e Elias saem correndo. Eu corro atrás deles. Passamos por uma multidão de adultos e pelo palco principal correndo. Subimos as escadarias da igreja, ao lado da rua [...]. Caminhamos até o adro da igreja e sentamos no chão. Uma criança comenta: “estão dando isso lá embaixo” (e mostra vários marca-páginas de papel na mão). José e Elias demonstram surpresa e convidam para ir lá embaixo. Levantamos e descemos novamente, correndo, até a rua do [festival]. Passamos correndo pelas mesas, pelos *stands* de venda. Eles correndo e eu atrás. Vários adultos observavam, entre eles, uma mesa da Secretaria Municipal de Educação, em que a secretária de educação, Antonieta e outras colegas [minhas] estavam sentadas. Chegamos correndo até a livraria, que ficava na entrada do evento. Lá, as crianças conversam com a atendente da livraria [que] as trata muito bem – não sei se por eu estar acompanhando as crianças, mas não me pareceu ser por isso. Ela indicou para as crianças onde retirar os marca-páginas e demonstrou não se incomodar com o fato de elas os pedirem. Em um momento, José me deu dois deles. Eu aceitei, embora também tivesse vergonha – não havia comprado nenhum livro e muito menos o livro que era divulgado no material. Mas aceitei e fiquei ali com eles, que andavam pelo *stand* da livraria, mexendo nos livros. “Ouve aqui” – me mostra Elias um livro infantil que emitia som. “Ouve esse daqui”, mostrei outro livro com som. Elias pediu para tirar uma foto com o livro no meu celular. Tiramos a foto e continuamos manuseando alguns livros. Em algum momento, uma das crianças passou e pediu meu marca-página: “ei, me dá esse marca-página para mim?”. Eu pensei um pouco e notei que José observava parado o que eu responderia. Respondi que não, que aquele era meu, que eu havia ganhado. A criança que me havia pedido, então, falou: “então toma mais esses”, e me deu mais uns três. Agradei e olhei para a vendedora, que riu comigo da situação. Em momentos diferentes as crianças demonstravam estarem admirando o marca-página e falavam: “olha esse, que bonito!”. Eu concordava e chamava atenção para a cor de algum outro. Elas também comentavam coisas do tipo: “esse [marca-página] aqui é pra minha mãe, esse é pra meu irmão, esse é pra minha avó, esse é pra mim...”. Eu observei isso se repetir por vários momentos (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2023).

Depois de conseguir os marca-páginas, a ação proposta pelas crianças foi a de voltar correndo para a matriz e utilizá-los como cartas para a brincar de “bafão”:

as crianças estavam com o marca-página em mãos e comentavam que daria pra brincar de *cartinha* com eles. Também se referiram a essa brincadeira como brincadeira de *bafão*. A brincadeira consiste em movimentar um papel de espessura grossa com o ar provocado pelo bater das mãos em uma superfície, ou seja, na batida das duas mãos. Quando eu disse que não sabia o que era *bafão*, as crianças me mostraram a brincadeira e me ensinaram como era mais fácil fazer a carta virar, a maneira com que cada uma costuma fazer. Me ensinaram também que para transformar o marca-página em “cartinha” (ou seja, em um papel para a brincadeira de *bafão*): bastava cortar o marca-página em três (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2023).

Um único espaço foi visitado apenas uma vez pelas crianças: a Casa de Drummond. Nessa visita, percebi que as crianças já conheciam o espaço e que as informações que receberam ali as marcaram, pois elas foram capazes de reproduzir para mim parte do que escutaram, portanto, me guiando e me apresentando espaço e objetos da casa. A cena que se

segue acontece logo após Antonieta fazer o anúncio, sobre o qual já mencionamos, para que as crianças visitem a casa de Drummond:

José já havia mencionado anteriormente que já tinha vindo à casa de Drummond com a escola. Quando ouviu Antonieta fazer o convite, José fala: “vamos lá na casa de Drummond?”. Eu pergunto: “será que não tem que esperar sua professora?”. E ele não responde nem que sim e nem que não. Eu também estava com vontade de ir. Fomos. Elias foi conosco. Para entrar na casa, passamos por trás de um palco onde estavam acontecendo as mesas [de debate do evento]. Elias disse: “vai ter filme aqui”. “Filme de quê?” – perguntei. “Filme de Drummond”, disse José. Entramos na casa e assinamos o caderno de visitas e subimos. “Você é professor dele?”, me perguntam na entrada. Respondo que não, que éramos só amigos. Subimos as escadarias da casa. José e Elias me guiam pela casa, que eu já conhecia, mas estar lá sendo guiado por eles foi um momento emocionante para mim. Ele me mostrou os quadros com fotos de Drummond, as telas pintadas por Yara Tupinambá que estavam em exposição – mas nem José nem Elias mencionaram isso, eu sabia por conhecimento prévio. Eles apenas apontavam, mostrando que achavam isso algo digno de ser observado em nossa visita. José olhou pela janela e falou: “olha lá embaixo, todo mundo lá”. Ficamos observando por um momento a janela. Ele me levou para outro cômodo da casa, junto com Elias, e disse para fecharmos as portas e janelas para o cômodo ficar escuro. Era um cômodo com frases escritas em tinta fluorescente, que ficavam luminosas à luz roxa de uma lâmpada. Eu já havia estado nessa instalação antes, mas resolvi não expressar isso. Rapidamente saímos dali e descemos as escadas da casa. Na escada para sair da casa, uma mulher me vê com as duas crianças e pergunta: “você trabalha aqui?”. Respondo que não. José, Elias e eu saímos rindo (DIÁRIO DE CAMPO 04/11/2022).

Da cena é importante observar como o anseio adulto em mim sugere para as crianças a presença de um outro adulto para realizar a atividade. Ao serem convocados para ir à Casa de Drummond com uma professora, as crianças apenas decidiram ir, e quando perguntei “será que não tem que esperar sua professora?”, minha pergunta foi ignorada e a atividade aconteceu guiada pelas crianças, e não por um adulto. Chama-nos atenção, igualmente, o conhecimento que as crianças já possuíam da casa. Esse conhecimento pode ser confundido com proximidade ou intimidade com aquele ambiente. No entanto, a passagem pela casa foi tão breve e única – que não voltamos à casa de Drummond depois, mas voltamos ao estacionamento da igreja, por exemplo – que acredito que não tenha sido suficiente para afirmar que as crianças estavam totalmente íntimas daquele espaço.

O silêncio das crianças, quando perguntadas por mim sobre a presença de um adulto, se repetiu em outros momentos. Não se tratava de um silêncio conflituoso, em que elas demonstrassem se importar com a minha pergunta. Mas, sim, um silêncio de quem ignora e *faz-de-conta* não escutar, ou responde alguma coisa que não tem conexão direta com a pergunta. Na cena seguinte, estávamos sentados no estacionamento da igreja matriz, e uma das crianças se levanta, demonstrando já ter se entediado em estar sentada, e começa a andar pelos arredores do estacionamento. Todos se levantam e acompanham essa criança e eu vou

atrás, em silêncio. Elas conversam entre si sobre a brincadeira *bafão*, sobre outros colegas, sobre a professora. Ao andarmos, pouco mais adiante do local onde estávamos sentados, nos deparamos com uma das portas da igreja. Havia carros por todo lado no estacionamento, e dentro dela estava cheio, parecia que havia missa ou outra atividade. Muitas perguntas passaram na minha cabeça nesse momento: caso as crianças entrassem, como elas agiriam? Elas seriam bem-recebidas? Quem se responsabilizaria pela presença delas ali? Incomodariam as pessoas que estavam na igreja? Elas chamariam atenção? Me contive o máximo que pude em não fazer essas perguntas, para não interferir na dinâmica delas. Quando estavam a um passo de passar a porta da igreja, no entanto, não resisti e fiz apenas uma pergunta, que também foi ignorada.

As crianças se levantaram e se encaminhavam aos poucos para a porta da igreja. A igreja estava aberta, mas parecia haver algum tipo de ação dentro dela, já que no adro da igreja havia carros estacionados. Enquanto as crianças comentavam que queriam entrar na igreja, pensei se seria certo estar ali sozinho com elas e que se algo de ruim acontecesse, eu, enquanto adulto, poderia ser responsabilizado. Mesmo assim, queria influenciar o menos possível na maneira com que elas aproveitavam o evento. Quando chegamos à porta da igreja, meu receio foi maior, e disse, baixo e entre os dentes: “será que a gente pode entrar aqui sozinhos?”. As crianças, então, ou não me ouviram, ou fingiram que não me ouviram. Ficou um silêncio. José, menino que havia me acompanhado desde o princípio, aponta para uma placa ao lado da porta da igreja e diz: “olha ali! Polícia! É protegido esse trem. *Vamo embora!*”. Todas as crianças saíram correndo em direção à rua do festival, se afastando da igreja. A placa continha um ícone da polícia de Minas Gerais e dizia: “polícia, ambiente monitorado 24 horas” (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Após os ensinamentos das crianças através de seus gestos, compreendi o que agora chamo de dinâmica de autorregulação daquele grupo de meninas e meninos com os quais eu interagi. Em outro momento, no qual desejei ter intervindo, guardei minhas perguntas de adulto e apenas permiti que a situação acontecesse: as crianças voltaram novamente a me ignorar:

ao se afastarem mais da igreja, uma das crianças se dependurou de uma grade [...]. Lá de cima, acenou para as professoras do lado de baixo, que acenaram de volta [...]. Rapidamente, Elias, outra das crianças, fala: “a gente devia mesmo estar aqui? Vai que a tia sai sem a gente”. Pareceu haver concordância de todas as demais, quando desceram a escada da igreja correndo e chegaram até a rua [...]. Chegamos até a rua do evento e nos encontramos com a professora de José e das outras (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Após descermos correndo as escadas da igreja da matriz juntos, pela última vez, naquele dia, e talvez em nossas vidas, José e Elias entraram em uma fila em frente ao palco,

acenaram de longe para mim e foram, em fila, para o ônibus que as levariam de volta para seus lugares de origem.

Conforme nos orientam Gouvêa, Carvalho e Silva (2021, p. 2), a tensão entre proteção e autonomia deve ser assumida em buscas sobre a compreensão de experiências coletivas de crianças. À vista disso, os autores supracitados afirmam ainda que “mesmo submetidas ao controle adulto, crianças e adolescentes revelam agência em suas experiências individuais e coletivas” (*ibid.*, p. 4). Fazemos eco às vozes que conclamam que é preciso buscar a desconstrução do pensar adulto-cêntrico, que desconhece a criança enquanto sujeito com suas especificidades e diferenças que agem e transformam o mundo, nele construindo cultura. Para tanto, urge ultrapassar perspectivas de crianças enquanto sujeitos passivos, que apenas se adaptam ao querer adulto-centrado. Assim, nos é caro resgatar aqui o conceito de adultocentrismo a partir de Morales e Magistris (2018, p. 24-25):

quando falamos de adultocentrismo, não só nos referimos a uma relação social baseada na centralidade do adulto. Em parte, é isso, mas também muito mais do que isso. Se trata de assumir o caráter conflituoso das relações entre as gerações como um elo assimétrico que contém e reproduz autoridade e desigualdade. [...] O adultocentrismo expressa a cristalização desses preconceitos que constroem modos de ser e estar das pessoas segundo a idade (e que se entrelaçam com as outras categorias como classe, gênero, etnia).

Por fim, se por um lado não podemos afirmar com certeza que meus colegas de profissão e os demais adultos olhavam para mim, junto das crianças, e esperavam de mim uma postura de um adulto que estivesse limitando, orientando as crianças, por outro lado, posso afirmar que ter estado com as crianças sem a pretensão de dar as “coordenadas”, de orientar, de propor as atividades e estabelecer limites, me oportunizou aprender muito sobre o interesse delas no evento, ainda que por vezes meu “eu” adulto-centrado tenha teimado em emergir no meio da brincadeira. De qualquer forma, no entanto, a cada vez que minha aduleza aparecia, ela era gentil e pacientemente ignorada por minhas interlocutoras crianças.

3.2 Os adultos e o festival de literatura

“Perder tempo de, nessa chuva, vir aqui? É só porque eu tô passando por aqui mesmo. Você tá é doido!”

As falas que dão título a essa subseção são de Dodona, uma mulher branca, de aparentes 30 anos de idade, que informou estar no evento apenas para buscar sua filha na escola pública que está localizada na rua em que foi realizado o festival. Meu encontro com Dodona se deu da seguinte maneira:

11:23. Vejo uma mulher passando com uma sombrinha pelos “arredores” da tenda que cobria da chuva. Pareceu-me uma mulher simples: vestia calças e blusas de malha estampada, chinelo e uma touca verde. Ela estava passando do lado de fora da tenda e olhava para o centro da tenda com uma expressão de estranhamento que me chamou muito atenção. Ao se distanciar do palco, mais a fundo da tenda, sentou-se em uma das mesas e ficou observando de longe. Me aproximei dela, então, curioso. Tentei puxar papo: você é daqui? Veio participar do [festival]? Notei que ela estava um pouco na defensiva em sua fala, mas me explicou que estava ali porque sua filha estuda na escola em frente [...]. Reclamou da localização do evento e disse que o [...] atrapalhou [na] parada de escolares [à] porta da escola, dificultando a vida das famílias e das crianças. Disse que mora em um bairro afastado dali, mas que sua mãe mora próxima ao evento. Falou que não sairia de casa, debaixo de chuva, para [participar do festival]. Disse que estava informada [a respeito] porque ouviu no rádio. Conversamos um pouco mais. Agradei e me despedi. Logo depois a vejo saindo do [espaço do] evento acompanhada de sua filha, provavelmente tinha ido mesmo apenas buscá-la na escola (DIÁRIO DE CAMPO, 03/11/2022).

As falas de Dodona contradizem em muito o que se pode, por vezes, deduzir: as pessoas de camadas populares desejam estar em contato com culturas eruditas, como a obra Drummondiana, nesse caso. Retomemos as falas do interlocutor João para observarmos que essa concepção também se expressava naqueles que faziam parte da organização do festival:

várias das nossas crianças, que estão participando aqui do FLI, foram a primeira vez que veio até o museu, ou na Casa de Drummond, né? Então isso precisa ser revertido, precisa ser mudado. E é com eventos assim, né? **Eu acho que tinha que ter um FLI todo mês, ou pequenos FLIs, ou pequenos eventos literários, para que a gente também aproxime as pessoas. Não só da literatura, mas da cultura em si, né? É menos entretenimento e mais cultura.** Eu vivo batendo nessa tecla, já briguei várias vezes, porque as pessoas falam: “ah, não sei o quê...”. Eu falo: não, a gente tem que parar com essa cultura de entretenimento, né? Eu acho que tem que ter sim, claro. Shows... esses grandes shows, né? **Mas a cultura como teatros, espetáculos de dança, espetáculos de música instrumental, né? [...] O que falta é dar oportunidade para que as pessoas consumam esse tipo de cultura.**

Lucas: e você acha que a comunidade itabirana, a população de Itabira, o povo de Itabira tá presente aqui na FLI?

João: (pausa). Então, ontem eu não vim. Ontem tava muito frio. Mas... é... pelo que eu vi ano passado, não. Eu estive aqui ano passado e não estavam. É uma conversa da produção, né? Do evento... Conversando... é... sobre... **esse ano a ideia deles era aproximar mais as comunidades periféricas, que elas viessem ao FLI, que sentissem também que o FLI também é delas, né?** Como que isso poderia acontecer? Que eles viessem aqui, que a gastronomia tivesse... é... um preço

acessível a esse público, tivesse também produtos acessíveis a esse público. Trazer também as crianças das escolas, todas as escolas da nossa cidade [...], também foi uma forma de mostrar pras crianças que elas são... é... que o FLI também é delas e isso também é legal porque elas vão pra casa e contam e quem sabe isso gera uma vontade da família em vir aqui conhecer, né? (JOÃO, ENTREVISTA, 04/11/2023. Grifos meus).

As falas em destaque, no trecho acima, podem nos revelar uma concepção idealista de literatura, concepção que considera a literatura (ou a cultura erudita) como uma necessidade universal. Falas como as que apresentamos, de Dodona, contrapõem a lógica idealista e nos revelam a necessidade de ampliar as problematizações sobre o direito à literatura.

Sem menosprezar a importância das proposições de Candido (2011), utilizamos de sua teoria para problematizar, junto ao pesquisador Marcos Natali, e embasados pelas descrições de nossas observações em campo, a questão do conceito de direito à literatura. Natali (2020, p. 21) explicita-nos as tensões entre concepções idealistas e historicistas de literatura, afirmando que “a convivência intranquila entre as duas concepções tem implicações políticas significativas”. Para o autor, complicações e ambivalências presentes nas discussões recentes sobre direitos culturais, estão postas com a contribuição de “uma ideia generalizante de literatura sobre práticas culturais variadas” (*ibid.*, p. 22) percebida em *O Direito à Literatura* (CANDIDO, 2011).

Natali, dessa forma, critica a recusa da historicidade em detrimento de um idealismo, explicitando que se encontram concepções políticas no texto já citado de Antônio Candido:

por um lado, um modelo pedagógico de democracia, em que a cultura, uma força civilizadora impregnada de positividade, estará encarregada da missão de transformar as pessoas em cidadãos modernos, funcionando inclusive como a base do sistema educacional; por outro lado, o ensaio ao mesmo tempo vai conter elementos do que poderia ser chamado de um modelo performativo de democracia, no qual pessoas e grupos seriam sempre já políticos, inclusive, antes de qualquer pedagogia. (Natali, *id.*, p 24)

Seguindo nessa perspectiva, a análise crítica estabelecida por Natali (2020) se direciona à aparente falta de visibilidade dada às diferenças culturais por distintas políticas de cultura. Diz-nos o pesquisador que, por vezes, o “direito à cultura” é visto não apenas como um direito de acesso a bens culturais privilegiados, mas também como direito à “particularidade cultural, ou seja, um direito à *produção* e à *reprodução* de uma cultura própria” (*ibid.*, p. 26). O ensaio de Candido (2011), para Natali (*ibid.*), portanto,

parte de um modelo performativo de democracia e de uma definição descritiva e neutra de cultura – todos têm literatura, tudo é literatura... – e termina em um modelo pedagógico, com seu vocabulário normativo, de modo que a insistência na universalidade daquilo que é defendido – o “literário” – vai deslizar pela defesa da

necessidade de levar algo específico – certo tipo e certa concepção de literatura – a todos.

A humanização através da literatura, tal qual se é proposto em teorias universalistas, é questionada por Natali (2020). Partindo do que nos aponta o autor, podemos afirmar que a perspectiva de humanização, traduzida em concepções como, por exemplo, *literatura é o exercício da reflexão*, ou *literatura serve para aquisição do saber, todos desejam e fazem literatura*, ou, ainda que contraditoriamente, *é preciso levar até o povo a literatura para humanizá-lo e incluí-lo*, revelam a centralidade dada à racionalidade, descarta a possibilidade das diferenças e se constituem enquanto “termos da proposta liberal de inclusão” (NATALI, 2020, p. 30).

Assim, em nossa pesquisa de campo, a ausência de sujeitos de camadas populares no FLI, conforme visto pelas falas de João, foi um dos questionamentos feitos por diferentes pessoas que participaram do evento. Vejamos um exemplo nas cenas seguintes do diário de campo:

saio da mesa e vou conversar com duas senhoras que estavam próximas a esse segundo palco. Pergunto sobre o [festival], se elas moram na casa que estavam em frente. Se tratava de Lili e Tereza. [...] Conversamos sobre [o FLI] e elas se queixaram [do] preço e falaram que [...] era um evento “elitizado”. Disse, uma delas: “vamos falar a verdade, isso aqui não é pro povão”. Falaram do preço dos alimentos, como pastel. Lili falou ainda que “se eu não morasse aqui eu não viria”. Tereza comentou sobre a falta de divulgação [...] e disse “as pessoas com quem eu conversei hoje ninguém sabia [do festival]” e falou sobre dificuldades em acessar a programação na internet. Comentei que também tive dificuldades, principalmente por mudanças em cima da hora na programação (DIÁRIO DE CAMPO, 03/11/2022).

Após vermos o show, minha amiga me convidou para irmos à casa de Drummond. [...] Fizemos a visita pela casa e ao sairmos, fui chamado por Lili, a moradora de uma casa [na rua onde o FLI acontecia]. Ela disse: “viu, não falei com você? O que eu falei ontem? Aqui só dá elite”. E comentou elogios pelo show da noite anterior (DIÁRIO DE CAMPO, 05/11/2022).

Durante a experiência de campo do primeiro ano do FLI, observei também falas semelhantes a essa, como se pode ver no enxerto inserido abaixo.

Depois de ir embora e chegando na casa da amiga onde eu estava hospedado, conversei com o filho dela – um rapaz negro, alto, que trabalha como vigilante em uma das barragens da cidade. Antes de ir ao evento, insisti para que ele também fosse, para que se distraísse. Ao contar extasiado o que tinha vivenciado naquele dia para ele, e principalmente sobre Geraldo²², a primeira reação do rapaz foi: “eu sabia. Lá só ia dar gente assim, rica. É pra gente metida. Por isso que eu não fui. Vocês insistiram, mas eu não fui” (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2021).

²² Geraldo, interlocutor citado primeiramente na seção 3.1.

Cabe dizer que por vezes senti também esse desconforto oriundo de uma sensação de “não-pertencimento ao local” ou de que fosse um evento “elitizado” e, portanto, alheio à minha presença. Trechos como o apresentado abaixo, relativo à primeira edição do festival em 2021, demonstram um dos momentos em que senti esse desconforto em campo:

observava outra mesa [de discussão], desta vez sobre educação e arte. Como estava cansado [...] e por perceber que nos dias anteriores a audiência havia sido modesta, resolvi não me arrumar tanto para a ocasião. Me surpreendi ao chegar no ambiente e notar que se tratava de uma mesa na qual a esmagadora maioria dos participantes e ouvintes eram pessoas de uma escola particular da cidade. Todos muito bem arrumados: “saltos, maquiagens, chapéus aviadores, óculos escuros, vestidos longos, vestidos estampados, camisas sociais muito bem passadas, sapatos muito limpos e aparentemente caros. Algumas seguravam copos com cerveja ou chope”. Senti, novamente, o estranhamento do qual já discorri. Parecia que eu não estava suficientemente informado sobre de quem se tratava os nomes divulgados para a mesa e me senti a única pessoa que não pertencia à escola privada sobre a qual falavam na mesa. Toda a situação me fez ficar muito incomodado de tal modo que decidi ir embora e encerrar a experiência de observação por ali (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2021).

Outros interlocutores da pesquisa também apontaram, em entrevista, tal percepção de elitização da literatura na cidade. Em suas falas, o interlocutor a quem chamaremos de O-maior-trem-do-mundo²³, traz a percepção de não somente o acesso à literatura como algo elitizado, mas também de espaços físicos elitizados na cidade de Itabira, como é o caso da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade. O-maior-trem-do-mundo é homem branco, de aproximadamente 40 anos de idade, jornalista e reconhecido por fazer um jornalismo que não foge de críticas à mineração e que apresenta um olhar político mais à esquerda na cidade de Itabira do Mato Dentro. Em entrevista, o interlocutor definiu-se como um observador da cidade e utilizou o termo *cosmopolitabiranismo*²⁴ para descrever o contexto itabirano. Na

²³ O-maior-trem-do-mundo é o único pseudônimo que difere do campo semântico dos demais pseudônimos adotados para os outros interlocutores da pesquisa em nosso texto. O motivo para isso é que, em conversa com o entrevistado, ele foi informado sobre a condição de anonimato em que suas falas seriam utilizadas na pesquisa. Ao ser informado disso, ele escolheu seu próprio pseudônimo. Durante o período da pesquisa, pensei em solicitar aos demais que também escolhessem seus próprios pseudônimos. No entanto, vi que isso seria inviável por dois motivos: primeiro, porque o calor da entrevista às vezes me fez esquecer de solicitar isto aos interlocutores – marinheiro de primeira viagem, ainda estou aprendendo sobre como manter a calma e total atenção em campo ao realizar a etnografia. E, segundo, porque grande parte das entrevistas realizadas não foram entrevistas programadas, mas sim “entrevistas como conversas” (cf. Woods, 1987), com pessoas que não conhecia a priori e com quem depois não tive outras oportunidades de interações para além das que com elas tive durante o festival. A atribuição de pseudônimos tem, nesse caso, outro sentido - em lugar da referência genérica como “um morador”, ou “uma participante”, o pseudônimo permite manter o caráter pessoal e situado daquilo que é dito, a singularidade da experiência (cf. Paiva, 2002) e, ao mesmo tempo, o anonimato do/da entrevistado/a.

²⁴ Perguntei ao interlocutor: “qual palavra utilizaria para descrever Itabira?” Ao que ele respondeu: “universal. Ah, não... eu tenho uma palavra melhor. Um neologismo. É *cosmopolitabiranismo*. Que aí você insere a cidade no mundo” (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

ocasião em que realizei a entrevista com o interlocutor, estávamos dentro do espaço da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, um centro cultural público, cuja arquitetura é objeto de análise crítica do entrevistado. Vejamos:

O-maior-trem-do-mundo: eu briguei demais com a construção desse aquário aqui. Eu chamo de aquário, primeiro que você não fecha *um pilotis*. Quem projetou esse prédio foi um arquiteto chamado Zenon Lago, e eu acho que esse é o prédio significativo, o primeiro prédio moderno de Itabira significativo. Tem outros, mas esse tem toda uma concepção e tem esses pilotis, aquelas colunas. E eu conversei com Jairo Magalhães, que é o prefeito que construiu isso. Eu não sei se era viagem dele, se ele filosofou, mas ele falou assim “oh, O-maior-trem-do-mundo, eu projetei aquele prédio com pilotis para as pessoas passarem, serem abraçadas pelo prédio da cultura”. Isso tem muito a ver, porque eu, quando era criança, passava aqui pra jogar bola também, a gente passava ali, tomava água ali, era tudo aberto aqui, entendeu!? Então as pessoas, realmente, eram abraçadas pelo prédio da cultura. [...] E prédio da cultura, ele, por si só, ele já é intimidativo, né? [Pensam que] “aquilo é coisa pra rico”, “aquilo é coisa pra elite”, né? Então o prédio tem que se abrir pro povo. E aí eu briguei demais com esse negócio, cara. Briguei demais. Primeiro, por violentar a arquitetura. Fizeram isso aqui sem consultar o arquiteto, pra mim já é um erro. Sem visão nenhuma urbanística, e pra mim teve essa contraindicação de dar uma expulsada, ou as pessoas passam lá ou nem passam, entendeu? [...] Eu gostava dessa coisa que o Jairo Magalhães falava [de o] prédio abraçar. Então, o prédio da cultura, [...] ele tem que falar: “olha, venha. Venha que nós vamos te acolher, venha” (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

Embora tais sensações de desconforto e de não-pertencimento relatadas por diversos interlocutores na pesquisa tenham relação também com fatores de segregação espacial e outros fatores de desigualdade social (como ser rico ou ser pobre, ou seja, desigualdade entre classes sociais), é interessante situar também tais observações na discussão sobre acesso à literatura. Além disso, o fato do desconforto em um ambiente elitizado, onde a literatura está presente, reforça ainda mais que a exclusão e a falta de acesso a ela estão estreitamente ligadas à exclusão espacial na cidade de Itabira do Mato Dentro. Abaixo veremos que, embora poetas de um gênero literário tido como marginalizado, o *slam*, tenham participado da segunda edição do FLI, eles não se sentiram totalmente confortáveis ali, sobretudo por não identificarem que seus pares, vizinhos e familiares, não por motivos de fatalidades, mas de exclusão espacial, não estavam presentes.

Apesar das falas acima demonstrarem as percepções de sujeitos que leem o FLI como um festival elitizado e embora existam falas, anteriores à de João, que demonstrem uma perspectiva de cultura erudita como uma suposta necessidade para a cidade, em determinado momento de sua entrevista, ele também anuncia o reconhecimento da importância de não fazer com que o evento seja apenas para sujeitos elitizados e de assuntos eruditos, mas que também abra espaço para novos tipos de culturas e artes, como é o caso do *slam*. Vejamos a fala de João:

as mesas também tão sendo bem *legal*, porque as mesas tão sendo de assuntos diversos, assuntos *que é ligado*... a... a... porque não adianta também querer falar de coisas muito eruditas, coisas muito bonitas, e é algo que as pessoas vão *sentar* ali e vão falar: “o quê que essa pessoa tá falando?”. Então tem que trazer um assunto mais próximo desse público. Vai ter um pessoal do *slam*, vai ter [um rapper da cidade], que é um cara que fala para esse público. Vai ter outras pessoas... mulheres... agora, daqui a pouco, vai ter a [cita um nome], que é uma mulher super empreendedora, que vai tá falando sobre a questão do artesanato. Então, assim, é trazer também pessoas desse... né? Dos guetos, da periferia, pra vir falar também, para que a gente também possa ouvir o que eles têm a dizer. Porque já reparou que muitas vezes a gente que tá aqui em cima – a gente que se acha que tá em cima, né? Porque eu acho também que não deveria existir esse tipo de... [...] escala, né? Escala de... [...] classes. Mas a gente as vezes quer só falar, [...], e não quer ouvir também o que as pessoas têm pra dizer. Então é importante ouvir o [...] que a criança tem pra dizer, o [...] que o adolescente tem pra dizer [...], o [...] que a mulher tem pra dizer, o [...] que o homem tem pra dizer, o [...] que as minorias... gays, negros, todos têm pra dizer. Então, isso é legal. Então é por isso que as mesas também tão bem diversas, isso é muito importante, isso é muito legal desse FLI. Os temas estão diversos... vai ter sobre diversidade, ontem teve sobre questão afro, negritude, né? Falar sobre as pessoas, povos pretos, isso é muito legal também (/), ENTREVISTA, 04/11/2022).

No ano de 2021, toda a programação do I FLI foi realizada on-line ou na rua onde se deu a localidade principal do evento (a praça da Matriz, onde restam alguns casarões como a casa onde viveu Drummond), ou de modo on-line. Já no ano de 2022, no II FLI, observa-se uma tímida tendência de descentralização do festival, com a realização de alguns momentos da programação em outras localidades que não a localidade principal das atividades culturais, sua “sede, por assim dizer. Uma das programações que propiciaram essa descentralização foi justamente a realização da batalha de *slam*, conforme citado por João. De acordo com D’alva (2014), a *poetry slam*, *slam poetry* ou simplesmente o *slam* pode ser definido de diversas maneiras:

uma competição de poesia falada, um espaço para livre expressão poética, uma ágora onde questões da atualidade são debatidas ou até mesmo mais uma forma de entretenimento. De fato, é difícil defini-lo de maneira tão simplificada, pois, em seus 25 anos de existência, ele se tornou, além de um acontecimento poético, um movimento social, cultural, artístico que se expande progressivamente e é celebrado em comunidades em todo mundo (D’ALVA, 2014, p. 109).

Freitas (2020), por sua vez, explica o *slam*, como uma batalha de poesia falada, com origem nos Estados Unidos, é associada à cultura hip-hop e a uma prática cultural diaspórica. A autora considera que

na *slam poetry*, a poesia deixa o ambiente acadêmico, abandona os circuitos tradicionais de curadoria e produção de sentido, flerta com a canção popular e torna-se uma prática coletiva e, como tal, se estabelece no limite entre o oral, o escrito e o visual, fazendo da performance um elemento central (FREITAS, 2020, p. 3).

Tendo contextualizado o conceito de *slam*, cabe situar que foi realizada, no II FLI, uma batalha de *slam*, com três diferentes momentos, em três distintos dias. Uma das batalhas foi realizada em praça de um bairro periférico da cidade, outra no centro da cidade, e o último, no espaço principal do evento. Chama atenção que, concomitante aos dois primeiros duelos realizados – entre os quais se incluía o duelo realizado no bairro periférico da cidade – outras atividades na "sede" do festival estavam sendo desenvolvidas. Ao passo, por exemplo, que a programação previa, para as 19h do dia quatro de novembro, a “Batalha de *Slam*”, no bairro periférico, também constava para o mesmo horário, 19h, na "sede", no centro da cidade, uma mesa de discussão intitulada “Literatura e Criação”.

Acompanhei o encerramento da batalha na localidade principal do evento, no último dia do festival, seis de novembro. A batalha foi realizada entre poetas de diferentes cidades da região de Minas Gerais. Os temas das poesias apresentadas no encerramento foram diversos, mas versavam principalmente sobre temáticas políticas e atuais. Vejamos a cena de diário de campo em que narro parte de minha observação da Batalha de *Slam*, já no último dia:

eu estava em casa bem cansado. Era por volta de 10:00 quando consegui *levantar* da cama após [toda] a semana de [atividades]. Queria muito que chegasse ao fim para retornar a minha casa, já que na casa onde eu estava não era um lugar totalmente confortável para mim e sentia muita falta da minha própria casa. Levantei, me banhei, e liguei o computador para tentar escrever algo do diário de campo. Não consegui escrever nada e fugi para a procrastinação de uma rede social no celular, quando me deparei com uma prima postando uma foto presente na feira, na batalha de *slams*. Me chamou tanto a atenção o que estava acontecendo, que abri a live no Youtube que transmitia a mesa ao vivo – diga-se de passagem, a transmissão era excepcional, com excelente qualidade de vídeo. 10 pessoas anônimas assistiam comigo a live [...]. Os concorrentes eram poetas de diversas regiões da cidade e uma moça de Itabira. Entre os temas das poesias que recitavam estavam: política nacional (presidentes/eleição presidencial), machismo, estupro, racismo e gordofobia. Na plateia da mesa, a presença majoritária de pessoas jovens, entre eles, duas primas. Imediatamente me arrumei e saí correndo para a feira. Cheguei lá por volta de 11:30, já no final da batalha de *slam*. Após recitar a poesia, a pessoa recebia uma nota dada por jurados na plateia. Não soube dos critérios de escolha dos jurados, mas um jovem de BH acabou ganhando a batalha (DIÁRIO DE CAMPO, 06/11/2022).

Após o término da batalha, fiz contato com as pessoas de Itabira que estiveram batalhando ou envolvidas na batalha de *slam*. Entrevistei, então, três pessoas: duas mulheres (Augusta e Dolores) e um homem (Ananias).

Augusta é uma mulher negra de pele clara, 21 anos de idade. É itabirana, estudante de curso técnico em enfermagem e trabalha com aulas de teatro em escolas públicas da cidade. Destaca, sobre sua trajetória, a participação em um projeto social da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade em Itabira, chamado Drummonzinhos:

a arte em si, como um todo, mudou minha vida. Eu sempre gostei muito de dançar, cantar [...]. Aprendi a ler muito pequenininha, minha mãe me levava ali para a biblioteca na Fundação [Cultural Carlos Drummond de Andrade] para ler. [...] Foram coisas que vieram desde [que eu era] pequenas e ficaram registradas em mim. Quando eu fiz 12 anos minha mãe me inscreveu num projeto – que eu não sabia, ela me escreveu às escondidas –, nos Drummonzinhos, e aí eu fiz a prova aqui no Coronel [referindo-se ao nome de uma escola]. Entre cem pessoas que tinham feito prova comigo eu consegui passar, então pra mim aquilo ali já foi: Ah! Meu deus! Eu tô máximo! [demonstrando felicidade]. E aí eu comecei. É um projeto sociocultural, né? Que ele visa instruir crianças e adolescentes, até 18 anos, pra poder ser minis guias turísticos, né? Guias turísticos mirins pelos Caminhos Drummondianos. Então a gente decorava muita poesia de Itabira. As 44 placas de ferro que têm espalhadas pela cidade eu sabia muitas delas de cor. Hoje em dia não todas, porque a gente vai esquecendo, mas assim: festival de inverno, aniversário de Itabira, aniversário de Drummond... tudo que tinha a gente *tava* pra apresentar... já fui viajar pra fora. Inclusive, muita viagem que eu fiz, sem ter condição, eu consegui fazer dentro do projeto. [...] Hoje eu dou aula de teatro para crianças nas escolas de áreas periféricas e é um carinho que não tem... sabe? Não tem comparação. Inclusive eu só consegui esse cargo por conta do Drummonzinhos, né? A minha carga histórica dentro do Drummonzinhos. [...] Eu fiz o processo seletivo da prefeitura, e a minha prova de títulos que teve mais carga foi o meu contrato de seis anos junto ao Drummondinhos (AUGUSTA, ENTREVISTA, 06/11/2022).

Augusta relata seu contato com o *slam*, através do projeto Drummonzinhos, que a levou a fundar, junto com seu professor, um grupo de *slam* que leva o nome de um dos livros de Drummond, demarcando a importância dada à obra do poeta:

um professor meu, de BH, veio pra cá [...], ele trouxe o *slam* pra cá, e eu comecei a escrever, fazendo fanzine e aprendi e gostei. E, juntos, nós fundamos o *Slam A Rosa do Povo*. A gente deu esse nome por conta do primeiro livro que Drummond lançou. E aí, em 2017, eu fiquei ali, meio a meio na organização e participei do *slam*. Eu ganhei o *slam* daqui de Itabira em 2017, fui pra BH pra disputar e não deu pra passar, mas assim, experiência muito foda que nada nesse mundo pagaria tudo que eu vivi (AUGUSTA, ENTREVISTA, 06/11/2022).

Já Dolores é mulher branca, de aproximadamente 23 anos. Itabirana, é também estudante de Artes Cênicas em uma universidade pública e trabalha com teatro em uma empresa de arte na cidade. Dolores conta que seu contato com o *slam* se deu na universidade, fora de Itabira, e que, apesar disso, tentou promover o *slam* em uma das atividades da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, na cidade de Itabira, e se frustrou ao não conseguir. Dolores questiona sobre a possibilidade de participação das pessoas interessadas no evento por meio de editais:

foi uma tentativa minha, no Festival de Inverno do ano passado, trazer o *slam* oficinas, com uma batalha, e não foi aprovado. E aí, assim... fiquei possessa, assim, na época, né? Mas fiquei muito feliz esse ano ao ver que tipo, alguém trouxe o *slam*, e tal, e eu quis, lógico, fazer parte, conhecer a galera que tá fazendo parte [...]. Mas, assim, eu achei bem bacana. Acho que também devia ter mais, um pouco ainda, de divulgação. Porque eu, por exemplo, fiquei sabendo ontem da questão do projeto do *slam*. Mas, uma coisa que me intrigou, assim – eu vou falar um pouco, não querendo cutucar – mas eu não vi edital. Eu não vi edital aberto, eu não vi edital aberto para

mandar projetos pro FLI e tal. Eu não sei, assim, isso foi a única coisa que eu digo que deixou um pouco a desejar. Eu acho que foi um pouco meio escondido, se tiver tido o edital, sabe? Mas eu gostei bastante da programação, o que eu tô vendo, o que eu tô participando (DOLORES, ENTREVISTA, 06/11/2022).

Quando perguntada sobre sua presença na batalha de *slam* realizada no bairro periférico da cidade, o bairro Pedreira, dentro da programação do II FLI, Augusta demonstra-se emocionada e expõe as diferenças entre batalhas no bairro Pedreira e batalhar na localidade principal do II FLI:

Lucas: Eu queria que você me contasse como que foi na Pedreira, como que você se sentiu lá.

Augusta: Foi maravilhoso, porque assim, eu já tenho, né? Conhecidos, amigos... inclusive um amigo que morreu pro crime, lá dentro. Então, é... eu, assim, fui pra um canto e chorei horrores sem ninguém ver. [...] Eu me senti em casa. Igual, quando eu cheguei aqui, eu comentei com meu [amigo], porque assim... eu cheguei por lá [apontando para a entrada do evento], eu não tinha visto ainda a estrutura. Ficou muito foda, eu nunca tinha feito algo assim em Itabira, tão bem feito, tão bem estruturado, nos mínimos detalhes, igual tá sendo aqui. É... e eu falei: nossa, eu tô meio, sabe? Com um pé atrás. Aí ele tá assim: por quê? Porque eu não gosto de palco. E lá na Pedreira, não. Foi no meio. A gente chegou à frente pra falar, mas o pessoal junto, sabe? Pro povo ver que é todo mundo ali. É a voz de um que tá representando lá na frente, mas que por trás tem a voz de todos. E pra mim foi o diferencial. Eu me senti muito mais segura lá na Pedreira do que aqui. Não que não tenha sido bom, mas só de estar num meio ali, que eu sei que tem pessoas que gostam da mesma coisa que eu, que... sabe? Tinha menino passando com moto cabritando no fundo... aquela coisa toda! Eu falei assim: gente, eu tô em casa (AUGUSTA, ENTREVISTA, 06/11/2022).

Na fala de Augusta, o desconforto sobre a dinâmica das apresentações (estar no palco/estar no meio) pode nos oferecer uma pista sobre a questão da ausência das pessoas de camadas populares e/ou periféricas na feira literária. Fica evidente as diferenciações entre um evento onde a participante se sente em casa e outro em que, mesmo ocupando os espaços com sua potência, a sensação de desconforto é perceptível. Nessa direção, Augusta e Dolores apontam falta de transporte acessível, falta de divulgação e falta de diálogo com a comunidade, como possíveis motivos para a não-participação da população de bairros periféricos:

Lucas: Vocês viram mais alguém da Pedreira aqui?

Augusta: Não.

Lucas: E por que vocês acham que isso acontece?

Augusta: Falta de informação.

Dolores: Às vezes até falta de como vir, né?

Augusta: Também.

Dolores: Até que aqui não é tão longe, mas pela locomoção, eu acho, né? Eu penso assim, também num projeto que tenha esse espaço, assim: “ah... vamos em tais e tais lugares com um ônibus”. Você levar um ônibus... tipo, mano, a prefeitura tem ônibus disponível pra ir...

Augusta: Pra caramba!

Dolores: ...Pra fazer um projeto cultural, que tenha esse lugar, assim: pra quem não tem condição, realmente não tem dinheiro pra pagar um ônibus pra vir, que tenha essa possibilidade, sabe? [...]

Augusta: Essa questão do transporte... um coletivo que vem da Pedreira, ele passa aqui, onde tá acontecendo o FLI. E... eu mesma não sabia que iria acontecer aqui [referindo-se à batalha de *slam*]. Por quê? No *script* lá, de onde seriam as apresentações do *slam*, as batalhas... *tava* lá: palco Newton Baiandeira. Eu falei assim: gente... (risos). Eu conheço o nome: concha acústica, o nome da biblioteca, Casa de Drummond, o museu. Eu falei assim: eu, como Drummonzinha, mais do que obrigação saber também de saber de cor e salteado o nome dos pontos turísticos que tem aqui em Itabira. Que bendito de palco Newton Baiandeira é esse!? Eu perguntei um monte de gente e os meninos: não, não sei, não sei, não sei o quê. Eu falei: óh, como que eu vou pra um lugar que eu não sei onde é que é? E aí, eu não lembro nem quem falou comigo: não, é lá na Praça do Centenário. Eu falei: ah! Montaram um palco, a estrutura, e deram nome pro palco. Então, assim, coisas pequenas, mas que ficaram, sabe? Ali com alguns buracos. Não falando mal, é crítica construtiva. Foi foda, mas é alguns pontinhos que poderiam melhorar (AUGUSTA E DOLORES, ENTREVISTA, 06/11/2022).

Assim, em suas falas, Augusta e Dolores identificam a Prefeitura Municipal de Itabira como agente que possui condições de ofertar transporte público para acesso aos eventos culturais da cidade. Além disso, Augusta, ao relatar sobre sua confusão com o nome de um dos palcos da festa literária, reforça a ideia de que, mesmo tendo conhecimento dos espaços culturais da cidade, uma pessoa pode não se “sentir em casa”, para utilizar uma expressão do interlocutor, nesses ambientes.

Ananias, por sua vez, é um homem negro de pele escura, itabirano, de aproximadamente 30 anos de idade. Ananias já é um artista reconhecido na cidade de Itabira, por seu trabalho com rap e por ser morador do bairro Pedreira. Em nossa conversa, ele comenta a experiência de morar em um bairro periférico e compara a periferia a um quilombo:

toda periferia, seja Itabira ou qualquer outra parte do mundo, sempre tem desigualdade, sabe? Tipo assim: a má distribuição de renda, não sei, é... oportunidades, sabe? Não é nos vitimizando, mas tipo assim, isso é... a comunidade, a favela, é como se fosse um quilombo. É como se fosse um quilombo moderno dos novos tempos, sabe? Onde a gente ali se refugia e cria resistência (ANANIAS, ENTREVISTA, 06/11/2022).

Quando perguntado sobre a batalha de *slam*, realizado pelo II FLI, no bairro Pedreira, Ananias destaca o evento como muito bem aceito pelas pessoas de sua comunidade. No entanto, traz evidência também para a ausência de pessoas do próprio Pedreira no festival. Suas falas encontram concordância junto a Augusta e Dolores. Mas, além de citar o transporte como um fator de dificuldade para acesso, Ananias destaca também o trabalho como um possível impedimento para muitos:

Lucas: Teve uma parte da batalha que foi lá na Pedreira, certo? Você chegou a participar?

Ananias: Sim, participei. Foi muito bem aceito, o pessoal gostou demais. É algo novo. É uma modalidade que não tinha chegado lá ainda, a batalha de *slam*. A gente faz batalhas direto, só que são batalhas de MC, batalhas de rimas. E, tipo assim, quando chegou essa modalidade diferente, que é pegar a letra, a poesia e recitar, é algo tipo, inusitado. E, tipo assim, o pessoal gostou muito, porque toda forma de cultura que tá entrando na comunidade é muito bem aceita.

Lucas: E o pessoal que *tava* lá veio pra cá ver o restante da batalha?

Ananias: Algumas pessoas, sim. Outras, não.

Lucas: Quantos por cento você diria?

Ananias: Ah, diria que uns 3% só.

Lucas: Por quê?

Ananias: Ah, tipo... é... transporte. Tipo assim, trabalho também. A gente tá dando entrevista num dia de domingo [referindo-se a entrevista que estávamos fazendo] ... eu separei esse espaço de tempo pra mim tá aqui, mas daqui a pouco eu vou trabalhar, entendeu? Então, tipo assim, a gente que é de comunidade... não falando que é só a gente de comunidade que trabalha, mas a gente realmente nos desdobra pra gente ter ali, um salário digno, que possa fazer a gente viver um pouco melhor (ANANIAS, ENTREVISTA, 06/11/2022).

Em sua última fala em nossa entrevista, Ananias reivindica a visibilidade de outros artistas de sua comunidade e chama atenção para o fato da existência de outros filhos dignos da terra, outros *Drummonds*:

a gente começou falando sobre se a gente se sente um pouco, é... como se diz? Afastado do centro, se há alguma diferença social, desigualdade? Sim. Mas o quê que acontece, eu sempre friso em falar isso: a gente é de comunidade, mas lá, tipo assim, tem jogador, tem advogado, tem rapper, tem MC, tem DJ. Tipo assim, é uma comunidade, mas que tem super artistas. E o que acontece? Tão enterrados. Eu sempre falo: lá existe muitos *Drummonds* que precisam ser descobertos. E como é que isso vai acontecer? Dando oportunidade. Igual eu te falei: muita gente não veio. Mas, se o pessoal, tipo assim, dar uma oportunidade para que os moleque de lá se revelem também (ANANIAS, ENTREVISTA, 06/11/2022).

As falas de Ananias, Augusta e Dolores nos trazem elementos para pensarmos na segregação espacial existente na cidade de Itabira e também refletida em um dos eventos realizados nela. Não se trata, aqui, de utilizar dessas falas para invalidar as ações empreendidas pelo II FLI, ou por qualquer atividade cultural na cidade. Trata-se, por outro lado, de utilizar essas falas para problematizar quais grupos sociais podem ou não podem acessar os espaços onde essas ações se dão. Portanto, a descentralização do festival parece emergir como um anúncio de possibilidade de contribuição para com a mitigação dos efeitos da segregação espacial existente.

O interlocutor O-maior-trem-do-mundo também trouxe em suas falas anúncios de possibilidades para a construção de um festival literário mais inclusivo na cidade de Itabira do Mato Dentro:

O-maior-trem-do-mundo: desde que eu montei [o jornal que dirijo], eu defendo a ideia de uma festa literária pra Itabira. Qual que é a minha malandragem nisso aí? É o seguinte, a festa literária que eu defendo pra Itabira é uma festa que faz a inteligência do Brasil circular aqui dentro. Que traga um público crítico, que mude comportamentos em Itabira, que junte, que desperte a cidade pra novos mundos, entendeu? [...] Agora eu defendo o seguinte, eu defendo [que existam] duas festas literárias em Itabira. Agora não mais uma. Eu acho que a gente pode fazer uma mais marginal, no melhor sentido dessa palavra, no primeiro semestre, uma festa mais marginal. Chamar mesmo os marginais, os ganchos, à esquerda. José Celso Martinez Corrêa, Tom Zé, essa turma que fala e tal. Eu acho que a gente pode fazer uma Off-FLI. Eu gosto muito da Off-Broadway, eu nunca gostei muito da Broadway, mas da Off-Broadway eu gostava. Aliás, até a Off-Broadway agora já foi absorvida pelo sistema. Agora o que é bom mesmo é a Off-Off-Broadway, entendeu? Então eu acho que a gente pode criar a Off. Eu torço muito pra que [o] Fli decole pra que a gente crie a Off-Fli, né? Se decolar a gente pode fazer a Off-Fli com ali no entorno dele e tal. Enfim, eu acho que foi um ganho por um lado, porque Itabira não tinha aquela estrutura de festa literária. Deu uma chacoalhadinha na cidade. Tem a ironia da questão do Drummond que você falou. É verdade, é realmente irônico a questão da mineração e o Drummond como salvação, como salvação econômica numa cidade minerária, isso realmente é irônico. Isso merece ser aprofundado. [...] Eu acho que [o] Fli é importante pra Itabira. Eu acho que pode contribuir naquilo que eu te falei, pra inteligência do Brasil circular aqui, mas é um evento limpinho. Eu acho que a gente também tem que fazer um [...] mais sujinho, mais à esquerda, mais pauleira. Uma palavra dessas qualquer aí. Um [festival] mais... vamos debater os negócios, entendeu?! Eu acho que [o atual festival de literatura é] mais de fruição do que de reflexão. É mais fruição estética, compra um livro, olha... entendeu? Do que, realmente, de discussão profunda dos temas contemporâneos, dos temas pesados e tal. Eu acho que é isso. Eu até cobre [de um dos organizadores], escrevi uma criticazinha bem pequenininha (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

Ressaltemos a última parte da fala do interlocutor, pois percebemos nela a diferenciação da natureza de dois tipos de atividade cultural: “eu acho que [o atual festival de literatura é] um evento mais de fruição do que de reflexão. [...] Do que, realmente, de discussão profunda dos temas contemporâneos, dos temas pesados e tal” (v. *sup.*). Embora se possa questionar o dualismo entre fruição e reflexão em sua fala – afinal, por que as duas dimensões não podem caminhar juntas? – ela também nos aponta para a questão da mercantilização da literatura. Podemos deduzir que, talvez, a proposta da criação do que chama de *off-FLI* possa apontar uma alternativa para fuga do foco em tal mercantilização. Em outro momento da entrevista com O-maior-trem-do-mundo, o interlocutor abordou essa temática da mercantilização, especificamente aquela voltada por sobre a obra de Drummond, alvo fundamental na cidade de Itabira Do Mato Dentro. Vejamos:

O-maior-trem-do-mundo: Eu acho até que é lícito você usar Drummond como... como é que eu vou falar a palavra exata? Eu acho que é lícito você... (pausa)

Lucas: como atrativo.

O-maior-trem-do-mundo: a pior palavra, eu vou usar a pior palavra de uma vez. Eu acho que é lícito você vender Drummond, mas vender com respeito à obra, de forma lúdica, com respeito à obra do cara, entendeu? Fazendo o conhecimento circular, nada professoral, professoral no sentido de agredir (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

A entrevista prossegue quando, para explorar o tema da mercantilização da obra de Drummond, comento com O-maior-trem-do-mundo sobre a existência de uma quantidade significativa de estátuas de ferros de Drummond espalhadas pela cidade de Itabira do Mato Dentro:

Lucas: Não sei se ele [Drummond] pensava que ia ser personificado em dez estátuas espalhadas pela cidade, né?

O-maior-trem-do-mundo: Aí eu brigo demais, cara. Aí eu brigo demais. Aí é provincianismo, aí eu dou razão pro pessoal...

Lucas: Mas além da questão estética também tem a exploração do nome do cara.

O-maior-trem-do-mundo: Que não é nada personalista. Era um cara que rejeitou a Academia Brasileira, era um cara discreto, né? Não era nada personalista. Eu acho que uma passa, uma passava, porque as pessoas gostam de fotografar e tal. Agora quantas? Seis ou sete, aí já virou negócio. É mercantilismo, é desrespeito à memória. Aí entra naquela coisa que eu te falei. Você pode usar o Drummond pra vender, a palavra ruim que eu arrumei, eu acho lícito você usar. Agora, com responsabilidade, com respeito à obra do artista. Com... disseminando conhecimento da obra dele. A maior homenagem que se pode prestar a Drummond é ler a obra dele, entendeu!? Então eu acho que fazendo uma festa literária, com respeito à obra dele, trazendo a inteligência, trazendo ganhos sociais, ganhos culturais pra Itabira, eu acho que tá ok. Agora, a *gigolagem drummondiana* aí já pega um pouco (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

Percebi momentos emblemáticos durante a experiência de campo, que demonstram o que o interlocutor chama de *gigolagem drummondiana*, ou de exploração mercantilista da obra de Drummond. Como, por exemplo, ao perceber sendo consumido, dentro do festival, bebidas em um copo com o qual também era vendido um pequeno pedaço de papel que trazia trechos de alguns poemas de Drummond e o desenho de sua caricatura. Além disso, durante a realização das edições do FLI, as padarias da cidade forneciam saquinhos de pão que também estampavam trechos de poemas de Drummond. Essas ações foram observadas por mim nas duas edições do evento. Na primeira, em 2021, outro momento emblemático: ao adentrar o espaço da feira literária, observar, durante todos os dias, a presença maciça de “cifrões” ambulantes, pessoas que estavam trabalhando como caixas, e que caminhavam por todo espaço com uma placa grande e mais alta que elas, nas costas, com a imagem de cifrão (DIÁRIO DE CAMPO, 29/10/2021). A segunda edição não contou com a presença de cifrões ambulantes, pois o uniforme havia sido trocado: no lugar de cifrões, os dizeres “caixa móvel” estavam escritos na placa que os trabalhadores portavam em seus corpos. De maneira mais explícita, essa mercantilização se deixou ver, durante a experiência de campo, quando no dia seguinte ao término da segunda edição do festival, a manchete de um dos principais veículos jornalísticos da cidade estampava a seguinte notícia:

animado com o sucesso do II Flitabira, o prefeito [...] afirmou que a meta é Itabira ter pelo menos um grande evento todo mês, principalmente cultural, como forma de também desenvolver efetivamente o turismo no município. Um problema apontado por ele, entretanto, é a atual estrutura, que é insuficiente. “Nós vamos conseguir chegar nesse patamar resolvendo o problema da nossa estrutura hoteleira. Crescendo essa estrutura, esse evento, assim como outros, e nós queremos fazer pelo menos um festival por mês como esse, para poder fazer efetivamente da indústria do turismo uma alternativa real da economia, para criar uma alternativa real em Itabira”, explicou (JORNAL DIÁRIO DE ITABIRA, 07/11/2022)²⁵.

Ante nossas descrições até o momento, percebe-se que, no caso de Itabira, pelo trabalho de campo realizado, o acesso à literatura está ligado também a processos de segregação espacial e que os itabiranos percebem essa realidade e a nomeiam enquanto “elitização”. É fato que não é de interesse de todos os itabiranos a participação em eventos culturais ou, mais especificamente, nesses que promovam o acesso à literatura, sobretudo à literatura drummondiana. Também emerge como importante o fato de que, de maneira explícita, a construção do festival seja endereçada como estratégia econômica e turística.

Além da percepção da exclusão espacial e da percepção da “elitização” da literatura e dos espaços onde ela é promovida na cidade, muito se comenta sobre uma possível resistência dos itabiranos com relação à obra de Drummond – é o que aponta novamente o interlocutor. O-maior-trem-do-mundo, identificando nessa resistência à obra de Drummond uma origem histórica ligada à mineração na cidade.

O-maior-trem-do-mundo: aquela questão da birra Itabirana com Drummond não é a questão do verso na parede²⁶. Isso não é. A birra do itabirano contra o Drummond é porque o Drummond, na década de 50, teve uma luta de boxe contra a Vale, de boxe. O Drummond escreveu vários artigos no Correio da Manhã, mas, assim, antevendo tudo que tá se passando hoje. Depressão econômica, buraco, paisagem melancólica, arraso ambiental. Tudo isso o Drummond falou nos anos 50. Agora imagina só, Lucas, uma cidadezinha pacata, 1942, aí, de repente, vem uma mineradora pra cá, um sonho de progresso, de riqueza pra todo mundo, instala aqui, começa a... o cara que tem uma... eu até faço essa brincadeira. O cara que tem uma... conserta sapato ali, alguém fala pra ele “nossa, vai consertar sapato demais, vai consertar botina, você não vai mais comer canjiquinha, você vai comer carne agora, cara”. Imagina como é que uma empresa...

²⁵ Divulgado pelo jornal em sua página de rede social no endereço: < <https://www.facebook.com/diariodeitabira/photos/a.1623133674639690/3512709285682110/>>.

²⁶ O que o interlocutor chama de “questão do verso na parede”, diz respeito a uma cena anedótica comum da cidade: ao se perguntar para algum itabirano que alegue não gostar de Drummond, ele poderá responder que não lhe agrada o poeta, porque Drummond escreveu, em um dos seus versos, que “Itabira é apenas uma fotografia na parede” (ANDRADE, 2015, p. 63). Ouvi a reprodução desse discurso vinda de muitas pessoas e em muitos momentos de minha vida enquanto morador da cidade de Itabira. Também ouvi, por outro lado, pessoas que rebatiam tal discurso, alegando que Drummond sim, gostava de Itabira, pois só se prega fotografia na parede de algo ou alguém que se ama. Curioso e cômico relatar também que, já na realização de nossa pesquisa, quando estávamos ainda realizando os movimentos de exploração de campo, participei de uma visita guiada ao Museu dos Caminhos Drummondianos organizada pela prefeitura municipal da cidade. A visita, que consiste em percorrer as placas com poemas de Drummond espalhadas pela cidade, era guiada por uma profissional que, em determinado momento, disse: “as pessoas costumam dizer que Drummond não gostava de Itabira e por isso não vinha aqui. Isso é mentira. Ele gostava e vinha aqui, sim. Mas ele vinha de madrugada, escondido, e ia embora para ninguém o visse”.

isso mexe com uma cidade pacata, 1942, era uma cidadezinha, aquele presepinho. Aí vem a empresa, a máquina do mundo, como disse o Drummond, poetou o Drummond. Bicho, isso mexeu, isso foi um *doping*, um *doping* “todo mundo vai ficar rico”. Aí o Drummond começa a série de artigos dele no correio da manhã em 1955. Aí o Drummond começa a falar “na-na-na-na-não, empresa extrativa não é isso aí que vocês tão falando, não. Empresa extrativa acaba com a água, só deixa buraco, não deixa nada. Eles ficam ali enquanto tem a riqueza, depois vai embora deixando um rastro de”... o Drummond usou isso “rastro de destruição”. Ou seja, aí a empresa falou o que? “Uai, eu tô aqui gerando emprego pra vocês, dando trabalho, gerando riqueza. Aquele cara que rachou fora de Itabira”. Olha a versão maldosa: “aquele cara que rachou fora de Itabira fica lá no Rio de Janeiro falando mal da cidade”. Olha a versão maldosa. Então eu atribuo a birra histórica do itabirano contra o Drummond a essa crítica correta, desassomburada, no momento certo, que Drummond fez em relação não à Vale, em relação ao lado cruel da mineração. Porque mineração também tem um lado positivo. Mas a gente, como pensador, como intelectual, como escritor, como jornalista, ele como poeta, você como professor, artista como músico, como ator, como... a gente tem que ver o lado crítico, né?! A gente tem que ter um posicionamento crítico. Por quê? Por prazer? Não. Pras coisas melhorarem. A gente tem que colocar valores altos ali pras coisas... [...] Eu tenho relatos de ex-funcionários da Vale que falavam o seguinte “nossa, o Drummond era odiado lá no ambiente da mina. Ele era detestado”. Tem gente que não se lembra “não, eles não falavam nada de Drummond”. Mas tem um depoimento [de um trabalhador sindicalista da empresa] que fala assim “a Vale tentou apagar Drummond da memória de Itabira”. (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022)

A “birra” implantada pela empresa de mineração contra o Drummond, conforme aponta o interlocutor, é um dos elementos que nos indicam a contradição de, na atualidade, a empresa patrocinar um evento literário que, utilizando-se da obra de Drummond, inclusive em sentidos mercadológicos, é divulgado como a salvação econômica da cidade ante o encerramento da mineração pela maior empresa mineradora da cidade²⁷. Além disso, reforçam elementos que indicam a influência da mineração inclusive na subjetividade dos itabiranos que, além dos demais prejuízos a seus direitos, são também furtados no direito de acessar uma visão crítica da literatura drummondiana. Enquanto itabirano, gostar ou não gostar da poesia de Drummond não é algo meramente “natural”, mas característica carregada de significado social, político, histórico.

A partir disso, retomemos a fala que intitula essa seção e pertence à interlocutora Dodona, ao nos dizer que estar no evento de literatura seria, para si, uma perda de tempo. Em sua obra “A literatura como questão”, Natali (2020, p. 49) escreve que o acesso à literatura “pode não ser suficiente para a apreciação e não garante a fruição genuína”.

Sendo assim, não se trata aqui de descartar os apontamentos de Candido, mas de reconhecer que existem outras necessidades para diferentes sujeitos, em diferentes contextos de vida, e que deduzir as necessidades de um grupo social é impossibilitar que esses sujeitos falem por si. Seguindo essa perspectiva, Natali (2020) faz referência a importantes textos que

²⁷ Não coincidentemente veremos que, de acordo com nossas observações, existiu, nas edições do festival patrocinado pela empresa, uma ausência da discussão sobre a mineração. Debateremos sobre isso na próxima seção.

dialogam com a discussão do direito à literatura em Candido. É o caso de Jaime Ginzburg (2008, n. p.), quem nos indica que

o que vale para um grupo não é necessariamente válido para o outro. A cultura conservadora dominante gosta, muitas vezes, de adotar uma perspectiva de “universalismo”, como se todos os seres humanos fossem iguais, e tivessem as mesmas necessidades. Movimentos sociais de direitos humanos questionam essa premissa, evidenciando que diferenças estão na base de problemas de conflitos sociais. Aos seres humanos, que vivem em tempos e espaços, não são dadas condições iguais para oportunizar a existência.

Daí que seja importante discutir sobre a relevância de se oportunizar acesso à literatura, tendo a consciência crítica de que essa pode não ser uma necessidade existencial ou um interesse de todos os sujeitos. A diversidade cultural, ressalta Ginzburg (2008, n. p.), “não é compatível com a ideia de que todos os homens tenham os mesmos interesses e valores. Um conceito universalista de literatura tem implicações como submeter a parâmetros homogêneos produções diversificadas”. O autor reforça o proposto por Natali e observa ainda que “celebrar uma identidade universal pode significar um processo de imperialismo colonial empreendido sob ameaça de morte, em que a diversidade cultural foi danificada por numerosos genocídios, ainda hoje insuficientemente compreendidos” (*ibid.*). Telê Ancona Lopez (2009), em texto indicado por Natali, coaduna o que, em Candido, se critica como tentativa de se definir a fruição em cânones literários como uma necessidade humana. Isso posto, é com Theodor Adorno, também convocado por Natali, que compreendemos aquilo que chamamos de necessidade, por exemplo, uma suposta necessidade humana por literatura é, na verdade, um construto social, pois “toda pulsão é tão mediada socialmente que sua dimensão natural jamais aparece de imediato, mas sempre produzida pela sociedade” (ADORNO, 2015, p. 229).

Por outro aspecto, podemos apontar que, sobretudo no contexto da cidade de Itabira do Mato Dentro, acessar a poesia de Drummond e compreender o contexto histórico de seus escritos, embora seja um privilégio diante de tantos fatores, conforme demonstramos, é também uma possibilidade de reflexão crítica sobre o próprio contexto de vida urbana na cidade – haja vista que Drummond é autor que questiona, inclusive, a própria ação mineradora em Itabira do Mato Dentro, tema esse que fere diretamente os moradores da cidade, ainda que em diferentes proporções. A quem interessa que o itabirano tenha ou não tenha essa possibilidade de reflexão crítica através da poesia drummondiana? Nessa direção, outra autora citada por Natali (2020) enquanto concordante às ideias de Candido (2011) é Leyla Perrone-Moisés (2006), que nos possibilita contraponto relevante para a discussão:

acredita-se que a literatura canônica esteja em declínio. Mas, de onde partirá a leitura crítica desses sujeitos sem que esses passem pelo conhecimento de obras reconhecidas na literatura? E ainda: como identificar novos tipos de literatura sem ter acesso a tais obras reconhecidas? E, no contexto de Itabira do Mato Dentro, como ter condições de realizar a leitura crítica da realidade da mineração que oprime, sem conhecer os escritos daquele que foi um dos pioneiros na crítica à mineração na cidade?

Talvez, o cerne da questão esteja, então, em oportunizar o acesso a tal literatura não porque essa seja uma necessidade universal, mas porque ela pode, sobretudo, possibilitar aos sujeitos uma leitura crítica de sua realidade. É necessário, portanto, o abandono de perspectivas idealistas, de concepções que evocam como obrigação que os sujeitos se interessem por cânones e que coloquem o popular em detrimento do erudito. Possibilitando, logo, o diálogo entre ambos. Patrícia Nakagome (2015, p. 60), também indicada por Natali, caminha em semelhante perspectiva ao apontar que “é em relação à universalidade do conceito de literatura, não à universalização do acesso à literatura que se contrapõe no artigo de Natali”. Discorre ainda a autora:

consideramos, assim, que há uma diferença entre verdadeiramente desejar ao outro aquilo que valoramos a nós e a suposição de que o outro reage às mais diversas manifestações culturais do mesmo modo que nós. [...] O direito universal do outro passa, a nosso ver, fundamentalmente por sua reivindicação única à palavra, pela qual possa expressar o que considera importante para si. Para que a crítica ouça as palavras do outro, não é suficiente que se coloque à distância dele, chamando-o para que se aproxime, para que partilhe o que se considera valioso. É necessário deslocamento dos dois lados, durante o qual cada um se move com sua diferença, para que, inclusive, possa ocorrer a recusa daquilo que causa estranhamento. Apenas isso pode romper a incomunicabilidade, a certeza que cada lado possui de ser o referencial da norma e do padrão (NAKAGOME, 2015, p. 63-64).

A autora se posiciona ainda com relação ao acesso a cânones da literatura, dizendo:

as obras de nossa tradição literária são aquilo que desejamos transmitir porque, sendo o que conhecemos e valoramos, é o que podemos oferecer. Nesse sentido, deveríamos estar abertos a receber aquilo que não conhecemos e que, portanto, pouco poderíamos valorar. Humanização, assim, seria intercâmbio e não uma ação sobre o outro, tal como está no horizonte crítico de *Candido*, ainda que não levado às últimas consequências. Deveríamos estar, como propõe Natali, efetivamente abertos ao outro, à sua diferença. [...] Ao reforçarmos nosso ponto de vista junto ao leitor, não necessariamente junto à alta literatura, acreditamos que esta não deve ser colocada como um referencial único ou como único objetivo a ser atingido. Mas a alta literatura representa o referencial favorito a ser defendido no sistema literário. E o leitor, como elemento desse sistema, deve ter o direito não apenas à (recusa da) literatura, mas à compreensão de como se dá o complexo jogo simbólico que o envolve.

Logo, reconhecemos o importante trabalho que o FLI realizou ao colocar em diálogo, por exemplo, o cânone da obra drummondiana com artistas do gênero *slam*. No entanto, os

dois gêneros literários não estiveram em condições de igualdade, inclusive no sentido de espaço para participação dos diferentes leitores, oportunizando menos espaços para os interessados no *slam* (haja vista, por exemplo, o desconforto relatado pelos artistas do gênero participantes do festival). E, além disso, como veremos a seguir, ressalta-se que a obra drummondiana não esteve mobilizada no evento para a discussão do caro tema da mineração para cidade.

4 LEITURAS DE ITABIRANOS SOBRE MINERAÇÃO E TERRORISMO DE BARRAGEM

Tratando-se, nosso estudo, de uma experiência com etnografia em uma cidade mineradora, revisar o estado de pesquisas dentro da mesma temática e contexto torna-se um imperativo. Ao realizar buscas em indexadores com os termos “etnografia e mineração” e “etnografia e Itabira”, observamos uma lacuna sobre a temática: apenas nove trabalhos foram encontrados, sendo esses em sua maioria trabalhos de dissertação e teses, totalizando oito trabalhos e um artigo científico. Todos os trabalhos são atuais, possuindo anos de publicação superiores a 2016 (um trabalho), concentrando-se em sua maioria no ano de 2018 (cinco trabalhos) e os demais, 2020 (dois trabalhos) e 2017 (um trabalho). Podemos deduzir que a grande produção no ano de 2018 sobre a temática se dê devido ao acontecimento do crime ambiental de rompimento da barragem em comunidades mineiras próximas a Mariana (MG), sendo a comunidade mais conhecida, Bento Rodrigues, no ano de 2015. Além disso, a atualidade das pesquisas sobre o tema nos evidencia, novamente, a relevância de nosso estudo.

Embora todos os estudos lidos para este levantamento tratem da temática de etnografias em contexto de mineração, podemos organizá-los em quatro categorias para melhor compreensão da complexidade da temática – complexidade que se ressalta ainda mais ao observarmos que um mesmo trabalho pode ser organizado em mais de uma das categorias. As duas primeiras categorias entre as quatro são: 1) pesquisas que tratam da etnografia em contextos mineradores excetuando-se a extração de minério de ferro, composta pelas pesquisas de Peñafiel (2016), Lamas (2017), Moreira (2018), Chizenga (2020) e Demeda (2020); 2) Trabalhos que tratam de contextos de mineração fora do Brasil, sendo esses contextos de extração de minério de ferro ou não, compostas pelas pesquisas de Peñafiel (2016), Chizenga (2020) e Lamas (2017).

Para discutirmos sobre a mineração no contexto da atualidade itabirana, nos importa em muito os debates promovidos pelos trabalhos das duas últimas categorias, sendo estas: 3) trabalhos que analisam prioritariamente documentos públicos de empresas mineradoras e o impacto desses documentos no cotidiano de populações atingidas; e 4) trabalhos que descrevem especificamente o cotidiano de populações atingidas por barragens.

Na terceira categoria estão os trabalhos de Ferreira (2018), Zucarelli (2018) e Demeda (2020). Os trabalhos desta terceira categoria analisam de maneira prioritária documentos públicos de empresas mineradoras e o impacto desses documentos nas populações atingidas. Em comum, partilham a experiência de observações em reuniões que tratavam sobre os documentos, fossem elas reuniões dos movimentos sociais atingidos, de negociação entre empresas e atingidos ou de audiência jurídica.

A dissertação de mestrado em antropologia social de Ferreira (2018), se intitula *Etnografia de documentos e de práticas estatais: análise da atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais durante a instalação do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro/MG*. Em seu trabalho a autora se dedica a um projeto minerário de minério de ferro e expõe mudanças e danos no contexto de pesquisa “em face de um processo de licenciamento caracterizado pelo subdimensionamento dos impactos, pelo desconhecimento do universo sociocultural afetado, e por denúncias recorrentes de violações de direitos” (FERREIRA, 2018, p. 3). De acordo com a autora, o empreendimento “impacta profundamente comunidades culturalmente diversas que buscam o respeito das suas diferenças na luta por direitos, na defesa de seus territórios e no reconhecimento de seus modos de vida” (*ibid.*, p. 36).

Zucarelli (2018, p. 22) discutiu sobre processos de licenciamento de empresas para atividade mineradora e concluiu que

no caso de um projeto que passa por licenciamento, este parece chegar repentinamente para certos grupos de moradores locais, mas, na verdade, ele vai se revelando de forma processual mais lenta, mesmo que sob a forma de boatos, ou por uma movimentação diferenciada no mercado imobiliário da região. Enfim, há indícios de transformações que provocam as primeiras indagações por moradores da localidade e que poderiam ser assumidos pelos órgãos públicos responsáveis no sentido de providenciarem uma série de informações e regulamentações capazes de nortear ações tanto da população local quanto do empreendedor sobre o processo [...]. Todavia, o que se percebe no geral são tentativas de implantação de projetos com o maior sigilo possível [...]. O uso de tais artifícios faz com que os efeitos do “surgimento” dos empreendimentos projetem sobre as vidas dos moradores locais o mesmo desastre provocado por uma “onda súbita de lama”, tal como vivenciado pelos moradores de Bento Rodrigues, que engole suas vidas abruptamente.

Já na quarta categoria, encontramos trabalhos que descrevem especificamente o cotidiano de populações atingidas por barragens e por extração de minério de ferro. Novamente, chama-nos atenção o fato de serem trabalhos produzidos em sua maioria no ano de 2018, sendo seus autores: Akinruli (2018), Carvalho (2018), Ferreira (2018) e Zucarelli (2018), excetuando-se apenas o trabalho de Lamas (2017). Em particular, os trabalhos desta última categoria se aproximam mais do contexto de nossa investigação, uma vez que descrevem um campo de grande semelhança com o de Itabira do Mato Dentro. Trata-se de contextos de populações ameaçadas ou já vitimadas pelo rompimento de barragens de mineração do minério de ferro. Akinruli (2018) realizou um estudo que combinou arqueologia e etnografia na comunidade de Miguel Burnier, no interior de Minas Gerais. A autora identificou em seu trabalho que a comunidade de

Miguel Burnier padece de uma afluência de arruinamentos sucessivos e repentinos, ao passo que a proteção de seus bens não segue na mesma velocidade. Realidade que, entre outros aspectos, está ligada à situação de conflito ambiental vivido pela comunidade” (*ibid.*, p. 284).

O trabalho de Carvalho (2018) interessa fortemente a nossas reflexões pelo teor de proximidade que apresenta com nosso campo de pesquisa: a autora realizou um estudo na comunidade de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de rejeitos de minério que vitimou toda comunidade no ano de 2015. Estabelecendo-se aqui a aproximação entre os dois estudos – o estudo que realizamos com o referido – cabe destacar que a barragem rompida em Bento Rodrigues liberou 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minérios (DINIZ, 2015) quando ocorreu o crime ambiental, enquanto apenas cinco das 15 barragens da cidade de Itabira do Mato Dentro acumulam, juntas, 423 milhões de metros cúbicos de rejeitos, segundo os dados mais recentes da Agência Nacional de Mineração (BARIFOUSE, 2019). A proximidade dos estudos não se dá, notoriamente, pela semelhança na quantificação de seus rejeitos, mas por Bento Rodrigues nos oferecer indícios das drásticas consequências que um rompimento de barragem pode ocasionar em Itabira do Mato Dentro.

Da mesma maneira, Carvalho (2018) objetivou compreender, levando em conta as relações intersubjetivas, como as vítimas do crime ambiental do rompimento da barragem de Bento Rodrigues lidaram com as perdas e reconfiguraram memórias e práticas socioespaciais durante os períodos de observações da pesquisadora. A autora indicou que os atingidos necessitaram se adaptar rapidamente a espaços provisórios e seus modos de vidas foram traduzidos em arenas de negociação, nas quais o silenciamento de suas vozes emergiu como um fator constante:

moradoras e moradores de Bento Rodrigues e de outras seis localidades de Mariana testemunharam, nos últimos anos, capítulos de angústia e apreensão nas numerosas reuniões, mesas de negociação e audiências que se incorporaram ao cotidiano desde cinco de novembro de 2015. Sem que lhes fosse creditado poder de escolha, tiveram que redefinir suas trajetórias enquanto atingidas e atingidos por um dos maiores desastres envolvendo a mineração do qual se tem notícias, em termos da quantidade do material derramado, da extensão da destruição e dos danos provocados [...]. Negociações sobre o futuro das comunidades caminham morosamente entre as esferas decisórias do Estado e as empresas e circunscrevem moradoras e moradores em temporalidades incertas. Diante de um cotidiano atribulado e dependente de infundáveis negociações envolvendo empresas e os âmbitos municipal, estadual e federal do Estado, a situação de instabilidade mantém-se (CARVALHO, 2018, p. 23-24).

Tais conclusões apontam para a necessidade de escuta das vozes dos atingidos a fim de que processos de reparação justos possam ocorrer. A autora identificou também, frente à luta dessas populações, maneiras de resistência, como vemos por exemplo no que é narrado no seu diário de campo:

naquele dia, do alto da estrada por onde se chega ao lugar, casas e lama reviravam-se perante os olhos. Três anos depois, uma paisagem de água traduz-se em incômodo silêncio. De um lado, a construção do dique S4, a circulação constante de funcionários da Samarco, além do controle da entrada por meio de uma portaria instalada pela empresa demarcam ingerências sobre aquelas terras por atores que lhes desconhecem sentidos de pertencimento. Por outro lado, gestos dos seus moradores e moradoras estão continuamente a anunciar cuidados: o desejo de tornar a plantar, a necessidade de evitar que se procriem alguns insetos, a celebração na igreja e toda a organização aí implicada, as revisitas frequentes aos terrenos. Antes de sairmos, Marquinhos mostrou com o celular imagens da casa que era sua antes da lama chegar e, imediatamente corrigiu-se: “Essa casa ainda é minha” (CARVALHO, 2018, p. 22).

Carvalho narra também conflitos em torno do conceito de *atingido*, dizendo-nos sobre um processo de aprender a ser atingido – processo esse, de acordo com a autora, marcado por uma série de sofrimentos, desamparos, desordens, incertezas e resistências que configuram os sujeitos enquanto “perdidos sem que houvesse o tempo da elaboração das mudanças” (*ibidem*, p. 187). Entre outros aspectos, a autora narra “a saída forçada de casa, a espera, em locais provisórios, pelo reassentamento, a convivência com hostilizações cotidianas, a distância dos vizinhos” (*ibid.*) como características do que é ser atingido no contexto estudado de Bento Rodrigues. Diz-nos ainda Carvalho:

casos de depressão e de outras doenças que afligem o corpo não são incomuns entre os atingidos. Para aqueles que seguem habitando os distritos, a dúvida manifesta-se quanto às consequências de conviver com um rio tingido de vermelho e de colher aquilo que cresce sobre a lama. (p. 187)

Os estudos de Ferreira (2018) também se aproximam significativamente do contexto de nossa investigação – trata-se de uma pesquisa em uma cidade que, assim como Itabira do Mato Dentro, convive com o receio do rompimento de barragem. A autora nos traz um contexto de incertezas vivenciado pelos sujeitos com os quais pesquisou, dados os processos de mineração em negociação, expansão e em fase de instalação, quando do estudo da autora, na cidade já mencionada de Conceição do Mato Dentro, onde

a falta de intervenção estatal que de fato produza a suspensão de violações de direitos, as reparações e as soluções para os problemas enfrentados transbordam para o cotidiano das comunidades perpetuando incertezas, angústias e medos. Isso significa que a protelação das ações e das soluções potencializa o poder [da empresa mineradora] em deter o saber e a verdade relacionados às decisões que envolvam a vida das comunidades. O presente é experimentado não só pelas incertezas, mas também pelos rumores de qual família será reassentada, pelos boatos sobre as decisões da empresa, pelas ameaças sobre a vida de sujeitos atingidos, pelas desconfianças em relação às instituições estatais e pelos conflitos interfamiliares e intercomunitário (*ibid.*, p. 188).

Ferreira (2018) nos apontou também considerações dos sujeitos de sua pesquisa no que diz respeito ao tornar-se *atingido*. De acordo com a fala de uma entrevistada,

ser atingida é simplesmente ser esquecida, sabe? Para mim, ser atingida, além de ter todos os impactos negativos do empreendimento, é ser esquecida, é ser esquecida por todas as áreas, entendeu? Ser esquecida pela promotoria, pelo governo municipal, estadual, federal, é isso, ser atingida é isso. É viver à margem mesmo! (FERREIRA, 2018, p. 25).

Zucarelli (2018) também trabalhou com etnografia na cidade de Conceição do Mato Dentro, mesmo contexto de pesquisa de Ferreira (2018). A diferença era de que, enquanto Ferreira propôs um estudo que analisou a atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais durante a instalação do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro, Zucarelli (2018) estava focado nos conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração. Considerando os apontamentos desse, temos que os sujeitos de sua pesquisa vivenciavam uma experiência de desastre cotidiano e de maneira compulsória. Naquele momento de sua investigação, a ênfase em acordos entre atingidos pela mineração em seu contexto de estudo e empresa mineradora emergiu como fator que contribuiu para deslegitimar reivindicações locais e suas práticas políticas:

enquanto aqueles que são reconhecidos como atingidos são ressarcidos parcialmente em seus direitos, através do processo assimétrico de negociação, os empreendimentos têm, além da redução dos custos das indenizações, a continuidade de seus projetos assegurada juridicamente pelas práticas de governança instituídas (ZUCARELLI, 2018, p. 9)

Temos, por fim, o trabalho já comentado de Lamas (2017), que realizou uma pesquisa etnográfica multissituada. Além de realizar trabalhos no Canadá e em Moçambique, a autora também trabalhou com comunidades indígenas afetadas pela mineração no Pará. Embora não identifique a localidade específica destas comunidades, ela nomeia a Terra Indígena Mãe Maria. Em seu estudo, Lamas (2017, p. 10) considera que

a entrada de uma mineradora [...] em determinado contexto muda a vida das pessoas que estão de alguma forma presentes em sua área de influência de tal forma que a escolha de olhar de perto estas realidades como forma de análise da relação entre a exploração de recursos naturais e a conflitualidade se mostrou promissora.

Embora se trate de um contexto geograficamente mais distante de Itabira do Mato Dentro, ainda que comparemos Itabira com as outras cidades e comunidades mencionadas neste momento de nosso levantamento (Miguel Burnier, Bento Rodrigues e Conceição do Mato Dentro), é válido ressaltar que a mesma empresa mineradora que atua há 80 anos na cidade de Itabira do Mato Dentro também é descrita por Lamas (2017) como atuante na Terra Indígena Mãe Maria. Ante esse fato, cabe destacar a percepção de que a empresa possui “pouquíssima abertura para discutir a sua conduta que tem consequências sociais e ambientais tão profundas para essa mesma sociedade” (LAMAS, 2017, p. 18).

Visto o levantamento teórico, ressaltam-se alguns pontos de relevância: a ausência de trabalhos etnográficos que se relacionem à mineração é uma realidade; aqueles trabalhos que relacionam o binômio etnografia-mineração não necessariamente se tratam de estudos em contexto de extração de minério de ferro²⁸; e a discussão do binômio que nos concerne aqui é extremamente recente e trata-se de um assunto que abarca uma larga extensão territorial, haja vista que, apenas neste levantamento, identificamos trabalhos que se deram em três países distintos (Canadá, Peru e Moçambique).

Cabe retomar ainda que ainda que Itabira do Mato Dentro se aproxime dos contextos de pesquisa aqui citados, a cidade se diferencia e se traduz em um campo único, pois convive, como já postulado, com 15 barragens de rejeito de minério de ferro (BARIFOUSE, 2019) e possui aproximadamente 120 mil habitantes (IBGE, 2011), ao passo que os estudos discutidos

²⁸ Faz sentido distinguir entre mineração de ferro e outros tipos de mineração, pois existem impactos específicos, embora semelhantes, no espaço e nas pessoas, a depender de cada tipo de mineração. Para além de impactos no espaço com relação ao volume de extração dos recursos minerários e da produção de rejeitos destes recursos, as populações também são impactadas com morbidades advindas da respiração de um ar poluído: em cidades com a mineração de minério de ferro, como Itabira do Mato Dentro, são comuns diversas doenças respiratórias, cardiovasculares e, inclusive, influência nos índices de suicídios, conforme indicam Guimarães e Milanez (2017). Em outros tipos de mineração, como aquela discutida pelo trabalho de Moreira (2018), aponta-se entre as doenças comuns, advinda da respiração de um ar poluído pela mineração da Pedra São Thomé: “sua inalação é associada a doenças como tuberculose pulmonar, doença pulmonar obstrutiva crônica e enfisema pulmonar” (MOREIRA, 2018, p. 14).

neste momento de nosso levantamento se realizaram em comunidades ou cidades significativamente menores, como é o caso da comunidade de Miguel Burnier, estudado por Akinruli (2018) – 75 habitantes (IBGE, 2011); Conceição do Mato Dentro, estudada por Ferreira (2018) e Zucarelli (2018) – 17 mil habitantes (IBGE, 2011); Bento Rodrigues, estudado por Carvalho (2018) – 600 habitantes (IBGE, 2011) e a Terra Indígena Mãe Maria, estudada por Lamas (2017) – 760 habitantes (SESAI, 2014).

A problematização do conceito do que é ser atingido aparece nos estudos consultados e emerge como possibilidade de diálogo com nossa investigação, uma vez que, através de nosso trabalho, podemos realizar a leitura de um contexto vivido por sujeitos também atingidos por barragens, ampliando a concepção de que para ser atingido não necessariamente se necessita ter sido vítima direta do rompimento de uma barragem, mas sim conviver com o risco do rompimento e, mais que isso, com tudo aquilo que a mineração ocasiona de prejudicial à vida cotidiana das pessoas.

Dentro da discussão sobre ser atingido pela mineração, são de amplo conhecimento as reflexões elaboradas pelo movimento popular intitulado Movimento dos Atingidos por Barragens, e por Andréa Zhouri, em seu trabalho com antropologia em espaços minerados. Zhouri (2023) debate o contexto neoextrativista em que se dão ações mineradoras, e, junto a outros autores com quem dialoga, identifica em tal ação mineradora fatores de uma violência lenta que reproduz formas de poderes e de

expressão de um padrão civilizatório antropocêntrico, patriarcal e colonial de destruição se vida [...]. Não se trata, pois, de mero regime de produção, mas conforma uma matriz de poder que constitui um certo tipo de sociedade que forja instituições, padrões políticos e até subjetividades ao promover agentes sociais envolvidos em processos de mineralização da vida (ZHOURI, 2023, p. 9).

Portanto, a pesquisadora nos expõe a lógica neoextrativista da mineração como aquela que prioriza uma lógica da rentabilidade em detrimento da segurança dos territórios sociais e da vida dos sujeitos. No que diz respeito a barragens, a autora nos aponta ainda que a

opção tecnológica ultrapassada, porém, mais barata, e falhas institucionais no que se refere à fiscalização e ao monitoramento dessas estruturas, são os aspectos mais visíveis dos problemas relativos ao risco das barragens. Não obstante, tais fatores ocorrem em um contexto de fundo que remete a processos econômicos, históricos, políticos e institucionais vinculados à sociedade neoextrativa (ZHOURI, 2023, p. 24).

Nesta perspectiva, a pesquisadora também contribui para a discussão do conceito de ser atingido, apontando que, nas localidades mineradas,

as formas de violência simbólica e material estão alinhadas à violência que muda sistemas regulatórios estabelecendo, assim, políticas de deslocamentos forçados nas quais a violação de direitos humanos não é exceção, especialmente o direito à informação, à água potável, ao ir e vir, à alimentação e à justa reparação. Nesse cenário [...] os atingidos emergem como sujeitos a reivindicar visibilidade e retomada da autonomia solapada pelos procedimentos institucionais de gestão da crise (*ibid.*, p. 25).

Em Itabira do Mato Dentro, a denúncia sobre os impactos da mineração não é algo recente, e mesmo Drummond em seus poemas buscou evidenciar, de diversas maneiras, as consequências negativas da ação mineradora para Itabira do Mato Dentro e para os moradores do local. Sampaio Rosa (2000), por exemplo, é uma das autoras que destaca a recorrente preocupação do poeta com os destinos de exploração mineral de sua terra natal. Vejamos:

nas várias dicções drummondianas, o tema da cidade natal emerge, seja em meio à sua trajetória como artista da palavra, seja como cidadão voltado para os problemas da Itabira do presente. Se na ambiguidade de sua escrita poética encontramos um claro-escuro na sua relação com a terra, no seu texto epistolar e jornalístico vemos sua inequívoca manifestação na denúncia da expropriação e da destruição da paisagem, como da velha alma itabirana (SAMPAIO ROSA, 2000, p. 189-190).

Em semelhante ponto de vista, Brito (2020), ao problematizar a noção de cidade, incide em problematizar a ideia de "direito à cidade" possibilitada pela poesia de Drummond. Nas palavras da autora,

mais do que problematizar a modernidade, Drummond problematiza a própria noção de cidade e de mundo, na qual a partir da sua experiência, pelos lugares onde habitou, se revela em duras mudanças. Nascido em Itabira, o poeta viu o progresso de sua cidade natal ocorrer a partir da exploração mineral do Pico Cauê, hoje praticamente inexistente. Conheceu Sabará, Nova Friburgo e grandes cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A descrição desses lugares, que são cidades, carrega os significados implicados pelo poeta; de outra maneira [...] aquelas cidades que tomamos como cidades documentadas nos poemas surgem nos versos como uma presença da realidade política, social e econômica vividas em seu tempo, considerando as questões que perpassam o próprio pensamento social do Brasil e do mundo à época. Da simplicidade cotidiana o poeta faz compreender o complexo do mundo. Questões mundiais são transpostas ao dia a dia do cidadão comum, leitor de Drummond. Cidade e mundo realizam uma confluência de sentidos que pretendem reorganizar o espaço e oferecer novas perspectivas de vida (BRITO, 2020, p. 47).

Por essa orientação é que autores como Silva dos Santos (2019, p. 112) definem Drummond como “um poeta do espaço-tempo, que abordou os eventos do seu espaço-tempo e se posicionou frente aos problemas socioespaciais do seu momento histórico”. Assim, podemos inferir que Drummond tornou-se um poeta da cidade, sendo a cidade “elemento chave da inspiração do poeta ao se propor representar a realidade que se reconhece ao longo da travessia” (BRITO, 2020, p. 67). Pesquisas consultadas em nosso trabalho e atualmente em

andamento demonstram que Drummond consagrou Itabira do Mato Dentro à literatura, sobretudo ao denunciar a mineração predadora que via no espaço itabirano.

Sobre a mineração em Itabira do Mato Dentro, fala-nos novamente José Miguel Wisnik, ao debater sobre a relação da poesia drummondiana com o contexto minerador de Itabira:

a cidade, acoplada simbioticamente a essa potência nascida das suas entranhas [referindo-se à mineração na cidade], vive na dependência econômica e política da companhia [mineradora], sem ter se beneficiado, nem de longe, de um retorno correspondente ao gigantismo da empresa que gerou. A inusual promiscuidade de origem do sítio minerador com o núcleo urbano acarreta um impacto ambiental que se traduz em altos níveis de poeira de ferro em suspensão, imóveis afetados pela dinamitação das rochas e assoreamento das fontes de água. Longe de ser reconhecida como vítima de uma intrusão abusiva, é a cidade [de Itabira] que é posta, na prática, no lugar de intrusa (2018, p. 121).

Com Wisnik, podemos ampliar a nossa reflexão sobre os impactos da mineração, que explora de maneira “produtivista, acumuladora e dissipadora” (*ibidem*, p. 121) a cidade, para além dos impactos ambientais. Embora não seja objetivo de nosso trabalho analisar em larga escala os impactos advindos da mineração para a cidade, reconhecemos que ela é uma atividade que caracteriza fortemente nosso contexto de observação e que marca não apenas a objetividade cotidiana dos interlocutores de nossa pesquisa, mas também as suas subjetividades.

Em nosso trabalho de campo, observamos a exiguidade da discussão sobre a mineração. De maneira oficial, apenas um debate sobre mineração ocorreu, especificamente na segunda edição do Festival Internacional de Literatura, com a exibição de um documentário sobre a linguagem de Camaco, um dialeto criado e falado por moradores de Itabira do Mato Dentro e que possui relação com a mineração na cidade²⁹. Em contrapartida, a exibição do curta se deu em horários pouco acessíveis, em que a maioria da população trabalhava e não podia estar presente ao evento, sendo os organizadores ou demais equipe de apoio quase que a totalidade espectadores presentes. Vejamos na passagem de diário de campo:

são 10:50. Chove forte, e sei disso porque escuto um barulho alto da chuva na tenda que reveste parte do evento. Estão reproduzindo um documentário sobre a linguagem de Camaco – uma língua falada em Itabira e que, de acordo com o documentário, possui íntima relação com a classe trabalhadora do início da Vale na cidade. O documentário faz relações com a mineração e a cidade e críticas duras à Vale. Poucas pessoas assistem o documentário, sentados em mesas à frente do palco

²⁹ Para saber mais sobre a linguagem de Camaco, consultar a dissertação de Muniz (2021) intitulado “A linguagem de Camaco : identidade, memória e reexistência”, disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/13255>>.

onde o documentário está sendo reproduzido – aproximadamente vinte pessoas ou menos. Ao final do documentário, uma das mesas é identificada com o idealizador do documentário e os que o acompanham, deduzo, são seus familiares. Além dessas pessoas, as outras pessoas que assistiram o documentário faziam parte da produção do evento. Tive a impressão de que ninguém da comunidade via o documentário (DIÁRIO DE CAMPO, 03/11/2022).

Não observei, em nenhum outro momento nas duas edições do festival, nenhum tipo de discussão sobre mineração na cidade dentro da programação oficial. Ao contrário disso, cabe destacar que, na primeira edição, a apresentação oficial do evento trazia o nome da que mineradora há 80 anos a cidade como uma das patrocinadoras (o que era veiculado de maneira intensa dentro das atividades da primeira edição do FLI). Falas de um dos entrevistados, O-maior-trem-do-mundo, também demonstram a mesma percepção quando perguntado sobre suas impressões a respeito da primeira edição do festival:

Lucas: Mas e sobre as suas impressões, sobre o que foi, o que você viu do que foi?

O-maior-trem-do-mundo: Tá. Primeiro, era um período pandêmico, né?

Lucas: Sim.

O-maior-trem-do-mundo: Já tinha uma limitação ali. Já tinha uma limitação. Eu acho que em matéria de reflexão de temas contemporâneos foi, praticamente, nulo. A gente não discutiu... mineração, por exemplo. Eu não vi nada. Eu esperava alguma coisa sobre mineração. Como que você faz uma festa literária em Itabira e não discute mineração? [Não discute o] efeito da mineração? Tendo Drummond, tendo todas essas coisas, os poemas de Drummond, Cauê; olha o tanto de coisa relacionada aí. Eu não vi nenhuma discussão útil sobre isso.

Lucas: Você pensa que isso foi intencional?

O-maior-trem-do-mundo: Bom, a festa literária é patrocinada pela Vale. Eu acho que isso responde. Existe uma limitação aí. Eu acho que na montagem da programação o criador dela falou “opa, como é que eu vou por... como é que eu vou trazer o jornalista” ... quem que é o melhor jornalista ambiental? Acho que o Washington Novaes era vivo na época, já morreu. É um jornalista que se especializou em meio ambiente e tal. “Vamos pôr esse jornalista aqui? Ele vai falar sobre o que? Sobre mineração”. “Opa! Mas quem que é o patrocinador da festa? Não, não. Risca esse cara”. Eu acho que existe uma autocensura aí. Eu acho que é um pouco cruel eu falar isso, não posso afirmar que houve isso, mas é um assunto pra gente pensar (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

Se dentro da programação oficial dos festivais não se discutiu sobre mineração, por outro lado, o tema não desapareceu das falas de entrevistados da pesquisa e de pessoas com quem interagi durante o evento. Por exemplo, em uma das primeiras atividades da segunda edição do festival, uma mesa com a temática anunciada de “Ilustração, Arte e Literatura” (FLI, 2022), um dos componentes da mesa comentava sobre um de seus livros que, falando de Drummond, discutia também sobre a mineração. Trata-se da obra *Sagatrisuitorana* (2020), de Nelson Cruz. De maneira rápida, ao apresentar o livro, a interlocutora Antonieta comenta para plateia:

“outro livro é *Sagatrisuitorana*, uma história muito importante que reconta [os] três porquinhos. Só que nessa história tem outro lobo, o lobo da barragem, porque aqui nessa cidade é a maior cidade que tem barragens. Então, aconteceu aquilo em

Mariana, em Brumadinho, e pode acontecer com a gente também. Então, aqui nós temos lobo mau”. Há um silêncio na plateia após a fala. Antonieta comentou sobre as obras de Nelson terem cunho político e passou para outro assunto (DIÁRIO DE CAMPO, 01/11/2022).

Outra cena em que interlocutores da pesquisa abordam o tema da mineração ocorreu em uma das noites do festival. Vejamos:

[eu] não queria ir ao evento na parte da noite. Geralmente, festas e shows lotados não são lugares de minha preferência. Somado a isso estava o cansaço de ter passado todo o dia fora de casa e a falta de uma companhia durante a noite – sendo sincero, estar em uma festa sem companhia não é algo muito agradável para mim, aliás, é algo que eu nunca faria se não fosse pela pesquisa. No entanto, pensei que seria importante para a pesquisa observar o evento em diferentes períodos do dia: manhã, tarde e noite, possibilitando assim uma maior descrição do que ocorria. A noite está menos fria do que as anteriores, poderia botar uma roupa mais leve, o que me animou em muito sair de casa também. Saio de casa e ao chegar próximo a feira encontro bastante dificuldade para estacionar o carro, precisando deixar o carro em um local mais afastado. Chego [...] às 19:44 e já na porta uma amiga antiga, com quem havia perdido o contato, me chama. Era Carmela, que me apresentou mais dois colegas: um deles, Alonso, mestre em linguística pela UFMG e a outra é Teresa, arquiteta em Itabira. Conversei com Carmela sobre coisas que vivemos no passado, sobre o que fazemos no presente e pretendemos fazer no futuro. Conte para Carmela sobre minha pesquisa de mestrado e ela me contou que cursa Engenharia Ambiental no campus da UNIFEI na cidade. Contou sobre o desejo de estudar sobre mineração, mas que o curso de Engenharia Ambiental em Itabira é praticamente “financiado” pela [empresa de mineração], e que ela não vê oportunidade de estudar sobre assuntos mais críticos sobre a mineração no curso e que o curso da universidade é voltado para energia eólica. Além disso, Carmela relatou que a [empresa] está presente na universidade com muita frequência. Carmela relatou morar a cem metros da barragem e falou sobre o “terrorismo de barragem” que ela e seus vizinhos sofrem. Falamos sobre as possibilidades de rompimento de barragens em Itabira e sobre as barragens que já se romperam. Carmela contou como se sentiu quando ocorreu o rompimento da barragem em Mariana: “a gente nunca pensou que a barragem podia se romper, é algo que nunca havia ocorrido. Então, quando aconteceu, eu lembro que a gente não se deu muito conta. Imagine, eu e minha mãe, a gente fazia caminhada em cima da barragem. Teve um dia que iriam fazer um teste da barragem e a gente não sabia, foi quando a sirene da barragem começou a tocar e eu e minha mãe estávamos fazendo caminhada em cima da barragem. Ficamos olhando uma para cara da outra, tipo assim: a gente não teria o que fazer porque correr não adiantaria”. Alonso comentou sobre pessoas que moram em bairros abaixo da barragem e que possuem dificuldades de dormir atualmente pelo medo das barragens. Os três estavam ligados a movimentos de pessoas atingidas por barragens (DIÁRIO DE CAMPO, 04/11/2022).

Além do que foi descrito na nota de diário de campo, em minha conversa com Carmela, Alonso e Teresa, os interlocutores nomearam como terrorismo de barragem o que observavam na cidade. Embora não tenha tido oportunidade de estar presencialmente mais vezes com os interlocutores durante o período da pesquisa, tive acesso a documentos que demonstram a relevância das considerações deles sobre a situação de pessoas que convivem com o medo de rompimento de barragens. Um dos exemplos de documentos a que tive acesso

é a cartilha “Atingidos por Barragens e seus direitos: o caso de Itabira/MG” (REIS, 2022) produzida por grupos como o Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e Região, a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale e o Observatório de Conflitos Rurais do Alto e Médio Rio Doce (OCDOCE), esse último ligado à Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), que possui um campus na cidade de Itabira.

De acordo com o documento, o Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração de Itabira é um coletivo construído para defesa dos direitos dos atingidos por barragens na cidade. Nas palavras do autor,

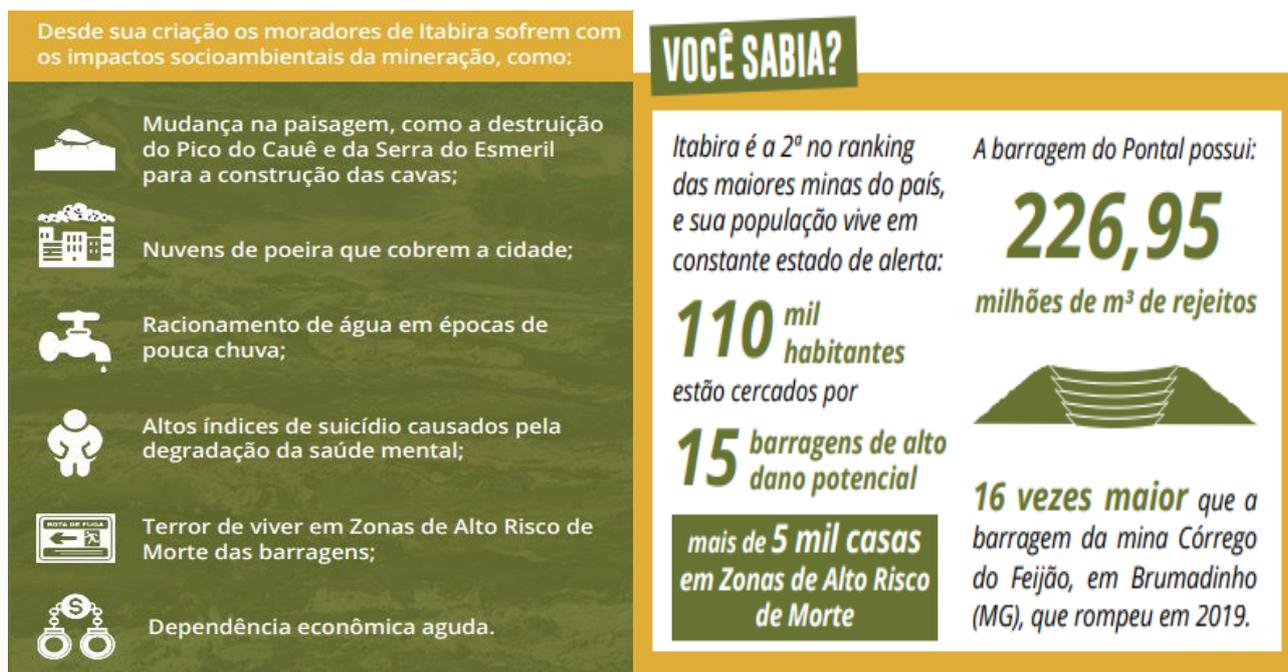
o Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração de Itabira e Região foi constituído no dia 1º de fevereiro de 2019, sete dias após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, logo após uma manifestação no centro de Itabira em solidariedade às famílias das vítimas. Naquele momento entendemos que apenas uma manifestação não seria suficiente, precisaríamos nos manter mobilizados para conseguir informações sobre o risco das 15 barragens que cercam a cidade e lutar pelos direitos das pessoas atingidas. Desde então já realizamos dezenas de encontros pra debater os direitos dos moradores dos bairros nas Zonas de Alto Risco de morte, assim como organizamos manifestações em ruas e praças - Grito dos Excluídos (2019, 2020, 2021) e Romaria pelas águas e as terras (2019), audiências públicas com vereadores e MPMG (novembro de 2019), seminários (UNIFEI em 2019) encontros pra debater nossos direitos (I ECRM em outubro 2020), reuniões com deputadas e deputados [...]. Também cobramos o poder público, em reunião com a prefeitura, em fevereiro de 2020, quando fomos informados da ameaça de expulsões da Vale nos bairros Bela Vista e Nova Vista, além de vários ofícios protocolados na secretaria municipal de meio ambiente e para a promotora de meio ambiente e direitos humanos do ministério público de Minas Gerais (REIS, 2022, p. 32-33).

A cartilha propõe a conscientização da população atingida por barragens em Itabira sobre leis e direitos, orienta sobre a necessidade de negociação coletiva, além de informar de estratégias que a empresa mineradora utiliza para desconsiderar os direitos dos atingidos. Desta forma, o documento traz também uma definição do que foi nomeado pelos interlocutores antes citados como terrorismo de barragem:

o terrorismo de barragem se tornou nova forma de apropriação dos territórios, pois, com a necessidade de descomissionar as barragens que oferecem riscos, as mineradoras começaram a expulsar moradores das Zonas de Alto Risco de Morte. Assim, atingidos e atingidas por barragens passam a ser também aquelas comunidades ameaçadas pela “lama invisível” [...]. Nesta situação se encontram os moradores dos bairros de Bela Vista e Nova Vista, próximos ao sistema de barragens do Pontal, de propriedade da Vale, no município de Itabira-MG. [...] A Companhia Vale do Rio Doce foi criada no município de Itabira-MG, em 1942, como uma empresa estatal, sendo privatizada em 1997 e passou a ser denominada Vale S.A. Além de ser o primeiro território minerado por esta empresa, a exploração do minério de ferro é peculiar neste município pelas operações serem extremamente próximas da área urbana, que é cercada por cavas, pilhas de estéril e barragens de rejeito. [...] Privatizada, a empresa segue um modelo de expansão sem qualquer compromisso com as comunidades afetadas, aprofundando a relação de dependência econômica (REIS, 2022, p. 8-11).

Dados históricos também são apresentados no documento, de modo a situar minimamente seus leitores sobre alguns dos impactos causados pela mineração em larga escala:

Figura 4: imagens reproduzidas da cartilha “Atingidos por barragens e seus direitos: o caso de Itabira/MG” (REIS, 2022).



Fonte: cartilha “Atingidos por barragens e seus direitos: o caso de Itabira/MG” (REIS, 2022).

Além de veicular informação para conscientização da população, o documento também evidencia a violência urbana a que são expostos moradores da cidade pela mineração, sobretudo em bairros próximos a barragens, como é o caso do Bela Vista e do Nova Vista. Na figura abaixo, reproduzida da cartilha e com origem em site criado por morador da cidade, podemos observar a proximidade do bairro com barragens e diques.

Figura 5: sistema de barragem do Pontal, indicando os diques que serão descaracterizados, com destaque para o Dique Minervino e o Cordão Nova Vista, que ameaçam os bairros Bela Vista e Nova Vista.



Fonte: site Vila de Utopia.

O documento questiona as ações da empresa que invalidam direitos das pessoas atingidas pelas barragens na cidade – “as possibilidades de lucro para a empresa são muitas, mas quais são os direitos das pessoas atingidas?” (REIS, 2022, p. 14) – e também denuncia o que chama de táticas da empresa mineradora para “aumentar o terror” sobre famílias atingidas:

no caso dos bairros Bela Vista e Nova Vista, a tática da empresa é anunciar pequenos grupos de famílias que deverão ser expulsas, para aumentar o terror sobre elas, o que facilitaria o processo de negociação individual por torná-las mais vulneráveis. A empresa está evitando anunciar onde fica cada uma das 368 casas que pretende expulsar para não causar uma mobilização que gere união de toda comunidade em torno dos seus direitos garantidos pela lei 23.795/21. Por exemplo, em uma negociação coletiva, todo e qualquer bem material e imaterial é avaliado segundo um valor mínimo determinado pelos próprios atingidos e atingidas em reuniões e assembleias – isto não pode ser feito pela empresa. Assim, a depender do que cada família possuir nas suas casas, este valor pode aumentar, mas nunca diminuir, garantindo justiça e dignidade a todas as famílias atingidas pela barragem (REIS, 2022, p. 22-23).

Dessa forma, outras falas de O-maior-trem-do-mundo, anteriormente citado, expressam denúncias no que diz respeito a opressões sofridas pelos moradores itabiranos com relação à mineração, a começar pelo que chamou de projeto de estratificação:

eu acho Itabira uma cidade partida, e aí eu boto a Vale no meio, eu boto a Vale no meio com aquele projeto dela de estratificação do espaço geográfico. Você sabe: o trabalhador peão, vamos dizer assim. [...] O peão ficava no campestre, porque tá perto da mina, o quadro intermediário ficava no Pará, um pouco mais afastado, e o quadro gerencial ficava num *paraisozinho*, que é um clubinho, que é a Vila Técnica. Ou seja, isso foi criado no compasso, não foi assim espontaneamente (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

E a percepção de uma cidade vítima de um projeto de estratificação geográfica pela mineração se amplia a seguir. Trata-se, segundo a fala do entrevistado, de perceber uma cidade que é dividida pelo espaço e, ao mesmo tempo, é também bombardeada e se vê sangrar todos os dias, com seu *íntimo às escâncaras*:

itabirano vê a sua terra, a sua montanha, o seu chão, o corpo do seu município, da sua cidade sendo bombardeado, sendo sangrado todos os dias. Você abre a janela e vê uma explosão, vê uma nuvem de poeira. Depois você olha... eu chamo isso de a cidade com o íntimo às escâncaras. A cidade como se fosse uma barriga esfaqueada. Entendeu? Então, se a montanha exerce um poder psicológico no comportamento do mineiro, qual é o comportamento de você ver a montanha rasgada, dilacerada, bombardeada com enormes dentes de ferro sendo cravados nela, que são aquelas escavadeiras? (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

Ao lado desses questionamentos, sobre o poder subjetivo de ser testemunha da segregação e degradação do espaço pela mineração, o entrevistado apresenta também a consciência de seu posicionamento intelectual, por exemplo, ao comentar as retaliações que sofre por criticar a empresa mineradora – ação que realiza há longo tempo. Vejamos:

O-maior-trem-do-mundo: Eu descobri num relatório que a Vale tá com o minério pra acabar. Aí eu peguei e... pus a argumentação em fogo alto, falei “não, não é hora de eu ficar olhando meu projeto, é hora de eu discutir questão Vale, questão barragem, questão poluição”. Então aí eu virei inimigo da Vale [...]. Depois que eu... a metáfora que eu uso é “botei a argumentação em fogo alto”, ela nunca mais me respondeu nenhuma pergunta, me cortou do envio de *pré-release*, ela me cortou da lista. Ou seja, pra Vale eu não sou digno de receber nem os *releases* dela. Cortou os anúncios. Ela tenta apagar. Só que aí é uma burrice. Ao tentar me apagar ela cria um antagonismo comigo. Ela criou comigo um antagonismo histórico. Ela nunca tirou... ela nunca tentou tão acintosamente... ela nunca cortou papo, vamos dizer assim, tão acintosamente com uma pessoa como ela fez comigo. Entendeu? Então é sinal que o meu jornalismo incomoda, incomoda [...]. E outra coisa, eu *tô* no *mailing* dela. Então eu não sirvo pra relacionar, mas ela me lê, entendeu? Aí você fala assim “não, mas você não era importante pra Vale”. Não, a Vale anunciava no meu jornal, a Vale me mandava livros, a Vale procurou parcerias comigo. O negócio foi mesmo depois que eu pus a argumentação no fogo alto delimitou. E eu não tenho nada a queixar disso. Eu acho que é isso mesmo, ela tá no papel dela, eu *tô* no meu papel, mas isso é revelador. Eu não *tô* te falando isso pra gabar, eu só *tô* apresentando o fato pra você fazer o seu julgamento. Eu acho que é isso mesmo e eu vou ficar do lado de cá. Eu assim permanecerei.

Lucas: É uma opção ideológica, né?

O-maior-trem-do-mundo: É, porque ela já cooptou muita gente. Se você estudar, ela já cooptou muitos... muitos críticos reais e potenciais. Existe casos que você pode pesquisar, eu posso te dar até caminhos pra você ir que ela “opa, esse cara exerce um papel aqui, vamos calar esse cara”. Ou levou pra lá. Tem casos, assim, acintosos sobre isso (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

Em outro momento de sua entrevista, o jornalista também reconhece as limitações de seu trabalho e comenta sobre estratégias que precisou fazer para obter alcance e financiamento para seu trabalho:

agora, se é jornalismo, é pra interferir, é pra impactar, entendeu?! E eu ainda poderia ser muito melhor se eu tivesse... eu não sou rico. Eu também não sou pobre, mas eu não sou rico. Se eu tivesse uma situação melhor financeiramente, eu poderia prestar um serviço ainda mais crítico, entendeu!? Mais crítico. Ainda tem isso também, porque tem o lado do ganha pão, vamos dizer assim, bem rasteiramente. Também tem o lado. Então eu tenho, o artista tem. Como é que o artista briga com a Vale? Vamos pensar como artista, a tal da empatia. Como é que um artista briga com a Vale e uma das poucas vezes que ele se apresenta e ganha uma graninha é no Festival de Inverno, que tem o apoio e o patrocínio da Vale? [...] Como é que é isso na cabeça do cara? Então, bicho, é aquilo. Tem que sair, você tem que furar esse negócio. Entendeu!? O meu jornal, a grande tacada minha foi fazer um jornal pra fora. Foi fazer um jornal que interessa ao público de fora. Porque aí, o que acontece? Eu tive bastante assinante fora, Rio, São Paulo, Brasília. Até fora do Brasil eu tenho assinantes. E esse pessoal custeia o meu jornal, então eu pude ser um cara crítico em Itabira. Eu não dependo de prefeitura, não dependo de câmara, de Vale, de nada (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

O sentimento de solidão, no sentido de ver poucos de seus pares profissionais prestarem o mesmo papel de denúncia das opressões causadas pela empresa mineradora na cidade, também é objeto de reflexão do interlocutor, para quem

o esporte mais radical de Itabira é criticar a Vale, porque você tomar nome de ressentido, as pessoas falam que você queria trabalhar lá. Aí eu levo pra brincadeira, entendeu? Falo “não, realmente, eu queria muito ser chefe de almoxarifado lá”. Fico brincando, porque a presença da empresa é muito forte, cara. Então tem de tudo. Tem, realmente, quem gosta dela com uma visão limitada, tem o sentimento de gratidão, que também não é uma coisa ruim. Só que a pessoa... eu acho que a pessoa... a frase que eu uso é o seguinte: se você gosta da Vale porque ela te deu emprego, ela empregou seu pai, seu avô, ela emprega seus filhos, empregou você olha o tanto que você tem que amar Itabira, que gerou a Vale”, entendeu? Se você gosta da Vale, você tem que gostar, realmente, é de Itabira, que Itabira que gerou a Vale. Então eu fico fazendo essas brincadeiras, essas provocações, porque eu tô em rede social e... outra coisa que eu fiz é o seguinte, quando aparece um cara lá pra criticar, eu criei um método pra tentar me safar dessas provocações, então aparece um cara lá e fala assim “ah, você tá criticando a Vale porque você queria trabalhar lá e não trabalhou. Eu falei “vamos fazer um teste? Vamos fazer um negócio?”. Eu criei um teste pra medir quem é que tem liberdade pra falar da Vale. Aí eu sei que é um cara que tem algum parente que trabalhou na Vale, ou ele trabalha na Vale, ou ele tem filho que trabalha na Vale. Eu falo o seguinte “olha, vamos fazer o seguinte? Eu falo bem da Vale, vamos fazer um post aqui. Eu falo bem da Vale e você fala mal. Porque aí nós vamos ver quem tem liberdade de falar”. Até hoje não apareceu um pra fazer isso, entendeu!? O que que eu entendo, oh, Lucas? Eu entendo que jornalista pra falar bem da Vale existe o marketing dela, existem as pessoas que trabalham lá, existem as pessoas que são gratas, existe um exército. Existem as pessoas que querem trabalhar lá, todas essas pessoas defendem a mineração, defendem a Vale, amam a Vale. Tudo bem. E pra criticar o lado negativo dela? Me fala quantos. Itabira tem 300 profissionais de comunicação. Me fala um que se dedica a isso, entendeu!? Me fala três. 300 contando site, rádio, jornal, revista, tudo, dá 300. Quantos que estão aptos a criticar a Vale? (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

Considerando a crítica a mineradora enquanto o esporte mais radical da cidade, o entrevistado ainda revela o nível de gravidade que interpreta na presença da mineradora na cidade, empregando, então, uma visão dual que opõe empresa e cidade:

o modelo selvagem, colonial de mineração que a Vale exerce em Itabira, ele criou um... ele é tão grave, são 80 anos, ele é tão grave e não há como você estar do lado de Itabira e estar do lado da empresa. Eu acho que existe uma oposição aí. Ou você tá de um lado ou você tá do outro. Não tem como você estar do lado de Itabira e congratular com a empresa. Por isso que eu sou ferrenho, entendeu? Principalmente jornalista, principalmente artista. Você tem que... ou eu *tô* de um lado ou eu *tô* do outro. Não dá pra falar que você tá do lado de Itabira e ficar sassaricando pro lado da Vale, não. Por causa do modelo, por causa da gravidade das coisas (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

Quando perguntado sobre que tipo de consciência o entrevistado acreditava que os demais itabiranos possuíam sobre tal contexto por ele descrito, ele apontou observar o despertar de uma consciência coletiva mais crítica a partir do crime ambiental em Brumadinho, em 2019. O-maior-trem-do-mundo apontou também a dependência subjetiva que percebe nos itabiranos com relação à mineradora, indicando a percepção de um sentimento de pertencimento dos itabiranos para com a empresa:

eu acho que o itabirano é muito dependente da Vale. E tem aquela questão de pertencimento também. Eu acho que o itabirano tem orgulho, entendeu? A Vale é um diferencial pra cidade, né?! “Não, nós temos a Vale”. Ele se sente meio partícipe disso. Sabe aquelas disputas provincianas “minha cidade tem isso, minha cidade tem. Não, a gente tem a Vale”. Eu acho que ainda tem uma parcela de itabirano que é apaixonado pela Vale, entendeu? (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

Relacionamos as falas de O-maior-trem-do-mundo com o trecho de outra entrevista, dessa vez de Dulcinéia e seu esposo Ataíde. No seguinte trecho, podemos observar aspectos apontados pelo entrevistado acima e percebermos que a criticidade de parte de itabiranos sobre os impactos negativos da empresa mineradora é mesmo um processo ainda em andamento.

Lucas: Agora eu queria entrar no assunto, assim, da mineração. A gente que mora aqui, eu também sou daqui, né? [...] Às vezes, sofre muito com a mineração, tem uma relação um pouco difícil, sofre muito com a poeira dentro de casa...

Dulcinéia: Muita poeira, muito minério.

Ataíde: É uma coisa. É um malefício, mas se não fosse ele, Itabira ia viver de quê? Porque até hoje não acharam outra solução pro minério acabar. Tá começando agora, escolas *vindo*. Mas se não fosse a mineração, Itabira praticamente não existia.

Lucas: E você acha que a [empresa de mineração] vai embora mesmo?

Ataíde: Não vai embora. Ela vai ficar mexendo, mexendo, vai diminuir a produção, mas vai ficar ainda.

Lucas: Entendi. E você, Dulcinéia, o que [...] a mineração interfere na sua vida?

Dulcinéia: Ah, interferir assim, *mais* é só esse minério mesmo, né? Porque esse minério é danado. Igual assim, pra você limpar uma casa. Mas em si, a gente tem que conviver, né? Infelizmente tem que conviver com isso.

Lucas: Por que infelizmente, Dulcinéia?

Dulcinéia: Ah, porque esse minério não vai acabar.

Ataíde: A poeira não vai acabar.

Dulcinéia: A poeira não vai acabar. Tem que *acostumar* com ela mesma, filho (DULCINÉIA E ATAÍDE, ENTREVISTA, 10/09/2022).

Nas falas de Dulcinéia e Ataíde sobre a mineração observamos a presença de fatalismo, que é visível em falas dos interlocutores como: “esse minério não vai acabar [...], a poeira não vai acabar. Tem que *acostumar* com ela mesma, filho” (v. *sup.*). Além disso, a descrença no exaurimento da exploração do minério e no fim das atividades da mineradora também é observável, o que pode ser compreendido como uma leitura ingênua, haja vista que a mineradora anuncia, há décadas, tal possibilidade. É visível, portanto, mais que uma dependência econômica na cidade, mas uma dependência subjetiva, ou colonial, no sentido de que a mineradora se instalou na subjetividade de tais sujeitos com o sentimento de pertencimento, para utilizar os termos empregados por O-maior-trem-do-mundo. Na conversa com Dulcinéia e Ataíde, busquei investigar as impressões dos interlocutores sobre aquele impacto que por ser, talvez, mais amedrontador e imediato – o terrorismo de barragem, antes comentado – costuma figurar como incitador de uma perspectiva crítica com relação à ação mineradora. Mesmo assim, é a expressão de certo desconhecimento acerca dos impactos das barragens existentes na cidade de Itabira do Mato Dentro:

Lucas: É, verdade... ôh, Dulcinéia, você trabalha bem perto de uma barragem, né? Aquela grandona, do Pontal³⁰...

Dulcinéia: É, bem perto.

Lucas: Você não fica com medo, não?

Dulcinéia: Ah... (interrompida por Ataíde).

Ataíde: Aquilo não arrebeta nunca.

Lucas: Será?

Dulcinéia: Eu fico assim, pensando assim, porque o povo fica “ah, vai arrebentar, não vai...”, né? (interrompida por Ataíde).

Ataíde: As barragens que arrebentaram nenhuma delas foi a [empresa de mineração] que fez...

Dulcinéia: Igual eu falei, assim, hoje... (interrompida por Ataíde).

Ataíde: Ela comprou a mineração de outras.

Dulcinéia: Igual assim, meu filho, hoje a gente tem que pôr tudo é na mão de Deus... (interrompida por Ataíde).

Ataíde: As da [empresa de mineração] são todas autossustentáveis.

Dulcinéia: Pôr na mão de Deus e tocar a vida pra frente. Porque se a gente ficar naquela “ah, vai estourar, nós *vai* mudar porque a barragem vai *coisar*”. Às vezes você tá num lugar menos perigoso, né? Às vezes, igual você vê, a gente aqui olha onde que a barragem foi arrebentar. Mariana, Brumadinho, né? É tocar a vida pra frente, pôr na mão de Deus pra que Deus... se for da vontade dele, né? Que Deus queira que nunca aconteça isso em Itabira, igual aconteceu pros outros lados, que perdeu muita família, né? Você vê que pouco tempo também que foi achar mais corpos, né?

Lucas: Mas te dá medo, Dulcinéia? Você sente medo?

Dulcinéia: Ah, medo a gente sempre tem, e fica sempre inseguro, né? Da gente estar num lugar igual, às vezes a gente sai pra trabalhar num lugar, a gente não sabe se vai voltar. A gente tem medo mesmo, insegurança.

³⁰ Ver figura 5, em página anterior, para relembrar a barragem da qual me refiro aqui.

Lucas: E quando você tá lá em cima [no trabalho, próximo à barragem] você pensa nisso?

Dulcinéia: Ah, penso não, meu filho. Penso não. Penso não, porque eu já vou assim “ai, senhor, quero pôr nada ruim na minha cabeça”. Ali, meu filho, eu já começo a trabalhar (DULCINÉIA E ATAÍDE, ENTREVISTA, 10/09/2022).

Das falas de Dulcinéia podemos observar a expressão do que os outros interlocutores chamaram de terrorismo de barragem: “a gente tem medo mesmo, insegurança” (v. *sup.*). Ante a esse medo, no entanto, Dulcinéia expressa desilusão – só se pode contar com deus e evitar pensar sobre o assunto: “pôr na mão de deus e tocar a vida pra frente” (v. *sup.*). Ataíde, por outro lado, se apresenta mais confiante na benevolência da empresa de mineração e no futuro, mas também argumenta de maneira inconsistente, por exemplo, ao afirmar que barragens são autossustentáveis. Percebemos, de todos os modos, que os dois interlocutores falam a partir de um lugar de incertezas e desconhecimento sobre a causa. Tornou-se emblemático que, justo no dia da realização da entrevista com os dois interlocutores, Dulcinéia se mostrou muito receptiva e me levou para o andar de baixo da casa. Conversávamos sobre flores, sobre os artesanatos que Dulcinéia fabricava, sobre os objetos antigos que colecionava, até que em determinado momento, escorreguei e quase caí em uma poça grande, de barro preto e brilhante de minério de ferro dentro do quintal da casa de Dulcinéia e Ataíde. Apesar do quase acidente, saí com um vaso de flor que Dulcinéia me deu como lembrança.

Falas de outra pessoa, Julieta, apresentada na subseção 3.2 como trabalhadora da empresa mineradora durante mais de 20 anos, também nos oferecem outra visão sobre as barragens. Diferente daquela de Ataíde, Julieta se coloca menos credulamente sobre o contexto da cidade:

Lucas: Itabira tem várias barragens. Como é que você convive com isso? Você não tem medo, por exemplo, de uma barragem dessas estourar?

Julieta: Tenho, eu vou confessar que eu tenho. Te confesso que eu tô tentando afastar um pouco esse pensamento, assim, de mim. Mas tem o risco [de rompimento], sim. Mas aquela do Pontal, falam que se ela abrir, se ela estourar lá, ela vai atingir meu bairro, porque meu bairro é fundo. Ele é baixo. Então, ali se estourar, as barragens ao redor, há possibilidade de chegar [até minha casa].

Lucas: E como é que você faz pra conviver com isso?

Julieta: Eu não tenho outra alternativa, assim, inicialmente, né? Mas eu tenho irmã, por exemplo. Minha irmã [...] morava... tinha um apartamento que [...] tava mais próximo ainda da barragem de Itabiruçu, que é a maior de todas, né? Se ela estourar, ela pega uma extensão muito grande, né? Então, assim, ela vendeu o apartamento com esse medo. [...] Então, assim, há um risco eminente, assim. A gente convive porque não tem outro jeito, por enquanto, de mudar aquilo, aquela realidade. [Não se pode dizer:] “Ah, eu vou sair daqui”, porque se você vai pra outro lugar [da cidade] também tem barragem. Então a gente tá cercado, por mais que você vai... só se for pro Centro.

Lucas: Ainda assim, lá é bem próximo, é em cima do [bairro] Pará.

Julieta: Ainda assim pode chegar. É. [...] Mas, assim, a gente ainda fica com esse risco por quê? A barragem lá de Brumadinho era uma barragem que se dava como uma barragem segura, era monitorada, que falavam que era monitorada.

Lucas: E aqui é o mesmo discurso, né?

Julieta: Aham. Então a gente tem esse medo. Porque, assim, quando acontecer, como é que vai... (pausa). Não adianta falar, né? Quando acontecer mata as pessoas, e aí? [...] Mas eu tenho esse medo, sim (JULIETA, ENTREVISTA, 11/09/2022).

Julieta expressa seu medo e a constatação de falta de saídas para fugir da realidade de terrorismo de barragem. Embora sempre tenha vivido em bairros mais distantes de barragens, a interlocutora deixa evidente a consciência de que as barragens atingem a todos os bairros na cidade, ainda que em graus diferentes. Como todos os interlocutores ligaram a discussão ao crime ambiental de Brumadinho, isso também foi observado na conversa com Julieta, que revelou a impressão de uma trabalhadora que viveu o contexto de dentro da empresa à época do crime:

Lucas: Na época teve até uma discussão, assim... parece que a [empresa mineradora] ia gastar menos pagando pelas mortes, né? Tipo assim, como é... indenizando as famílias do que consertando a barragem. Comenta-se que foi uma escolha dela deixar que [o crime ambiental] acontecesse, do que consertar antes pra que não acontecesse. Que era o mais viável economicamente pagar e indenizar do que consertar. Você chegou a ouvir esse boato também?

Julieta: Já ouvi vários boatos. Só que a gente lá, [...] até pra gente que era empregado, a gente sempre duvidava qual que era a verdade nesses fatos aí. Então houve vários boatos sobre isso [...]. Chegou vários boatos. A gente, como empregado, a gente ficava sem saber qual era a verdade nisso tudo.

Lucas: Vocês desconfiavam, no fundo, que podia ser mentira o que a [empresa mineradora] falava?

Julieta: Sim, chegava [a desconfiar].

Lucas: E tinha conversa entre os funcionários, assim, entre as pessoas que não eram chefia e tal, você percebia?

Julieta: Tinha, tinha. Principalmente quem morava na região lá. A gente conversava entre a gente. Não podia conversar isso perto de ninguém que era... ou uma pessoa da área de relações institucionais, porque ela levava o nome da empresa pra imprensa, ou perto da chefia. Porque senão você era – nossa mãe! – aí já tinha motivo de desligamento. Ai, Luquinhas, mas era muito assim... ficava muito eminente que tinha uma coisa errada. A gente ficava assim... (pausa). Olha, como empregado você sabia que aquilo podia ter sido evitado. A empresa tem muitos recursos pra isso. Ela tem ferramentas, tem processos de geotecnia. Assim, é muito sofisticado. Uma empresa rica [...] aí depois disso ela começou a investir muito. Teve a barragem do Itabiruçu, parece que [...] contrataram muitas pessoas pra trabalhar com essa... descaracterizar e colocar mais segurança, mas eu não sei se isso vai ser assim, se vai levar adiante, não (JULIETA, ENTREVISTA, 11/09/2022).

Mesmo diante de discursos que busquem emitir uma sensação de segurança, pautada inclusive em supostas ações que a empresa realize, observa-se a descrença de Julieta: “eu não sei se isso vai ser assim, se vai levar adiante, não” (v. *sup.*). Destacamos que Julieta apresenta a visão de uma pessoa que vivenciou décadas de trabalho na empresa mineradora e seu

discurso pode ser lido como alarmante porque justamente vem de alguém que conhece o interior da mineradora.

Tomando os posicionamentos dos Interlocutores da pesquisa enquanto representativo dos posicionamentos da população itabirana, concluiremos que a temática da mineração é uma realidade eminente para a cidade e que aparece, ora de maneira crítica, como vimos nas falas de pessoas como O-maior-trem-do-mundo e Julieta, ora mais tendenciosa, marcando a falta de informações e ingenuidade por parte de outros, como é o caso de Dulcinéia e, sobretudo, Ataíde.

Ainda cabe destacar que, no que tange à discussão sobre a ação mineradora no FLI, em que se deram parte de nossas observações, o que se percebeu foram ausências. Torna-se muito significativo constatar tais ausências, uma vez que se trata de um festival que, apesar de ser ainda emergente, a ele também foi dado amplo destaque por diversos atores, como a prefeitura municipal da cidade e também de seus patrocinadores e apoiadores, como é o caso do Instituto Cultural Vale. O que se notou no evento, através de falas dos interlocutores e das observações, foi a ausência da discussão sobre mineração, mas a presença do terrorismo que essa mineração exerce – terrorismo, aliás que, se tratando de Itabira do Mato Dentro, já há muito se tornou um estado permanente, mesmo que alguns sujeitos ainda não possuam total dimensão de sua existência. Foram observadas discussões isoladas e pontuais sobre mineração no evento, e a maioria dessas discussões foram feitas de maneira não-oficial e individualizada, ou seja, não estavam na programação, mas foi citada por interlocutores em conversas paralelas³¹.

Nessa conjuntura, importa salientar que apesar da existência de falta de informações por alguns interlocutores e apesar da invisibilidade do tema em um destacado festival emergente na cidade, ações de luta contra ao chamado terrorismo de barragem também têm

³¹ Apesar de triste, torna-se também jocoso e imagético diante do que pontuo nesse parágrafo, descrever a cena em que uma participante do evento relatou recorrer a um ator que participou do festival a convite da organização, denominado por ela de ator global, para pedir ajuda sobre a questão das barragens na cidade. A participante era uma mulher de aparentes 50 anos de idade, conhecida de uma amiga que me acompanhava no dia da cena, motivo pelo qual soube que a mulher era também professora. Na cena, estávamos sentados em uma mesa eu, minha amiga, outras pessoas. Minha amiga conversava com a mulher, que estava em pé, enquanto eu conversava com outras pessoas que estavam na mesa. De repente, minha amiga começa a dar gargalhadas e chama minha atenção: “Lucas, olha o que ela está contando”. A mulher, então, repete o que havia relatado para minha amiga: por morar em uma rua próxima às atividades do festival, pessoas estavam estacionando seus carros em frente a sua casa. Eis que o ator global, então, passa para estacionar também o carro em que estava. Ela contou que tentou gritar o ator para dizer – e aqui reproduzo suas próprias palavras, anotadas na íntegra em meu caderno de campo –: “você que tá próximo aos jornalistas, fala com eles lá que essas barragens aqui são uma bomba relógio”. Rimos da situação e ela comentou sobre sua preocupação com a barragem mais próxima de sua casa” (DIÁRIO DE CAMPO, 06/11/2022). A cena se torna ainda mais jocosa ao me recordar de comentários de outras pessoas ali que questionavam “o que tinha a ver” a participação do ator global, já que ele não possuía nenhuma relação direta com literatura e nem com a poesia de Drummond.

sido realizadas, como pôde se verificar através de ações de comitês e brigadas populares na cidade, como é o caso da cartilha a que tive acesso – de autoria de Reis (2022) – e também de ações mais individuais dos sujeitos, como é o caso do ativismo exercido pelo jornalista O-maior-trem-do-mundo.

É, aliás, com a fala desse interlocutor que escolhemos encerrar esta seção – inclusive sem tecer nenhum comentário a seguir, de maneira intencional – pois com ela nos posicionamos na discussão contra a ação mineradora predadora (WISNIK, 2018) e nela identificamos um questionamento ponderável sobre o atual contexto de mineração (ou seria de pós-mineração?) em Itabira do Mato Dentro.

Em nenhum momento eu sou contra a mineração. Aliás, isso é importante falar. Eu não sou contra a mineração, eu sou a favor da compensação justa ao solo minerado. Se minera, tira a riqueza, tem que deixar coisa no lugar ali. Tem que deixar riqueza no lugar. E dá pra deixar, entendeu? [...] O barroco deixou o ouro, [...] deixou como legado pra Ouro Preto, essas cidades históricas, essas cidades coloniais, porque toda cidade é histórica, né?! Deixou um fausto em matéria de igrejas, deixou barroco, deixou Aleijadinho, deixou essas coisas. O ouro deixou isso pra eles. A mineração vai deixar o que pra gente? Buraco? Qual legado que a mineração tá deixando? [...] Buraco, uma cidade degradada, uma cidade esfacelada? Uma cidade deprimida? O [...] que a mineração vai deixar pra gente? [...] Então, cara, itabirano é isso. É morar numa cidade que tem esse tamanho de história e que talvez grande parte da cidade não conhece essa história, a gente não conta a nossa história. Imagina essa história, de uma cidade que perdeu o pico, criando um complexo de castração. Nós temos um complexo de castração por causa do Cauê. Nós perdemos um pico pra mandar minério pra segunda guerra, pra ajudar, coisa. E a gente não conta essa história. Imagina isso na França. A França já teria feito 15 livros, 200 filmes. Entendeu? A gente não conta essa história nem nas escolas. A gente precisa. Por que que é preciso contar essa história? Não no sentido bairrista, não no sentido provinciano, mas no sentido de autoestima. Se você conhece a sua história... vou te contar uma outra história paralela. Eu gosto muito de dar história que houve, porque aí fica uma coisa... se você conta essa história você eleva a autoestima. Se você eleva a autoestima você passa a amar sua cidade. [...] O itabirano não tem direito de andar de cabeça baixa. Não tem esse direito. O itabirano é do mundo, o itabirano tem grandeza, ele não tem motivo pra andar de cabeça baixa. Ele precisa conhecer a sua história. Ele conhecendo a sua história, ele vai amar mais a cidade, ele amando mais a cidade, ele vai proteger mais a cidade, entendeu? Então é isso que eu penso que tem que ser tarefa da fundação cultural, tarefa da educação, da turma da educação, nós do jornalismo, da festa literária. A gente fazer o itabirano conhecer essa história (O-MAIOR-TREM-DO-MUNDO, ENTREVISTA, 16/08/2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar sobre minha cidade natal foi uma experiência surpreendente. Ao entrar no curso de mestrado, imaginei que já conhecia o suficiente sobre Itabira do Mato Dentro, mas somente ao ter a cidade como objeto de pesquisa é que me dei conta do quão ignorante eu era no que diz respeito à história dessa cidade. Realizar uma pesquisa com etnografia nesse

contexto foi desafiante, porque além de minha inexperiência com o método etnográfico, foi também a primeira vez em que me aproximei dos estudos sobre Antropologia e Educação. Agora, ao finalizar esse processo, posso dizer que sempre quis fazer etnografia e sempre quis estudar antropologia, mas não sabia ainda nomear o que queria. A etnografia me tirou do meu lugar de conforto, me fez encarar situações e conhecer pessoas que se não fosse pela pesquisa eu não encararia ou não conheceria. Apesar de reconhecer isso, não posso resumir o processo a um romantismo, ao que vale a pena citar que também enfrentei dificuldades explorando o método e com ele aprendendo, por exemplo, a organizar a quantidade de dados produzidos em campo, que possuíam, diga-se de passagem, uma organização nada óbvia. Afinal, como criar categorias de assuntos tão díspares e, ao mesmo tempo, tão entrelaçados, como é o caso da poesia e da mineração em Itabira do Mato Dentro? Mesmo assim, encarei a viagem e considero que os objetivos iniciais propostos pela pesquisa foram atingidos, apesar de perceber também que busquei uma máxima e honesta descrição da experiência, mas a sensação que fica é que a totalidade de tudo que vivi durante a pesquisa não pode ser expressa dentro dos limites de uma dissertação.

Cabe pontuar também que, embora não tenha residido na cidade de Itabira do Mato Dentro durante a pesquisa, ou sequer frequentasse os mesmos ambientes de vida que frequentava enquanto morei nessa cidade, uma dimensão de autoetnografia também foi possibilitada através de minha experiência de pesquisa. Na medida em que necessitei mobilizar minha própria experiência de vida itabirana e partir de meus referenciais por ser itabirano, o experimento realizado me levou a realizar uma incursão (ainda inicial, resalto) em uma autoetnografia.

Considerando o objetivo inicial de *registrar e analisar as leituras e posicionamentos de moradores da cidade de Itabira do Mato Dentro com relação ao atual momento da cidade no que diz respeito à mineração e aos eventos e equipamentos públicos relacionados com a poesia de Carlos Drummond de Andrade*, para responder nossa pergunta de pesquisa, construímos cinco categorias temáticas que nos permitiram registrar as leituras e análises que nos propomos. Discutimos, então, as categorias que refletem aspectos relevantes para o atual contexto da cidade de Itabira do Mato Dentro: segregação urbana, o ativismo da comunidade negra na cidade, a presença de crianças em um festival de literatura, a visão das pessoas sobre literatura e, por fim, a visão das pessoas sobre a mineração.

Uma vez que objetivamos, especificamente, registrar diálogos com sujeitos moradores da cidade de Itabira do Mato Dentro, podemos mensurar o diálogo em entrevistas com mais de vinte participantes observados e interlocutores de minha pesquisa. Aurora, Emílio, Olavo,

Dulcinéia, Ataíde, Geraldo, Eliana, Flávia, Tutu Caramujo, Julieta, Antonieta, João, José, Elias, Dodona, O-maior-trem-do-mundo, Augusta, Dolores, Ananias, Carmela, Teresa, Alonso... pseudônimos que compuseram nossa pesquisa, pois nossas discussões partem e estão encharcadas de suas falas. Além desses, nosso texto descreve também interações com outros interlocutores que não receberam um pseudônimo.

Dentro de nossos objetivos específicos constava o de problematizar os espaços cartografados pela poesia drummondiana no século XX e que se confrontam e/ou se encontram com os espaços da geografia itabirana na atualidade. Nesse sentido vimos, por exemplo, o relato de pessoas que nunca estiveram em espaços públicos e culturais na cidade de Itabira do Mato Dentro e analisamos sobre como outras pessoas que possivelmente se sentiriam “não-pertencentes” a um evento de literatura acionam estratégias de ocupação desse. Estão entre tais estratégias, por exemplo, a preparação própria da comida a ser consumida e o ato de “assistir de camarote” ao festival, ou seja: desde a calçada de sua casa. Entrar com cartões de vacinação de outras pessoas, quando em 2021 foi exigido o cartão para entrar no evento é também outro exemplo dessa estratégia.

Analisamos também como a figura de Sá Maria, mulher negra e que serviu à família Andrade, conforme documentado pela poesia drummondiana, serve hoje como inspiração e mote de luta por pessoas negras na cidade de Itabira do Mato Dentro. A figura de Sá Maria, além de nos trazer reflexão sobre a condição da mulher negra em nossa sociedade, quando interligada à questão da mineração, nos possibilita refletir sobre um modo de opressão próprio e específico do qual trabalhadoras e trabalhadores da mineração são alvos. Ações de cooptação da subjetividade desses trabalhadores são discutidas enquanto estratégias da opressão exercida sobre aqueles e aquelas que trabalham na mineração. Dessa forma, os relatos da interlocutora Julieta se destacaram para exemplificação de como, ainda hoje, ocorre tal opressão.

Uma vez que nos importava aferir em campo a fruição de sujeitos moradores em relação aos equipamentos urbanos e eventos realizados na cidade relacionados com literatura, construímos categorias que nos permitiram discutir sobre como crianças ocuparam o Festival de Literatura de Itabira e sobre como essa ocupação se confronta com as expectativas e propostas dos adultos, no que diz respeito ao que se poderia esperar das crianças ali. As crianças brincaram durante a festa literária, percorreram grande parte do espaço e, ao fazê-lo, discutiram assuntos importantes, como o contexto político nacional. Além disso, se autorregularam durante sua participação, reconhecendo as limitações de seu grupo. Interagir com as crianças durante esse período foi muito significativo para mim, pois me ensinou sobre

adulto-centrismo e sobre as fronteiras da opção de intervir ou não intervir na ação dos sujeitos em campo enquanto etnógrafo.

Vimos também, por conseguinte, que nem todos itabiranos estão dispostos à fruição da literatura tal como vem sendo apresentada e que, portanto, acessar a literatura nesses termos em Itabira também não é um desejo de todos. Assim, tratando-se sobretudo do contexto itabirano, aquele que considera a literatura como um direito precisa se atentar ao necessário esforço de abrir mão de uma perspectiva universalista e considerar novos espaços e dinâmicas – para as literaturas. Foi possível perceber, através do diálogo com os interlocutores da experiência de campo, que novos espaços para uma outra literatura têm sido reivindicados por diferentes atores na cidade de Itabira e a participação do *Slam* em um evento demonstra essa reivindicação. Falas, como a de Ananias, sobre a existência de Drummonds ainda não visibilizados na periferia da cidade nos ajudaram a refletir sobre o acesso à literatura em Itabira do Mato Dentro. O acesso à literatura, portanto, trata de uma dimensão social de nenhuma maneira reduzida ou estanque, mas em constante disputa política e cuja elaboração está em curso através de diversos atores sociais.

O recém-iniciado festival literário da cidade toma importante espaço dentro do contexto itabirano e sua observação nos permitiu revelar elementos da cidade e das tensões e conflitos vivenciados pelos moradores de Itabira do Mato Dentro. A observação dos eventos nos possibilitou o exercício de um experimento etnográfico, de olhar “de perto e de dentro”, conforme Magnani (2009) – uma rara ocasião de incursão breve, porém profunda em sua singularidade – na vida cotidiana e nos vários sentidos do ser itabirano. O festival, embora apresente certo descompasso (como, por exemplo, a ausência de discussões mais sistemáticas sobre mineração, ausência de setores populares e apontamentos de sua elitização), também se apresenta como um potencial campo de possibilidades onde inclusive a participação popular, de maneira mais ampla, poderá ser pautada. Ou, ainda: poderão surgir novos festivais e novas festas ainda mais inclusivas e que celebrem o direito à diferença assinalado por Lefebvre.

No intento de situar as leituras que fazem os moradores da cidade de Itabira do Mato Dentro sobre o anúncio do fim da mineração no município, discutimos sobre o terror causado pelas barragens e outros inconvenientes causados pela ação predatória da mineração – ação essa denunciada por Drummond, no passado, e hoje denunciada por tantos outros autores, seja por meio da literatura ou da análise literária (como é o caso de Wisnik), ou por meio de trabalhos de outros gêneros textuais. Vimos que nem todos os itabiranos estão cientes de maneira crítica do terror causado por essa ação mineradora, mas a maioria deles possui uma opinião, ainda que controversa, sobre o tema.

Existem movimentos reivindicativos na cidade, seja pelo território vítima de terror de barragens e mineração, seja por pessoas que reivindicam outras formas de ler Drummond e de ler e criar suas próprias literaturas e narrativas, como é o caso do resgate da persona de Sá Maria e da presença dos *slammers*. Portanto, o direito à cidade que problematizamos em Lefebvre se constitui, por fim, não enquanto direito universalizante e homogeneizante. Em uma cidade “imersa em literatura”, trata-se de reafirmar a importância da produção de espaço diferencial que possibilite igualmente a circulação de uma literatura a partir de uma perspectiva outra, que problematize as próprias noções de direitos humanos.

Por fim, vejo a pesquisa realizada como possibilidade de luta e de denúncia contra as desigualdades no acesso à cultura e ao terror minerador. É preciso escutar as vozes daqueles que estão fora dos círculos eruditos, aqueles que ficam “do lado de fora” dos festivais de cultura, às margens, nas portarias e não somente daqueles que estão do lado de dentro. A partir da escuta de vozes que não saem nas divulgações oficiais dos eventos e nas propagandas das cidades, mas que igualmente resistem e criam estratégias de enfrentamento é que nosso movimento de pesquisa se propôs dialogar.

Desta feita, não busco fechar o tema aqui em debate ou encerrar a discussão. Ao contrário: ensejo o movimento de continuação à elaboração iniciada em nossa pesquisa com os interlocutores de nosso experimento. Desvendamos um universo amplo de questões que possuem fecundidade para ainda ser aprofundadas, e o trabalho aqui apresentado emerge como uma ocasião de abertura para futuras discussões.

Dito isto, à guisa de conclusão, se iniciamos o trabalho com poesia, e se a poesia durante todo o processo esteve, é com poesia que escolho findar esse escrito, ciente de que muito do que vivi durante esse processo de pesquisa ainda reverberará.

Mapa do Mato Dentro

Eu não sabia,
mas existe dentro do Mato de onde vim
um mapa em que cada rua é ponte para se chegar.
Existe dentro de cada rua do Mato Dentro uma calçada para se sentar,
observar, aprender, ouvir
o estrondo da mina, o ronco do trem, ver
o pó preto sujando o chão dos dias, sentir
o gosto acre de poeira na boca.

Apesar disso e talvez por isso,
 aqui também se faz poesia, se dança
 com poesia, se aprende
 da poesia, comove-se com a poesia.
 Diz-se, afinal, que Itabira significa, em tupi, pedra-que-brilha
 – poesia maior não há.
 Itabira do Mato Dentro, esse mausoléu de pedras que não mais existem,
 pedra que brilha fundo seu mapa dentro de mim,
 Mato que cresce dentro e na raiz do que sou, responde:
 que coisa é essa que seu mapa quer dizer?
 Cidade de mim, de nós, que destino te espera?
 Quem em ti se desperta para não só olhar o trem passar,
 a vida correr, o elitismo imperar?
 É com poesia que termino esse escrito,
 porque com poesia se fecunda a terra,
 se ara um espaço, continua-se a guerra,
 descarrilham-se trens com vagões lotados de minério.
 Com poesia se resiste e,
 mesmo que roendo o duro ferro do terror,
 em Itabira a poesia ainda é para questionar o que vale
 o que a Vale de nós tirou.

Abril frio. Outono de 23.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos. **A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

ALVES, Delci Cristina Martins. **Itabira nos versos de Drummond: poesia, memória e história**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Confissões de Minas**. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova Reunião de 23 livros de poesia**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARIFOUSE, Rafael. Mineração: cidade onde Vale nasceu vive cercada por 33 vezes o volume de rejeitos de barragem que se rompeu em Brumadinho. **BBC News**, São Paulo, 16 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47220855>>. Acesso em: junho de 2022.

BIZZOTTO, Luciana Maciel. **Territorialidades infantis na ocupação Rosa Leão (Belo Horizonte - MG)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena – SIASI**. 2014. Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/saudeindigena/asesai/sistemasdeinformacao.html>>. Acesso em: outubro de 2022.

BRITO, Adriana Lacerda de. **O mundo é talvez: interpretações do espaço em A rosa do povo e Claro enigma de Carlos Drummond de Andrade**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2020.

CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2011.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, 2020.

CARVALHO, Ananda Martins. **Memórias de rio e de gente**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

CHIZENGA, Anselmo Panse. **Os mundos que o "desenvolvimento" (des)integra: dinâmicas do lugar induzidas pela mineração da empresa Vale S. A. em Moatize, Moçambique**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

COELHO, Ana Carolina Guilherme. **Justiça social e direito à cidade: apontamentos, reflexões e sínteses provisórias**. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

CORSARO, William. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociologia**, v. 26, n. 91, 2005.

D'ALVA, Roberta Estrela. **Teatro hip-hop: a performance poética do ator-MC**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, 2015.

DEMEDA, Kátia Solange do Nascimento. **Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties de mineração em Juruti Velho, Juruti – PA**. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Oeste do Pará, 2020.

DINIZ, Maiana. Rompimento liberou 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos, diz mineradora. **Agência Brasil**, Brasília, 06 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/rompimento-liberou-62-milhoes-de-metros-cubicos-de-rejeitos-diz-mineradora#>>. Acesso em: abril de 2023.

FERREIRA, Luana da Silva Sales. **Etnografia de documentos e de práticas estatais: análise da atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais durante a instalação do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro/MG**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

FESTIVAL. In: DICIONÁRIO HOUAISS. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

FESTIVAL. In: DICIONÁRIO MICHAELIS. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2022. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/festival/>>. Acesso em: abril de 2023.

FLI, I Festival Literário Internacional de Itabira. **Programação da I edição**, 2021. Disponível em: <flitabira.com.br>. Acesso em: 28/10/2021.

FLI, II Festival Literário Internacional de Itabira. **Programação da II edição**, 2022. Disponível em: <flitabira.com.br>. Acesso em: 10/01/2023.

FREITAS, Daniela Silva de. Slam Resistência: poesia, cidadania e insurgência. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 59, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/29317/25083>>. Acesso em: 16/03/2023.

GINZBURG, Jaime. Literatura e direitos humanos: notas sobre um campo de debates. In: Bittar, Eduardo (org.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Landin, 2008.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; CARVALHO, Levindo Diniz; SILVA, Isabel de Oliveira e. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil.

Educação e Pesquisa, v. 47, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/GbLNrFHcSVdm8sz3p8NHqth/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16/03/2023.

GUIMARÃES, Carolina Lucinda; MILANEZ, Bruno. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 41, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Guimar%C3%A3es-2017-Minera%C3%A7%C3%A3o-impactos-locais-e-os-desafios-da-diversifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 27/05/2023.

GUSMÃO, Manuel. **Tatuagem e palimpsesto da poesia em alguns poetas e poemas**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2011.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em julho de 2020.

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, v. 2, n. 4, 1986.

LACERDA, Dadá Lage; SHITSUKA, Ricardo; SHITSUKA, Dorlivete Moreira. **Caminhos Drummondianos**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2018. Disponível em: <https://www.poisson.com.br/livros/literatura/Caminhos_Drummondianos/Caminhos_Drummondianos.pdf>. Acesso em agosto de 2020.

LAMAS, Isabela Alves. Reflexões metodológicas sobre uma etnografia multi-situada dos conflitos socioambientais na mineração de larga-escala. In: Congresso Latino-Americano de Ciência Política. 9. 2017. Montevideu. **Anais...** Montevideu: ALACIP, 2017.

LANSKY, Samy. **Na cidade, com crianças: uma etno-grafia espacializada**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LOPEZ, Telê Ancona. A literatura como direito. **Revista Literatura e Sociedade**, v. 14, n. 11, 2009.

MAGALHÃES, Alex Lamonica. **Às margens do “direito à cidade”: uma análise sobre um conceito radical na obra de Henri Lefebvre e o seu contraditório processo de banalização-potencialização**. Tese (Doutorado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como experiência e prática. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, 2009.

MATTOS, Patrícia Cioffi de. **Potências do espaço público: político, urbano, radical**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MORALES, Santiago Joaquín; MAGISTRIS, Gabriela. **Niñez en movimiento: del adultocentrismo a la emancipación**. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Ternura Revelde, Chirimbote, el Colectivo, 2018.

MOREIRA, Bruna Marcela Bernardo. **A mineração da pedra são tomé em São Thomé das Letras – MG: um estudo etnográfico sobre saúde coletiva e justiça ambiental**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, 2018.

NAKAGOME, Patrícia Trindade. **A vida e a vida do leitor: um conceito formado no espelho**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, 2015.

NATALI, Marcos. **A literatura em questão: sobre a responsabilidade da instituição literária**. 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Do direito à cidade ao direito dos lugares**. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2019.

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz de; BORGES, Pedro Pereira. O direito à cidade e o desenvolvimento local como base para a humanização do espaço urbano. **Interações**, v. 19, n. 4, 2018.

PAGOTO, Cristian. **As cidades no meio do caminho de Carlos Drummond de Andrade: da vida besta ao mundo grande**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, 2008.

PEÑAFIEL, Adriana Paolo Paredes. **Desenhos, relações e desenvolvimento: conflitos em torno da mineração na região andina de Cajamarca, Peru**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade do Rio Grande do Sul, 2016.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição. In: Simpósio Nacional de História, 16., 2011, São Paulo. **Anais...** APUH: Rio de Janeiro, 2011. s/p. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26>>. Acesso em: 16/03/2023.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Literatura para todos. **Revista Literatura e Sociedade**, v. 11, n. 9, 2006.

QUEIROZ, Hélen Aparecida. **A poesia em territórios improváveis: jovens da periferia em cena**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

REDONDO, Patrícia Raquel. "Eu tive que ficar sem fala para começar a falar com as infâncias populares a partir da minha própria experiência como educadora e como pesquisadora": um olhar sobre as infâncias latino-americanas. [Entrevista concedida a] Pâmela Cristina Santos; Joana Célia dos Passos. **Zero-a-seis**, v. 21, n. 40, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2019v21n40p439>>. Acesso em: 16/03/2023.

REDONDO, Patrícia Raquel. Infancia(s) Latinoamericana(s), entre lo social y lo educativo. **Espacios en blanco**, v. 25, n. 1, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-94852015000100010>. Acesso em: 16/03/2023.

REIS, Leonardo Ferreira. **Atingidos por Barragens e seus direitos: o caso de Itabira/MG**. [s.l.]: [s.n.], 2022. Disponível em: <<https://atingidosvale.com/relatorios/cartilha-direitos-atingidos-barragens/#:~:text=O%20objetivo%20da%20publica%C3%A7%C3%A3o%20C3%A9,e%20cumprimento%20passem%20a%20ocorrer.>>. Acesso em: abril de 2023.

RODRIGUES, Roberto Geraldo. **Uma viagem pela poética de Carlos Drummond de Andrade (re)tratando a marcante presença de Itabira em sua obra**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

ROSA, Ângela Maria Vaz Sampaio. **Palavra e terra de Carlos Drummond de Andrade em O cometa itabirano**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2000.

SANTIAGO, Silviano. Introdução à leitura dos poemas de Carlos Drummond de Andrade. In: BRADESCO SEGUROS (Org.). **Poesia completa de Carlos Drummond de Andrade**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

SANTOS, Milton. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

SARMENTO, Manuel. **Visibilidade social e estudo da infância**. In: VASCONCELLOS, Vera; SARMENTO, Manuel (org.). **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

SILVA, Felipe Cabañas da. **O minério e o ser: cidade e existência na poesia de Carlos Drummond de Andrade**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2019.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio**. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA E SILVA, Maria das Graças. **A terceira Itabira: os espaços político, econômico, socioespacial e a questão ambiental.** São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

SOUZA, Lucas Nasser Marques de. **Entre a vila e a mina: violações de direitos em Itabira.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SOUZA, Marcos Felipe Sudre. **A festa e a cidade.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/145663/139603/291471>>. Acesso em: abril de 2023.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual.** Novos Estud. Cebrap, vol.35, n.1, 2016.

TINOCO, Patrícia. **Poéticas da cidade e o conceito de espaço público.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2027.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, 2020.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo: Drummond e a mineração.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WOODS, Peter. **La escuela por dentro: la etnografía en la investigación educativa.** Barcelona: Paidós, 1987.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas - Rio e no desastre da Samarco.** Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

ZHOURI, Andréa. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres da mineração em Minas Gerais. **Horizontes Antropológicos**, v. 29, n. 66, 2023.

ANEXO A – PROGRAMAÇÃO PRESENCIAL DO FLITABIRA: ANO DE 2021**PROGRAMAÇÃO LOCAL****28/10****13h – Ednardo Moraes (presencial)**

Escrevendo romances

Mediação: Luana Xavier Vieira Goulart

Local: Palco UFMG

14h – Daniel Cruz Fonseca, Ketlim de Castro e Margareth Alves Duarte (presencial)

A Poética do sentimento

Mediação: Solange Duarte Alvarenga

Local: Palco UFMG

16h – Thiago SKP, Auíta Torres e Pablo Rocha (presencial)

Noiz por Noiz – Resistências Urbanas

Mediação: Sandra Duarte

Local: Palco UFMG

29/10**13h – Matuzalem José de Souza, Márcio Passos, Claudionor Pinheiro (presencial)**

Entre contos, poesias e crônicas

Local: Palco UFMG

16h – Toninho Aribati, Maria Geralda dos Prazeres (presencial)

Poéticas para a vida

Mediação: Otávia Senhorinha de Andrade Muller

Local: Palco UFMG

18h – Cecília Viana Camilo de Oliveira, Geuderson Traspadini Marchiori, Paulo Assuero (presencial)

Itabira: Identidade, Cultura e Memória

Mediação: Rafael de Sá

Local: Palco UFMG

30/10

14h – Josiany Rodrigues Duarte, Rosa Dalva Nunes Soares (presencial)

Escrevendo para
crianças

Mediação: Luana Alves Ferreira

Local: Palco UFMG

15h – Sandra Duarte, Maxsandro Ferreira Soares (presencial)

Minha sala de aula é maior que o mundo: literatura e arte em sala de
aula

Mediação: Joaquim Olegário Leite Júnior

Local: Palco UFMG

16h – Alzira Souza Umbelino Cardillo (presencial)

História para mães dormirem

Mediação: Maxsandro Ferreira Soares

Local: Palco UFMG

**18h – Graça Lima, Leda Lage Caminhos Drummondianos: Drummond e a Cidade
(presencial)**

Caminhos Drummondianos: Drummond e a Cidade

Mediação: Cecília Viana Camilo de Oliveira

Local: Palco UFMG

31/10

11h – Marconi Ferreira, Marlete Rocha (presencial)

Janela da Poesia

Mediação: Margareth Alves Duarte

Local: Palco UFMG

**12h – José Norberto e Jesus, Eva Gonzaga, Otávia Senhorinha de Andrade Muller
(presencial)**

Sá Maria – Laços Eternos

Mediação: Maxsandro Ferreira Soares

Local: Palco UFMG

ANEXO B – PROGRAMAÇÃO PRESENCIAL DO FLITABIRA: ANO DE 2022

SEG, 31/10

0h – Maratona 24 horas de leitura para os 120 anos de Drummond

As comemorações do aniversário de Carlos Drummond de Andrade, no 2.º Flitabira, começam à zero hora do dia 31 de outubro, segunda-feira, com a “Maratona 24 Horas de Leitura – 120 anos de Drummond”. Em transmissão simultânea pelas redes do @flitabira e do @cpfsec. Em uma iniciativa figital inédita, estudantes, escritores, artistas e voluntários vão se alternar em leituras ao vivo e pré-gravadas em dois palcos, com a presença do público assistindo: no Teatro da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, em Itabira, e no palco do auditório do CPF Sesc, em São Paulo. O presidente do Festival, Afonso Borges, vai comandar em Itabira, e o curador Tom Farias, em São Paulo. E serão aceitos voluntários para ler os poemas para o mundo inteiro. Para o pessoal de Itabira, quem quiser fazer a leitura, presencial, é só passar um e-mail para flitabira@flitabira.com.br e se inscrever. Para o pessoal de São Paulo, só teclar neste link e se inscrever. Ou aqui: <https://bit.ly/3TsOMn9>

TER, 31/10

7h – Abertura

7h30 – Roda de Conversa com José Norberto

Local: Fazenda do Pontal

9h – “Sempre um papo com Pierre Ruprecht”. Tema: O papel das bibliotecas vivas na Educação e na Cultura. Mediação: Sandra Duarte

Local: Fazenda do Pontal

10h – “Sempre um papo com Nelson Cruz”. Tema: Ilustração, Arte e Literatura. Mediação: Sandra Duarte

Local: Fazenda do Pontal

13h – Abertura

13h30 – Roda de Conversa com José Norberto

Local: Fazenda do Pontal

15h – “Sempre um papo com Pierre Ruprecht”. Tema: O papel das bibliotecas vivas na Educação e na Cultura. Mediação: Sandra Duarte

Local: Fazenda do Pontal

16h – “Sempre um papo com Nelson Cruz”. Tema: Ilustração, Arte e Literatura. Mediação: Sandra Duarte

Local: Fazenda do Pontal

17h – Exposição “A Máquina do Poeta”

Exibição das pranchas originais do premiado livro homônimo do artista plástico, escritor e ilustrador belo-horizontino Nelson Cruz. Ela fica em cartaz na Fazenda do Pontal, à Rua Maria Julieta, s/n – Campestre, Itabira-MG, até o dia 1.º de dezembro.

QUI, 3/11

A partir das 8h – “Atividades infantis – Brincadeira de Quintal – Instituto ITI”

Local: Coreto, Casa Flitabira e circulação do evento

9h – Projeto Caramujo – trupe de bonecos pensantes

Local: Museu de Itabira (pocket)

10h – “Mostra Documentário Camaco”, de Breno Alvarenga

Tema: Olhando do presente ao passado, o documentário “Camaco” investiga a sobrevivência de um dialeto secreto que surgiu como forma de resistência de mineradores em Itabira.

Local: Palco ViJazz

14h às 15h – Projeto Caramujo – trupe de bonecos pensantes

Local: Casa de Drummond

14h – “Mesa Itabira nos versos de Drummond: poesia, memória história”

Convidados: Delci Cristina e Altamir Barros. Mediação: Solange Alvarenga

Local: Museu de Itabira

14h – “Mesa Sá Maria e o espaço da poesia negra”

Convidados: Eva Gonzaga e José Norberto. Mediação: Jaqueline Tumbaitá

Local: Palco Newton Baiandeira

15h – “Mesa Drummond e o local”

Convidados: Márcia Martins e Luciane Maria Ribeiro da Cruz. Mediação: Joaquim Olegário

Local: Palco Newton Baiandeira

16h – “Mesa Empreendedorismo feminino”

Convidados: Giovanna Couto e Agnes Carelli. Mediação: Edmara Silva

Local: Palco Newton Baiandeira

17h – “Mesa Por uma literatura poética na infância”

Convidados: Josiany Rodrigues e Graça Lima. Mediação: Luana Alves

Local: Palco Newton Baiandeira

19h – Abertura oficial do Flitabira 2022

Convidados: Hugo Barreto e Afonso Borges, em Itabira; Danilo Miranda e José Miguel Wisnik (em São Paulo).

Tema: “Os Rumos da Cultura Brasileira e o Legado de Drummond”

Local: Palco Newton Baiandeira

19h – Kombi Itinerante

20h – Apresentação musical – Orquestra de Câmara da Escola Livre de Música de Itabira, sob a regência do maestro Cláudio Lage. Participação dos músicos Giovane Borges (guitarra), Marquinhos Borges (contrabaixo) e Binho Borges (bateria).

Local: Palco ViJazz

20h – “Mesa Sobre os ofícios e as histórias de Itabira”

Convidados: Myriam Becho Mota e Maura Brito. Mediação: Joaquim Olegário

Local: Museu de Itabira

21h – Lançamento do vídeo “Necromance”, baseado no livro de Cacá Gontijo, com apresentação de Suely Machado, diretora do grupo de dança “Primeiro Ato”.

Local: Palco ViJazz

21h15 – Homenagem aos 120 anos de Drummond.

Leituras de poemas de Drummond por Thiago Lacerda – Convidados: Pedro Drummond, Rodrigo Lacerda, Adriano Fagundes e Tom Farias.

Local: Palco Newton Baiandeira

22h – Kombi Itinerante

SEX, 4/11

A partir das 8h

“Atividades infantis – Brincadeira de Quintal – Instituto ITI”

Local: Coreto, Casa Flitabira e circulação do evento

8h às 9h – Projeto Caramujo – trupe de bonecos pensantes

Local: Museu de Itabira

10h – “Mostra Documentário Camaco”, de Breno Alvarenga

Tema: Olhando do presente ao passado, o documentário “Camaco” investiga a sobrevivência de um dialeto secreto que surgiu como forma de resistência de mineradores em Itabira.

Local: Palco ViJazz

10h – “A importância da leitura, artes e 120 anos de Drummond”

Convidados: Thiago Lacerda e Thiago SKP

Local: Escola Municipal Antônio Camilo Alvim, comunidade Barreiro.

11h – “Mesa Po(e)sias – Viver e fazer”

Convidados: Sara Sandra Dias e Renato N22. Mediação: Carlos Cabeça

Local: Palco Newton Baiandeira

12h – “Sempre um Papo”, em parceria com Unifei

Convidados: Thiago Lacerda e Thiago SKP

Local: Auditório Unifei

14h às 15h – Projeto Caramujo – trupe de bonecos pensantes

Local: Casa de Drummond

14h – “Aula-espetáculo Criação Musical Sobre Textos Literários”, com Celso Adolfo

Local: Palco Newton Baiandeira

14h – “Mesa Literatura como ferramenta de transformação social”

Convidados: Mellyssa Guedes e Marcos Alcântara. Mediador: Sandra Duarte

Local: Museu de Itabira

15h – “Mesa Poesia visual”

Convidados: Samuel Shang e Yuri Oliveira. Mediação: Rodrigo Sgarbi

Local: Palco Newton Baiandeira

16h – “Mesa Estórias e Histórias – Do afeto ao ofício”

Convidados: Selma Oliveira e Thâmara Avelar. Mediação: Ronaldo Silvestre

Local: Palco Newton Baiandeira

17h – “Mesa Tradição e cultura popular”

Convidados: Warley Ferreira e Sr. Antônio Beato. Mediação: Rosângela Beato

Local: Museu de Itabira

17h30 – “Lançamento do filme Sem lugar”, com Suely Machado, do Primeiro Ato Centro de Dança

Local: Palco Newton Baiandeira

17h30 – Projeto Caramujo – trupe de bonecos pensantes

Local: Coreto (pocket)

18h – “Mesa de lançamento do livro Na Casa de Alphonsus”

Convidado: Angelo Oswald. Mediação: Tom Farias

Local: Palco Newton Baiandeira

18h – “Mesa Literatura, arte e gênero”

Convidados: Walli Gomes e Bruna Gardel Izidoro. Mediação: Rafael de Sá

Local: Museu de Itabira

19h – “Mesa Literatura e Criação”

Convidados: Carla Madeira e Rodrigo Lacerda. Mediação: Afonso Borges

Local: Palco Newton Baiandeira

19h – Kombi Itinerante

19h – “Batalha de Slam”

Local: Praça da Igreja – Bairro Pedreira

20h – “Mesa Sobre Poesia”

Convidados: Ricardo Aleixo e Mariana Paz. Mediação: Tom Farias

Local: Palco Newton Baiandeira

21h – “Afonso Borges entrevista Rute Simões Ribeiro”

Local: Palco Newton Baiandeira

21h – Atração Musical CAMILLE BERTAULT – FRANÇA

Local: Palco ViJazz

22h – Kombi Itinerante

SÁB, 5/11

A partir das 11h

“Atividades infantis – Brincadeira de Quintal – Instituto ITI”

Local: Coreto, Casa Flitabira e circulação do evento

11h – Oficina de Criação Literária, com Rute Simões Ribeiro

Nesta oficina, os participantes são motivados à exploração do seu próprio espaço interior, através da incontida expressão do livre pensamento, assim como a ver em volta, a ver dentro, a ver o outro. São expostos aos livros, às ideias, à palavra do outro, à possibilidade de perspetivar o mundo de múltiplas maneiras, à experimentação da linguagem, do pensamento e

da criatividade, libertados de convenções. Durante a sessão, as crianças e jovens praticam possibilidades de futuro, treinam a própria projeção pessoal e fazem o exercício da esperança.

Local: Casa de Drummond

Link de inscrição: <https://forms.gle/2BHucTFQQztSfHDX7>

11h – Atração musical RENATA ARAÚJO E ALUNOS

Local: Palco ViJazz

11h45 – Projeto Caramujo – trupe de bonecos pensantes

Local: Newton Baiandeira (pocket)

12h – “Cerimônia de entrega do Prêmio de Desenho e Redação”

Local: Palco Newton Baiandeira

13h – Mesa “Biblioteca viva – O ser Quilombola”

Convidados: Dona Tita e Sr. Canuto. Mediação: Jhonatan Santos

Local: Museu de Itabira

14h – “Aula-espetáculo Criação Musical Sobre Textos Literários”, com Celso Adolfo

Local: Palco Newton Baiandeira

14h – “Mesa A culinária na literatura brasileira”

Convidados: Fernanda Araújo e Rodrigo Bernardi. Mediação: Luana Alves

Local: Museu de Itabira

Das 14h às 18h – “Oficina de Slam” (1.º dia)

“Oficina de Escrita criativa e percurso do Slam por Minas, Brasil e pelo mundo”, com Rogério Coelho (Slam Clube da Luta), Eliza Castro e Jazz Orimauá.

Local: Casa de Drummond

15h – “Mesa Corpo feminino: um campo de batalha”

Convidados: Dra. Meira Souza e Daniela Schanen

Mediação: Rejane Dias

Local: Palco Newton Baiandeira

15h – “Mesa Patrimônio imaterial – Itabira e o mundo”

Convidados: Gabriela Santos e Geuderson Marchiori. Mediação: Ana Alvarenga

Local: Museu de Itabira

15h – Sábado Nerd

Local: Livraria do Flitabira

16h – “Mesa Resignação, tolerância, amor: histórias familiares”

Convidados: Sophia Nogueira e Gisele Daniela Silva Fernandes. Mediação: Juscélia de Souza Almeida

Local: Palco Newton Baiandeira

16h – “Mesa Poesia e resistência, saberes e quilombos”

Convidados: Vinicius de Souza e Jonathan Santos. Mediação: Professor João Lucas

Local: Museu de Itabira

16h45 – Projeto Caramujo – trupe de bonecos pensantes

Local: Coreto (pocket)

17h – “Mesa Livro é Poder”

Convidados: Simone Paulino, Kakay e Afonso Borges

Local: Palco Newton Baiandeira

17h – “Mesa SubalternidadeS juvenil – Narrativas do ser”

Convidados: Kele Frossard e Eduardo Mendes. Mediação: Rafael de Sá

Local: Museu de Itabira

18h – Atração Musical IAGO CONFORT TRIO

Local: Palco ViJazz

18h – “Entrevista com Pablo Rocha”

Local: Palco Newton Baiandeira

18h – “Mesa Performances drummondianas nas ruas de Itabira”

Convidados: Warley Ferreira e Conceição Araújo. Mediação: Joaquim Olegário

Local: Museu de Itabira

19h – “Batalha de Slam/ Muros Invisíveis”

Local: Praça Dr. Acrísio Alvarenga

19h – “Homenagem a Ricardo Aleixo”

Convidados: Ricardo Aleixo e Tom Farias

Local: Palco Newton Baiandeira

19h – Kombi Itinerante

20h – “Homenagem a Pedro Muriel”

Convidados: Roberta Muriel e Chico Mendonça. Mediação: Afonso Borges

Leitura de poemas: Thiago Lacerda

Local: Palco Newton Baiandeira

21h – Atração musical TIA CARROLL – EUA

Local: Palco ViJazz

22h – Kombi Itinerante

DOM, 6/11

A partir das 11h

“Atividades infantis – Brincadeira de Quintal – Instituto ITI”

Local: Coreto, Casa Flitabira e circulação do evento

11h – “Final da Batalha de Slam”

Local: Palco Newton Baiandeira

13h às 14h – Projeto Caramujo – trupe de bonecos pensantes

Local: Palco Newton Baiandeira

Das 14h às 18h – “Oficina de Slam” (2.º dia)

“Oficina de Escrita criativa e percurso do Slam por Minas, Brasil e pelo mundo”, com Rogério Coelho (Slam Clube da Luta), Eliza Castro e Jazz Orimauá

Local: Casa de Drummond

14h – “Aula-espetáculo Criação Musical Sobre Textos Literários”, com Celso Adolfo

Local: Palco Newton Baiandeira

14h – “Mesa Poéticas do cotidiano”

Convidados: Maria Geralda dos Prazeres e Toninho Aribati. Mediação: Denise Félix

Local: Museu de Itabira

15h – “Mesa Resgate ancestral”

Convidados: Mestre Guaiamum e Mestre Saci. Mediação: Jessica Aleixo

Local: Palco Newton Baiandeira

16h – “Mesa Poesia e vida, arte e vida – Moda e verso”

Convidados: Ronaldo Silvestre e Thiago SKP. Mediação: Sandra Duarte

Local: Palco Newton Baiandeira

17h – “Mesa Deus escondido na poesia de Drummond”

Convidados: Maxsandro Soares e William Ramos. Mediação: Delci Cristina

Local: Palco Newton Baiandeira

17h – Coro da Elmi

Local: Palco ViJazz

17h45 – Projeto Caramujo – trupe de bonecos pensantes

Local: Coreto (pocket)

18h – “Mesa Cometa itabirano, Drummond e o poder ultrajovem”

Convidados: Lúcio Sampaio e Genin. Mediação: Altamir Barros

Local: Museu de Itabira

18h – Atração musical TUMBAITÁ, com intervenção do coreógrafo Warley Ferreira

Local: Palco ViJazz

19h – Atração musical DUO ACASO

Local: Palco ViJazz

19h – Kombi Itinerante

20h – Atração musical JAMES BOOGALOO – EUA

Local: Palco ViJazz

22h – Kombi Itinerante